

Entre Encontros e Enunciados: A História do FONAJE por seus Presidentes.



Fórum Nacional de Juizados Especiais - FONAJE

Direção Executiva:

Presidente

Juiz FERNANDO SWAIN GANEM - TJPR

Vice-Presidente

Juiz ANTONIO AUGUSTO BAGGIO E UBALDO - TJSC

Secretária-Geral

Juíza BEATRIZ JUNQUEIRA GUIMARÃES - TJMG

Entre Encontros e Enunciados A história do FONAJE por seus Presidentes

Autor e Coordenador-Geral

Desembargador ERICK LINHARES - TJRR

Coautor

Juiz GUILHERME BALDAN - TJRO

Entrevistados

João Cabral da Silva - TJRN - 1º Presidente do Fonaje

Ricardo Cunha Chimenti - TJSP - 2º Presidente do Fonaje

Joaquim Domingo de Almeida Neto - TJRJ - 6º e 14º Presidente do Fonaje

Paulo Zacarias da Silva - TJAL - 8º Presidente do Fonaje

Janete Vargas Simões - TJES - 9º Presidente do Fonaje

José Anselmo de Oliveira - TJSE - 13º Presidente do Fonaje

Guilherme Ribeiro Baldan - TJRO - 15º Presidente do Fonaje

Mário Kono - TJMT - 16º Presidente do Fonaje

Gustavo Alberto Gastal Diefenthäler - TJRS - 17º Presidente do Fonaje

Maria do Carmo Honório - TJSP - 19º Presidente do Fonaje

Erick Linhares - TJRR - 20º Presidente do Fonaje

Aiston Henrique de Sousa - TJDFT - 21º Presidente do Fonaje

Janice Ubialli - TJSC - 22º Presidente do Fonaje

José Cícero Alves da Silva - TJAL - 23º Presidente do Fonaje

Alexandre Chini - TJRJ - 24º Presidente do Fonaje

Johnny Gustavo Cledes - TJRO - 25º Presidente do Fonaje

Fernando Ganem - TJPR - 27º Presidente do Fonaje

SUMÁRIO

CLIQUE NOS CAPÍTULOS 

03

Apresentação

04

Presidentes

06

Encontros

11

Entrevistas

86

Endereços
Eletrônicos

APRESENTAÇÃO

Ao alcançar quase três décadas de existência, o Fórum Nacional dos Juizados Especiais (FONAJE) reafirma sua trajetória de construção coletiva, marcada por avanços normativos, enunciados interpretativos e uma constante busca por efetividade e acesso à Justiça. Desde sua criação, em 1997, o Fonaje tem sido espaço privilegiado de diálogo entre magistrados e magistradas de todo o país, promovendo a consolidação de princípios como oralidade, simplicidade, celeridade e informalidade no âmbito dos Juizados Especiais.

O livro digital **Entre Encontros e Enunciados: a história do FONAJE por seus Presidentes** nasce com a proposta de registrar, pela via da escuta e da memória, o percurso institucional do Fonaje sob o olhar de seus dirigentes. Trata-se de uma obra em construção: no momento, reúne treze entrevistas com ex-presidentes do Fórum, abarcando desde o primeiro, em 1997, e seguirá sendo enriquecida com os demais relatos, à medida que forem sendo colhidos e sistematizados.

Mais do que um registro cronológico, esta coletânea oferece um testemunho humano e institucional dos desafios enfrentados e das conquistas obtidas em cada período. A leitura revela a pluralidade de perspectivas que moldaram o Fonaje, bem como os elementos que conferem unidade e identidade ao Fórum: o compromisso com o acesso à Justiça, a valorização do diálogo nacional e o esforço permanente por soluções inovadoras, eficientes e cidadãs.

Cada entrevista representa não apenas um relato pessoal, mas uma peça fundamental na tessitura histórica dos Juizados Especiais. As vozes aqui reunidas lançam luz sobre o contexto de criação de enunciados, as disputas e consensos que marcaram os encontros nacionais e a construção de uma comunidade de prática que transcende fronteiras estaduais.

Esta publicação propõe-se, assim, a ser instrumento de memória, reflexão e inspiração. Ao registrar a contribuição de cada presidente, homenageia-se também a dedicação de tantos magistrados e magistradas que, ao longo dos anos, fizeram do Fonaje um espaço vivo de formulação de políticas e defesa dos princípios que regem os Juizados Especiais.

Que este livro contribua para reafirmar a relevância do Fonaje no cenário jurídico brasileiro e inspire futuras lideranças a manter acesa a chama do espírito inovador e democrático que o originou.

Boa leitura!

Fernando Swain Ganem
Presidente do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE

PRESIDENTES

Galeria da Presidência do FONAJE:



1997 a 1999
João Cabral da Silva
TJRN



2000 a 2001
Ricardo Cunha Chimenti
TJSP



2002
Sueli Pereira Pini
TJAP



2003
Carlos Alberto Alves da Rocha
TJMT



2004
Sandra Silvestre
TJRO



2004
Joaquim Domingos de A. Neto
TJRJ



2005
Denise Kruger Pereira
TJPR



2006
Paulo Zacharias da Silva
TJAL



2007
Janete Vargas Simões
TJES



2008
Maria Abadia de
Castro M. S. Lima
TJRO



2009
Flávio Fernando
A. da Fonseca
TJDFT



2010
Marco Aurélio
Gastaldi Buzzi
TJSC



2011
José Anselmo de Oliveira
TJSE



2012
Joaquim Domingos
de Almeida Neto
TJRJ



2013
Guilherme Ribeiro Baldan
TJRO



2014
Mário Roberto
K. de Oliveira
TJMT



2015
Gustavo Alberto
G. Diefenthaler
TJRS



2016
Jones Figueiredo Alves
TJPE



2017
Maria do Carmo Honório
TJSP



2018
Erick Linhares
TJRR



2019
Aiston Henrique de Sousa
TJDFT



2020
Janice Ubialli
TJSC



2021
José Cícero Alves da Silva
TJAL



2022
Alexandre Chini
TJRJ



2023
Johnny Gustavo Clemes
TJRO



2024
Valmir Alaércio dos Santos
TJMT

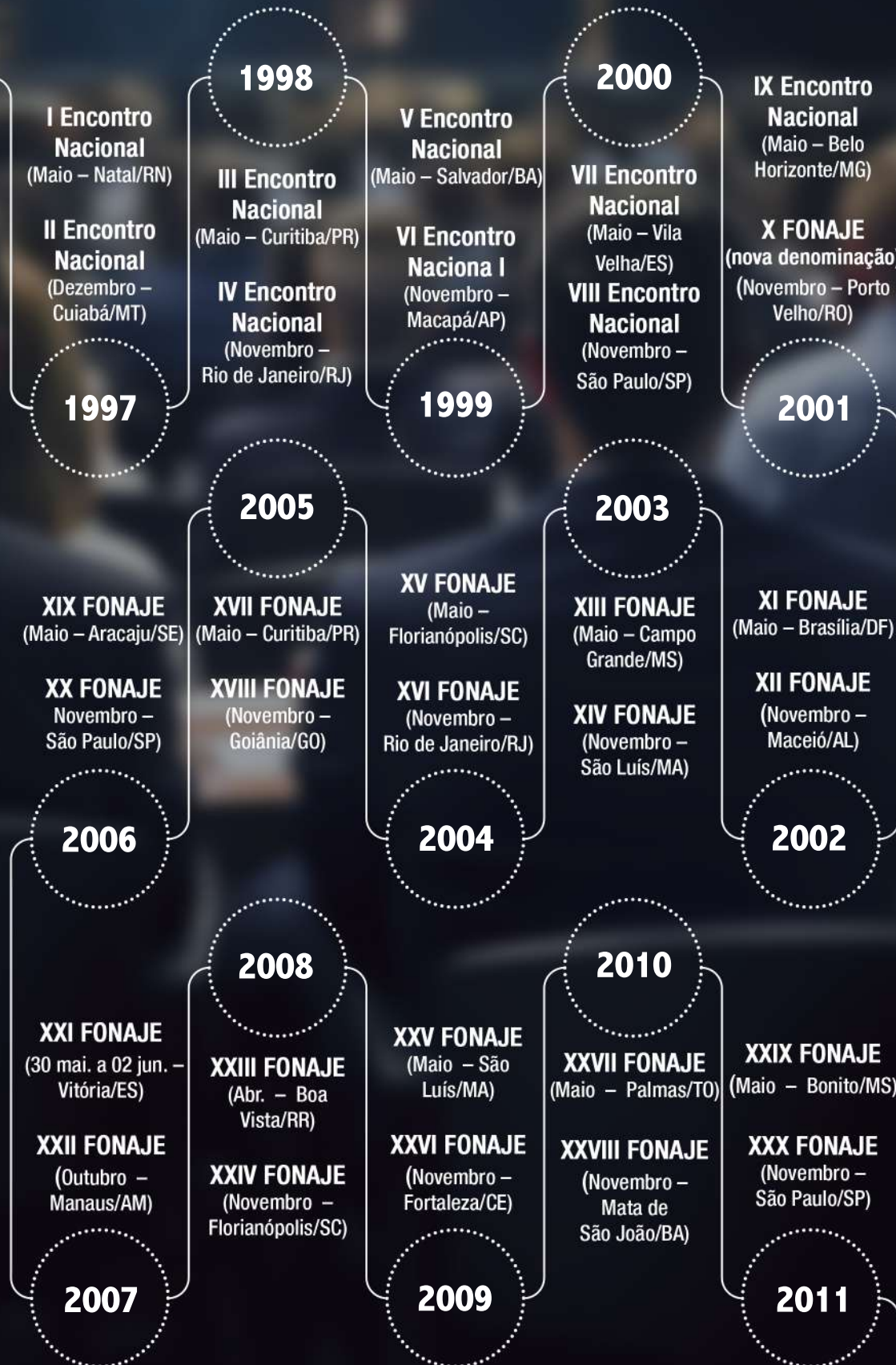


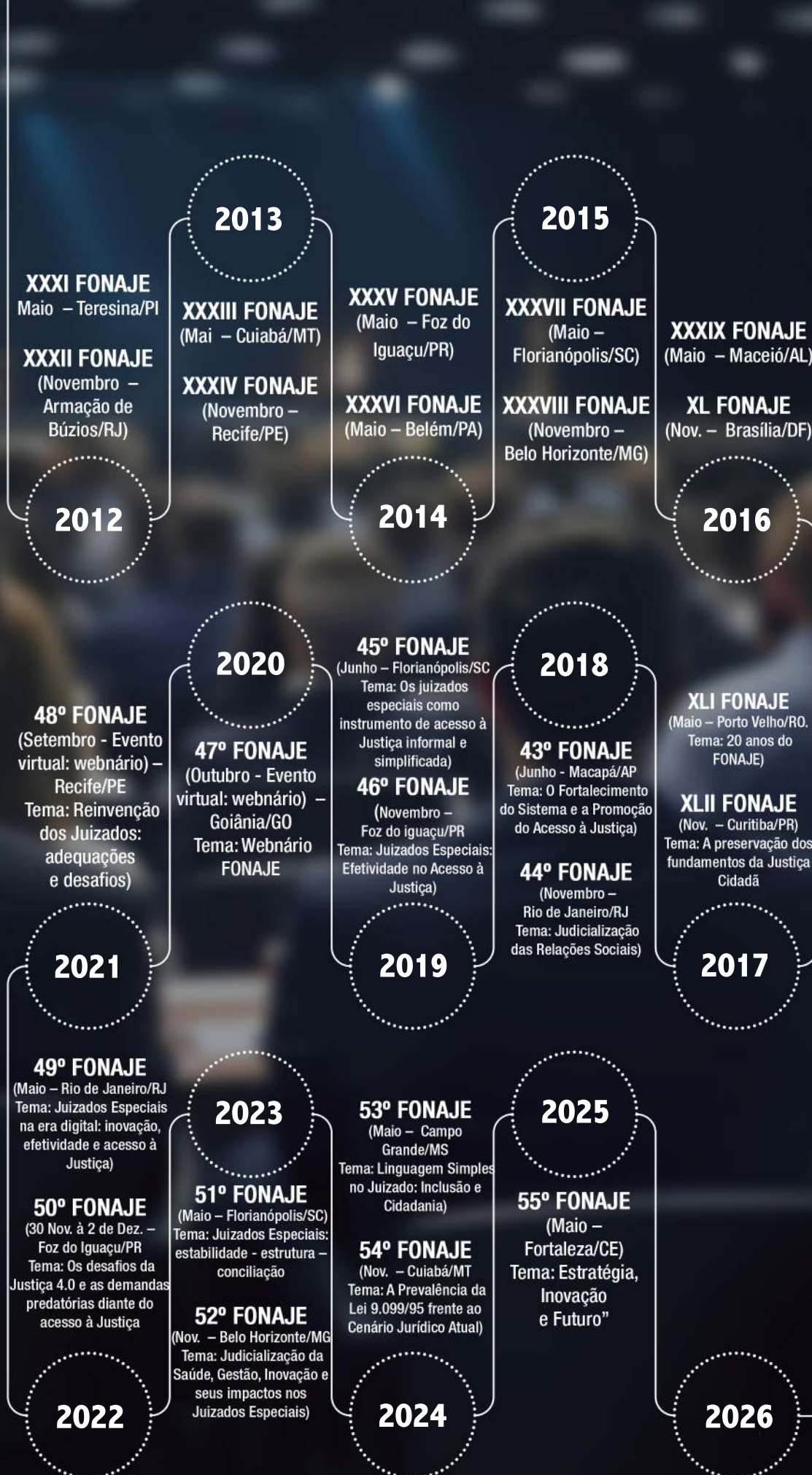
2025
Fernando Swain Ganem
TJPR

ENCONTROS

O Fórum Nacional de Juizados Especiais (FONAJE) foi criado no ano de 1997, sob a denominação de Fórum Permanente de Coordenadores de Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Brasil e sua idealização surgiu da necessidade de aprimorar a prestação dos serviços judiciários nos Juizados Especiais com base na troca de informações entre os magistrados do sistema de Juizados e de suas Turmas Recursais e, sempre que possível, realizar a padronização dos procedimentos adotados em todo o território nacional.

Para incentivar a integração e proporcionar a evolução e desenvolvimento constante dos juizados Especiais do país são realizados ENCONTROS semestrais, os quais ocorreram conforme a LINHA DO TEMPO a seguir:





Mural de Encontros do FONAJE



1º Encontro Nacional (Natal/RN - Maio de 1997)



VII Encontro Nacional (Macapá/AP - Nov. de 1999)



VIII Encontro Nacional - (Vila Velha/ES - Maio de 2000)



XII FONAJE - (Maceió/AL - Nov. de 2002)



XIV FONAJE (São Luís/MA - Nov. de 2003)



XV FONAJE (Florianópolis/SC - Maio de 2004)



XVI FONAJE (Rio de Janeiro/RJ - Nov. de 2004)



XVII FONAJE (Curitiba/PR - Maio de 2005)



XIX FONAJE (Aracaju/SE - Maio de 2006)



XX FONAJE (São Paulo/SP - 29 nov. a 1º dez. de 2006)



XXI FONAJE (Vitória/ES - 30 mai. a 02 jun. de 2007)



XXII FONAJE (Manaus/AM - Out. de 2007)



XXIII FONAJE (Boa Vista/RR - Abr. de 2008)



XXIV FONAJE (Florianópolis/SC - Nov. de 2008)



XXV FONAJE (São Luís/MA - Maio de 2009)



XXVI FONAJE (Fortaleza/CE - Nov. de 2009)



XXVII FONAJE (Palmas/TO - Maio. de 2010)



XXVIII FONAJE (Mata de São João/BA - Nov. de 2010)



XXIX FONAJE (Bonito/MS - Maio de 2011)



XXX FONAJE (São Paulo/SP - Nov. de 2011)



XXXI FONAJE (Teresina/PI - Maio de 2012)



XXXII FONAJE (Armação de Búzios/RJ - Dez. de 2012)



XXXVIII FONAJE (Cuiabá/MT - Maio de 2013)



XXXIV FONAJE (Recife/PE - Nov. de 2013)



XXXV FONAJE (Foz do Iguaçu/PR - Maio de 2014)



XXXVII FONAJE (Belém/PA - Nov. de 2014)



XXXVII FONAJE (Florianópolis/SC - Maio de 2015)



XXXVIII FONAJE (Belo Horizonte/MG - Nov. de 2015)



XXXIX FONAJE (Maceió/AL - Jun. de 2016)



XL FONAJE (Brasília/DF - Nov. de 2016)



XLI FONAJE (Porto Velho/RO - Maio de 2017)



XLII FONAJE (Curitiba/PR - Nov. de 2017)



43º FONAJE (Macapá/AP - Jun. de 2018)



44º FONAJE (Rio de Janeiro/RJ - Nov. de 2018)



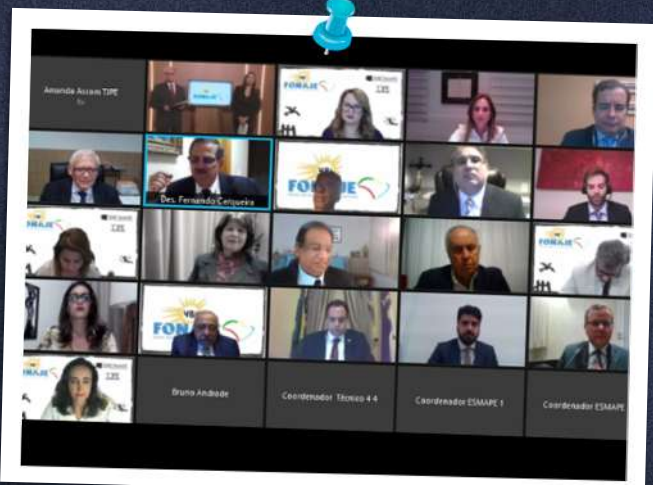
45º FONAJE (Florianópolis/SC - Jun. de 2019)



46º FONAJE (Foz do Iguaçu/PR - Nov. de 2019)



47º FONAJE (Goiânia/GO (webnário) - Out. de 2020)



48º FONAJE (Recife/PE (webnário) - Set. de 2021)



49º FONAJE (Rio de Janeiro/RJ - Maio de 2022)



50º FONAJE (Foz de Iguaçu/PR - 30 nov. a 02 dez. de 2022)



51º FONAJE (Florianópolis//SC - Maio de 2023)



52º FONAJE (Belo Horizonte/MG - Nov. de 2023)



53º FONAJE (Campo Grande/MS - Maio de 2024)



54º FONAJE (Cuiabá/MT - Nov. de 2024)



55º FONAJE (Fortaleza/CE - Maio de 2025)



ENTREVISTAS

Entrevista nº 1

1. Gostaríamos de agradecer-lhe por esta entrevista e propomos começar por apresentar o nosso “entrevistado” para que o leitor possa melhor compreendê-lo como pessoa. Então, apreciaríamos se nos contasse algo sobre suas origens e ligações culturais, enfim, sobre como sua jornada pessoal, profissional e sua formação jurídica.



João Cabral da Silva¹

Dr. João Cabral da Silva: "Nasci em 04 de janeiro de 1955, em Ipanguaçu, no Rio Grande do Norte. Sou formado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, turma de 1981. Pós graduado em Direito Público pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte.

Exerci o cargo de Delegado de Polícia Civil entre 1982 a 1986. Ingressei na magistratura do Rio Grande do Norte em 10 de junho de 1986. Desempenhei atividade acadêmica em várias faculdades do Rio Grande do Norte. Aposentei-me em 2003."

2. Como sua jornada profissional se interliga com os Juizados Especiais e com a busca por uma Justiça mais simples, acessível e efetiva?

Dr. João Cabral da Silva: "Em 12 de dezembro de 1995 fui designado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte para instalar, em todo o Estado, os Juizados Especiais Cíveis e Criminais com base na lei 9.099/95."

3. Você poderia explicar como e quando foi criado o Fórum Nacional dos Juizados Especiais?

Dr. João Cabral da Silva: "Em 1996, sentindo dificuldades de operacionalizar os serviços da prestação jurisdicional nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, passei a entrar em contato com alguns Juízes atuantes na área, daí resolvi escrever aos Tribunais dos Estados da federação, lançando a ideia de fazermos uma reunião, em local previamente definido, para tirarmos dúvidas e também uniformizarmos procedimentos.

Recebi resposta de três Juízes, sendo um do Piauí – hoje Desembargador Nildomar da Silva Soares, outro do Maranhão, cujo nome esqueci e do Dr. Ricardo Chimenti de São Paulo, que mais tarde veio a ser Presidente do FONAJE e hoje também é Desembargador.

Houve um incentivo para a ideia e outro nome que deu total apoio foi o Desembargador José Fernandes do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Na época, 1997, o Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, Des. Caio Alencar, enviou ofício a todos os Presidentes de Tribunais, convidando-os para mandar representantes para o 1º Encontro que seria realizado em Natal (RN), em maio de 1997.

Realizou-se o primeiro Encontro de Coordenadores dos Juizados Especiais, cujas reuniões ocorreram no auditório do Natal Mar Hotel, onde a abertura foi feita pelo Desembargador José Gosson, então Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, tendo a participação, como palestrantes, os então Juízes Ibanez Monteiro e João Rebouças, ambos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e Joel Dias do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Vieram representantes da Paraíba, Ceará, Alagoas, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás e Paraná. Neste encontro foi criado o **Fórum Permanente dos Coordenadores dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Brasil**, hoje FONAJE, com previsão de reunião a cada seis meses, em um Estado da Federação, ficando escolhido o meu nome como Presidente.

Naquela oportunidade criaram-se os primeiros Enunciados, então chamados de Conclusões.

A partir dos 2.º Encontro, realizado em Cuiabá (MT), houve uma mobilização dos Tribunais de Justiça, sendo enviados dois ou três representantes.

Após a solenidade de abertura, seguiam-se as mesas redondas, onde se acolhiam sugestões para aperfeiçoamento dos Enunciados. O então Juiz Luís Felipe Salomão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro deu grande colaboração nesse sentido, porque ele trouxe algumas conclusões do Encontro Estadual do Rio de Janeiro e resolvemos adaptar e incorporar às nossas, então existentes, e transformamos em Enunciados a partir dali.

Ao final dos Encontros havia eleição do Presidente e fui sendo reconduzido até o Encontro realizado em Macapá, quando assumiu a Presidência o Juiz Ricardo Chimenti de São Paulo."

4. Como era o Fonaje na época, quem participava e quais eram as principais pautas?

Dr. João Cabral da Silva: "No começo dos Encontros eram dois ou três por estado, então havia muito diálogo e troca de experiências entre os colegas. O ambiente era muito bom. Havia uma mesa grande com a bandeira de cada unidade da Federação. Todos explicavam a situação de seu Estado e após discutíamos os enunciados.

Havia um grande interesse por parte dos Tribunais em divulgar os enunciados dos Encontros com publicação destes nos Diários de Justiça e muitos magistrados se destacaram nesses eventos. Uma referência especial a uma servidora do Tribunal de Justiça da Bahia de nome Walneda Cássia, que servia como secretária dos Encontros e que hoje está no plano celestial.

Os Encontros além da parte de debates, também tinham, ao final, a confraternização dos Estados num ambiente saudável e hoje saudoso.

Registro que no Encontro de Macapá, fizemos uma atividade de atendimento à população ribeirinha, inclusive com destaque na imprensa nacional, tudo coordenado pela Equipe da então Juíza Sueli Pini do Tribunal de Justiça do Amapá, com total apoio do Desembargador Luiz Carlos, Presidente à época do TJAP."

5. Olhando para trás, qual diria, hoje, que teria sido sua contribuição para o Fonaje e para os Juizados Especiais?

Dr. João Cabral da Silva: "Em razão de estar caminhando para os trinta anos, creio que o FONAJE foi positivo para a implementação dos Juizados Especiais, que se tornaram uma forma louvável na prestação jurisdicional. E fico feliz em ter contribuído na construção dessa história de luta e sucesso."

6. Olhando para frente, como você vê a evolução do sistema dos Juizados Especiais? Quais são os desafios que se avizinham e as novas direções em que os operadores do sistema e o Fonaje devem se concentrar?

Dr. João Cabral da Silva: "Hoje estou aposentado e afastado das lides diárias do sistema, mas acredito que o desafio seja a implementação humanizada das novas tecnologias. Hoje os Juizados Especiais são uma forma de prestação jurisdicional irreversível, devendo ser adaptada e aperfeiçoada constantemente."

¹ Juiz do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (aposentado) – 1.º Presidente do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE (1997-1999).

Entrevista nº 2

1. Gostaríamos de agradecer-lhe por esta entrevista e propomos começar por apresentar o nosso “entrevistado” para que o leitor possa melhor compreendê-lo como pessoa. Então, apreciaríamos se nos contasse algo sobre suas origens e ligações culturais, enfim, sobre como sua jornada pessoal, profissional e sua formação jurídica.



Ricardo Cunha Chimenti²

Des. Ricardo Chimenti: "Pensava em ser médico quando comecei a fazer curso pré-vestibular, depois me encantei com a área jurídica, acho que pelos debates da época, fim do governo militar, muitos debates políticos e jurídicos.

E com isso eu acabei prestando vestibular para Direito, depois ingressei na Universidade Mackenzie, fiz o Mackenzie, sou professor dessa universidade há mais de 20 anos hoje.

E tive a oportunidade de ir prestando concurso, não passei no primeiro concurso, prestei o segundo concurso, fui para a prova escrita, não passei, prestei o terceiro concurso, uma questão de perseverança mesmo, eu só prestava magistratura, tenho muita admiração por outras áreas jurídicas, mas meu foco era magistratura, enfim.

Em 1990 passei no meu terceiro concurso, e passei. Passei novo, tinha 24 para 25 anos, ainda não se exigiu os três anos de atividade jurídica.

Logo que eu ingressei na carreira, eu tive a oportunidade de ir para algumas comarcas muito diferentes, eu era da capital, oportunidade de conhecer a vida no interior, primeiro em localidades muito simples, uma comarca chamada Cananéia, uma comarca litorânea de São Paulo, e áreas de proteção ambiental, uma realidade muito diferente, invasões de terra.

Posteriormente fui seguindo em São Paulo, andando em trânsito, fui parar numa comarca perto de uma cidade muito rica, que é Ribeirão Preto, uma cultura já completamente diferente da anterior, até que fui para a capital.

Depois tive a oportunidade de participar de atividade administrativa em corregedoria no Tribunal de São Paulo, corregedoria no CNJ, ENFAM, e dou graças a Deus dessa minha carreira profissional, sou muito feliz com ela, sou desembargador em São Paulo, sou juiz em segundo grau desde 2014, depois desembargador, e sigo, graças a Deus, adorando a atividade, sei das dificuldades da magistratura, mas respeito muito seus integrantes, admiro demais o trabalho, gosto do trabalho que faço."

2. Como sua jornada profissional se interliga com os Juizados Especiais e com a busca por uma Justiça mais simples, acessível e efetiva?

Des. Ricardo Chimenti: "Quando eu comecei a atuar no interior, eu não conhecia bem a estrutura judiciária, não tinha nenhum parente na magistratura, mas eu já tinha assistido uma palestra do Kazuo Watanabe.

Eu estava no terceiro ano, era por ano, na faculdade, Kazuo Watanabe fez uma palestra no Mackenzie, eu achei tudo muito interessante sobre juizados de pequenas causas. Na época, foi antes da lei de 95, eu entrei na magistratura em 90, então era juizado de pequenas causas.

Logo que cheguei no interior, eu percebi que alguns colegas, que por acaso eram os colegas que eu mais tinha afinidade, que eu admirava mais o trabalho, eles de noite tinham uma atividade extra ali, e eu fui descobrir que eles faziam o juizado de pequenas causas à noite.

Eles tinham suas atribuições de dia, e para não atrapalhar as atribuições do dia, faziam o juizado de pequenas causas. E já no interior, eu fui conhecendo melhor o trabalho, aquelas audiências com pessoas muito simples, sem advogado, e atuando em causa própria. E fui percebendo a importância social daquilo.

Quando eu vim para São Paulo, na época, eu fui parar num setor bem técnico, um setor fiscal, setor de execução fiscal, e era um trabalho que a gente não tinha nem audiência, um trabalho exclusivamente técnico ali nos processos, muitos, mais de um milhão de processos no setor.

E de noite, no prédio que eu estava, funcionava o juizado central de São Paulo. O juizado de pequenas causas, depois o juizado especial. E ali eu voltei a fazer as audiências noturnas, uma, duas vezes por semana, com colegas que vinham de outros fóruns para nos ajudar.

Era um trabalho, na época, voluntário. E íamos fazendo as audiências à noite, aquilo foi cativando, até que foi instalado o juizado central de São Paulo. E por eu ser uma pessoa ali bem ativa no sistema, me convidaram para assumir esse juizado central.

Eu assumi, éramos juízes auxiliares da capital, levei dez juízes comigo, ficou um prédio inteiro, só de juizado. Implementamos justiça itinerante, aquilo realmente foi cativante. Esse contato direto com a população nos mantém muito pé no chão e você vê pessoas muito emocionadas com soluções que, para nós, parecem soluções simples.

Lembro-me de situações como a de um cidadão que pediu, o pedido dele no papel era para ele retirar os objetos da pensão que ele morava. Ele era devedor da pensão. E a gente tinha no Código Civil, então, a ideia de que se a pessoa devia, ela não podia retirar as coisas, o dono da pensão podia reter.

Até que voltou um funcionário e me contou, falou, doutor, aquela pessoa que ele pediu está chorando lá embaixo. Ele falou que ele quer a roupa dele. E a gente descobriu o que ele tinha, ele saiu para trabalhar, São Paulo dá variação às vezes de 20 graus, saiu para trabalhar com 25 graus de dia, voltou, estava 6 graus à noite, ele queria o sapato, a calça, e era basicamente o que ele tinha.

E aquilo foi dando uma noção da importância da atividade do juiz, para a vida das pessoas. Aquilo cativou, foi meu vínculo, comecei a escrever sobre o tema, participar do Fonaje, e ali surgiu o Cabral, um colega do Rio Grande do Norte, no telefonema, que acabou gerando a instalação do Fonaje, e no Fonaje a gente encontrava iguais, pessoas que tinham o mesmo objetivo, e isso foi muito bacana na minha vida.

Nessa época, escrevi o livro Teoria e Prática dos Juizados Especiais. Foi uma oportunidade. Eu tinha feito um livro, anterior dessa parte bem técnica, então tinha aprendido a embocadura de escrever, mas era um livro técnico. E na questão dos juizados, vivenciando aquilo tudo, a gente ia registrando muitas experiências práticas, até para usar modelos do computador, um número grande de processos, e aquilo foi me subsidiando, trazendo material, estudos sobre processos, que a gente vai documentando, e posteriormente, no contato com o Fonaje, vendo experiências de outros estados.

Era curioso, porque a internet era incipiente, então a gente pegava material escrito dos colegas, transcrevia, citava os autores, e aquilo permitiu construir um livro com jurisprudência do país todo, enfim, de norte a sul do país, compilando entendimento de colegas, que muitas vezes eram entendimentos convergentes, pessoas que nunca se falaram, nunca se conheceram."

3. Você poderia explicar como e quando começou a participar do Fórum Nacional dos Juizados Especiais e quais eram as principais pautas?

Des. Ricardo Chimenti: "Então, era muito curioso porque os tribunais não davam apoio algum e eram encontros que os juízes em férias ou pegando alguns dias, eles conseguiam participar.

Como não havia nenhum enunciado, a proposta central no início era a gente ter um norte para seguir uniformizando entendimentos, aqueles entendimentos amplamente majoritários.

E a gente percebia desde logo que eram debates muito apaixonados, não tinha nada formal no sistema do Fonaje desde a sua origem e percebemos que eram colegas que estavam à frente de trabalhos, trabalhos difíceis porque inovadores e que eles precisavam trocar ideia com alguém do mesmo ramo, já que nos seus tribunais às vezes ficavam isolados. Os tribunais, os mais antigos nos tribunais não conheciam o sistema.

Não adiantava ele debater com um colega processualista civil porque ele não encontrava as respostas. E entre nós esses diálogos foram gerando sim a construção de muitos enunciados que visavam sobretudo o funcionamento de um sistema.

Não adiantava ele debater com um colega processualista civil porque ele não encontrava as respostas. E entre nós esses diálogos foram gerando sim a construção de muitos enunciados que visavam sobretudo o funcionamento de um sistema.

Então não tinha interesse econômico, interesse do grupo A ou B, ou interesse ideológico algum. A ideia era construirmos um sistema que funcionasse, interpretando da melhor forma possível as leis e a partir dali percebemos que o sistema não tinha interesse econômico, percebemos a necessidade de participarmos também do processo legislativo e passamos a, de um lado, editar enunciados, de outro lado, trabalhar junto ao legislativo nos projetos de lei, fazendo nossas propostas, nossas reivindicações junto ao legislativo.

E o Fonaje foi crescendo, sendo reconhecido e graças a algumas figuras como foi o desembargador Rêmolio Letteriello, já falecido, como foi o Tiago Ribas, do Rio de Janeiro, José Fernandes Filho, de Minas Gerais, pessoas que praticamente nos pegavam pela mão e nos levavam aos nossos tribunais. Eram desembargadores já muito bem conceituados para explicar o que era o sistema de juizados, o que ele precisava e de que forma ele poderia atender melhor a população."

4. Como foi sua eleição para a presidência do Fonaje e quais desafios enfrentou?

Des. Ricardo Chimenti: "A eleição para a presidência do Fonaje se deu num contexto muito curioso, porque todo mundo ali era muito apaixonado pelo sistema. E o Cabral, que foi nosso fundador, ele já tinha ficado na presidência, me parece que ali por mais de um período, e houve a necessidade de uma renovação de fôlego.

E ainda era uma eleição em que todos os estados votavam, houve de fato uma votação ali com uma campanha, e depois a gente percebeu que não era boa para o Fonaje. Mas eu fui eleito uma primeira vez, fui reeleito, na época não tinha nenhuma vedação para a reeleição.

Depois, quando a gente percebeu que tinha muita campanha, bastidores, e a gente não queria esse tipo de manifestação dentro do Fonaje, a gente regionalizou as eleições, passou a ser por região, é a própria região que escolhe o seu candidato.

Normalmente há um consenso nas regiões, e a eleição mesmo, essa eleição com campanha e bastidores, ficou reservada para o caso de uma determinada região não chegar a um consenso quanto ao seu candidato. Isso nunca aconteceu.

Com isso, o Fonaje subsiste de uma forma bem coesa, sem grupos separados disputando poder, de forma regionalizada para que todos possam participar, e sem a necessidade de cobrar uma mensalidade de ninguém.

O Fonaje, acho que é o fórum mais antigo hoje de juizes do país, sem exigir qualquer mensalidade, sem exigir qualquer pessoa. Então, funciona muito bem dessa forma espontânea, dessa forma realmente na garra."

5. Olhando para trás, qual diria, hoje, que teria sido sua contribuição para o Fonaje e para os Juizados Especiais?

Des. Ricardo Chimenti: "Eu creio que a ideia do livro Teoria e Prática dos Juizados Especiais contribuiu, porque eu consegui consolidar material de colegas de vários estados e os colegas se sentiram ali valorizados, tendo trabalho divulgado nacionalmente, passaram a produzir mais.

E acredito que o meu período como juiz auxiliar do CNJ também ajudou. Tínhamos ali o apoio tanto do ministro Dipp como depois da ministra Eliana Calmon para que desenvolvêssemos atividades relacionadas aos juizados e com isso a gente pôde ir concentrando colegas, lideranças do Fonaje em Brasília.

Então, olhando para trás, eu acredito que eu funcionei bem como um elo, realmente como uma ligação.

Entre alguns estados e talvez pelo fato de ser de um estado grande, eu fui sempre bem recepcionado em outros estados.

Eu acho que graças ao próprio tamanho do Tribunal de São Paulo, embora a gente seja visto às vezes com uma certa desconfiança de que tem uma vida muito própria ali, isso nunca me afetou e eu sempre fui muito bem recebido.

Os colegas queriam saber de experiências e eu tinha, dos meus colegas de São Paulo, experiências para retratar. E acho que isso também ajudou na construção do Fonaje."

6. Olhando para frente, como você vê a evolução do sistema dos Juizados Especiais? Quais são os desafios que se avizinham e as novas direções em que os operadores do sistema e o Fonaje devem se concentrar?

Des. Ricardo Chimenti: "Um futuro cada vez mais técnico. A gente hoje, graças ao trabalho de vários colegas, nós temos um livro que trata dos fundamentos dos nossos enunciados, que era algo muito cobrado e a exemplo do Fonaje é um livro de acesso gratuito.

E eu acredito que a gente cada vez mais tem que se especializar, como é basicamente a Justiça 4.0, que a gente percebe essa divisão em núcleos temáticos, núcleos de excelência e acho que dentro do Fonaje cada vez mais a gente vai construir esses núcleos para podermos aprimorar a jurisprudência e fazermos aí certa frente de aprimoramento de projetos legislativos que podem ser muito nocivos ao sistema.

Acho que esse trabalho legislativo cada vez tem que ser mais intensificado. Temos uma aproximação com a AMB para isso e esse trabalho, ele realmente é de suma importância para que o Fonaje sirva como um órgão de consulta.

Até o próprio ministro Salomão, que tem origem nos juizados e é fonajeano, recentemente encaminhou uma consulta ao Fonaje. Foi uma deferência a todos nós, para que pudéssemos opinar sobre determinadas circunstâncias.

Eu acho que o Fonaje, pela experiência que ele agrega, ele pode ser visto sim, como um órgão consultivo para diversos setores decisórios da sociedade."

² Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo – 2.º Presidente do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE (2000-2001)

Entrevista nº 3

1. Gostaríamos de agradecer-lhe por esta entrevista e propomos começar por apresentar o nosso “entrevistado” para que o leitor possa melhor compreendê-lo como pessoa. Então, apreciaríamos se nos contasse algo sobre suas origens e ligações culturais, enfim, sobre como sua jornada pessoal, profissional e sua formação jurídica.



*Joaquim Domingo de Almeida Neto*³

Des. Joaquim Domingo: “Eu sou juiz do Rio de Janeiro desde 1992, fui antes de sete anos promotor de justiça no estado do Rio de Janeiro, nasci aqui no meu estado, aqui estudei, me formei na Universidade Federal do Rio de Janeiro, antiga Universidade do Brasil, em 1985, com 23 anos fui promotor, lá fiquei sete anos até ser juiz em 92.”

2. Como sua jornada profissional se interliga com os Juizados Especiais e com a busca por uma Justiça mais simples, acessível e efetiva?

Des. Joaquim Domingo: “Durante a minha carreira, a maior parte do tempo eu permaneci como titular na área criminal, com atuação concomitante em várias cíveis ou em juízos únicos, mas sempre com atuação na área criminal, e a área criminal me levou para os juizados especiais criminais no seu nascimento, naquela época o juizado era uma grande tela em branco, e eu achei fantástica a oportunidade de participar da pintura dessa tela em branco, nesse novo campo de justiça que se abria no horizonte da gente.

Aparecia como uma promessa, aquela promessa de garantir acesso à justiça, daquela história das ondas, que a gente aprendeu estudando, de democratização, de acesso à justiça, e o juizado apareceu como a grande onda naquela época, em que a justiça, em sua essência, era um poder muito encastelado, muito hermético, muito difícil para o entendimento da população e para o entendimento dos próprios trabalhadores do direito, os lidadores do direito, como diz o ministro Peluso.

E foi nesse caminho que eu cheguei ao juizado, mas como um desafio. Eu me lembro que eu estava voltando de uma eleição, em que eu fui juiz eleitoral na Baixada Fluminense, e encontrei no meu gabinete um ofício do então corregedor da justiça, dizendo, olha, existe o juizado especial, você, a sua vara foi, pelos critérios que foram traçados pelo tribunal na época, foi escolhida para ter um juizado criminal adjunto.

Eu peguei o ofício, vim à corregedoria, aqui encontrei na corregedoria, como juiz auxiliar na época, doutora Cristina Gaulia, doutor Luiz Felipe Salomão, e falei para eles, mas qual é o paradigma que eu uso, o que eu faço para o juizado? E eles me disseram exatamente isso, que o juizado era uma tela em branco

que eu iria ter que construir do zero, não existia paradigma, não existia nenhuma orientação de como fazer, nenhuma receita de como fazer. Isso me atraiu muito, isso me atraiu muito, e eu participei desde o início da criação desse novo tempo na justiça, como a gente chamava aqui no Rio de Janeiro.

A frase era de um jornalzinho que o tribunal editava para que as decisões do juizado fossem conhecidas no tribunal, já que um dos medos que existia na época é que o juiz juizado não seria conhecido no tribunal, pois as decisões seriam revistas por turmas de julgadores de juizes, de primeiro grau. Então o tribunal começou a fazer essa divulgação, e o título dessa revista era Um Novo Tempo na Justiça.

O que me atraía no juizado além da novidade. A possibilidade de conseguir conversar com as partes, de conversar com os destinatários do meu trabalho sem nenhum intermediário. O juizado falava a linguagem, se propunha a falar a linguagem simples, direta e sem intermediário com as partes, e isso era muito inovador, porque eu venho de uma cultura de justiça tradicional, entrei como estagiário em 1983, em um tribunal que era uma coisa muito engessada, muito ritualizada, muito distante das partes, e esse desafio era realmente algo com o que eu sempre sonhei poder fazer.

E foi um privilégio para mim, de poder participar dessa mudança, participar desse momento novo da justiça.”

3. Você poderia explicar como e quando começou a participar do Fórum Nacional dos Juizados Especiais?

Des. Joaquim Domingo: “O Fórum Nacional dos Juizados tinha sido criado num primeiro encontro no Rio Grande do Norte, o primeiro encontro em que participaram os juizes, colegas brilhantes, todos com a mesma angústia de estar construindo algo que não tinha paradigma, e ele veio ao Rio de Janeiro logo na sua segunda ou terceira edição, terceira edição.

E eu, como já era juiz juizado na época, ainda adjunto à vara criminal, fui convidado pelo tribunal a participar desse encontro de juizes. E o FonaJe foi o primeiro desses fóruns, existem fóruns de quase todas as atividades judiciais. Existe até fóruns de presidentes dos tribunais, mas o primeiro de todos foi o FonaJe, que era um fórum de angustiados, era um fórum de juizes que queriam se encontrar para trocar ideias, para trocar práticas, trocar angústias, trocar confidências, partilhar alguns dissabores que sofriam nos seus próprios tribunais, algumas dificuldades que viviam, e que a gente percebeu que eram nacionais.

Elas estavam em todos os tribunais, em grau maior, em grau menor as dificuldades, mas elas existiam em todos os tribunais.

E por partilharmos essas angústias, essas dificuldades, nós criamos de imediato um vínculo de irmandade entre juizes e juizados, e uma necessidade de troca constante de experiências.

Daí, teve essa enxurrada de enunciados nos primeiros momentos do FonaJe, os encontros eram de muita produção de textos, a gente via na produção desses textos o êxito de cada encontro, coisa que hoje em dia, com uma jurisprudência mais assentada, com os juizados já criando jurisprudência do juizado, não existe mais essa necessidade toda.

Mas naquele momento inicial, existe uma grande necessidade de deixar documentado as nossas angústias através de recomendações dos tribunais, e as nossas ideias de criação de uma justiça nova através de enunciados. E eu me apaixonei pelo Fonaje, e desde então nunca deixei de participar de todos os encontros.”

4. Como era o Fonaje na época, quem participava e quais eram as principais pautas?

Des. Joaquim Domingo: “O Fonaje na época era, era não, ainda é, um fórum antes de tudo de juízes idealistas. Nós nos reunimos, semestralmente, para contar as nossas vitórias, contar nossos insucessos, partilhar nossas dores e, volta a dizer, pintar essa tela que hoje em dia não está mais em branco, mas que nunca vai ser uma tela acabada.

Até porque o juizado, pela sua essência, ele tem que ser uma entidade inconstante, constante evolução, e constante evolução implica em constante transformação. Implica em nunca se contentar com o que está feito. Sempre se questionar se não pode ser feito melhor, mais rápido, de outra maneira, mais econômico e, sobretudo, se não se pode atender aos anseios da sociedade, que são sempre mais tornados, porque a própria convivência social cria novas, novos embates, novas dificuldades.

Se a gente dizia, lá no início do Fonaje, que ter fornecimento de água dentro de casa é direito fundamental, por isso tem que ser garantido. Hoje em dia, a gente tem que dizer que ter internet, ter acesso a rede social é um direito fundamental que tem que ser garantido.

Essa é a própria evolução da vida que faz que o que Fonaje tenha que evoluir todo dia.”

5. Como foi sua eleição para a presidência do Fonaje e quais desafios enfrentou?

Des. Joaquim Domingo: “Eu fui presidente do Fonaje por duas vezes, primeiro eu era vice-presidente da Sandra Silvestre. Ela foi ser a nossa juíza da ONU, lá no Timor-Leste, e eu acabei o mandato dela. E depois fui eleito no rodízio de Regiões como presidente, anos depois, pela região Sudeste.

E foi um momento muito bom para mim, profissionalmente, e muito bom porque eu pude contar com a colaboração de todos os colegas.

O Fonaje não é nada sem cada um dos juízes O juiz daquela comarca mais distante, lá do rincão mais perdido do nosso país e que chega para a primeira vez ao Fonaje, com toda aquela gana, aquele brilho nos olhos, ele nos dá o ar necessário para que o Fonaje consiga respirar, se renovar e crescer a cada mês.

Então, o presidente, na verdade, era o menos importante. O mais importante é aquele juiz novo que está chegando no Fonaje e que vem questionando, e que vem querendo trazer novidades e nos faz refletir sobre algumas coisas que a gente achava estabelecidas, tão fortemente que não precisavam ser questionadas e que precisam ser questionadas sempre, a todo momento.

Então, ser presidente do Fonaje nada mais é do que saber estimular essa renovação constante. Acho que essa é a principal missão e esse é o principal desafio dos presidentes do Fonaje de todos os tempos e cada vez mais agora, o que é a sua primeira missão?”

6. Olhando para trás, qual diria, hoje, que teria sido sua contribuição para o Fonaje e para os Juizados Especiais?

Des. Joaquim Domingo: “Os desafios do Fonaje de hoje continuam em grande parte os mesmos que eram da nossa instalação. Se nós não temos que nos preocupar mais com instalação física, nós temos que nos preocupar com instalação virtual.

Por exemplo, desafios como inteligência artificial, como é que a gente pode compactar compatibilizar a inteligência artificial com a necessidade do olho no olho que tem que ter o juizado, já que o juizado é o juizado que tem o privilégio de não ter intermediários, de ser a cara da justiça que está diante do usuário.”

7. Olhando para frente, como você vê a evolução do sistema dos Juizados Especiais? Quais são os desafios que se avizinham e as novas direções em que os operadores do sistema e o Fonaje devem se concentrar?

Des. Joaquim Domingo: “A gente tem que pensar muito bem em que medida a inteligência artificial tem que ser calibrada para não tirar essa essência do juizado, que é de locus em que o usuário tem o direito ou o day in court dele, o direito de estar diante do juiz, ver que o juiz é uma pessoa palpável, real e está ali para atendê-lo.

E a inteligência artificial tem que ser aliada, não pode ser nunca um empecilho a esse contato. Isso eu acho que ao meu ver é o grande desafio, a grande evolução que o sistema vai ter daqui para frente e encontrar esse ponto de equilíbrio e que vai ser a grande discussão do juizado no momento atual e certamente esse ponto de equilíbrio hoje será um, amanhã será outro, de acordo com a própria evolução da demanda.

Eu acredito que o Fórum dos Juizados foi inovador. Ele está na origem, a própria essência do Fórum, que é reunir juizes para trazer a construção da justiça de sua base para cima. Ao contrário da ideia de súmula, que vem a justiça construída de cima para baixo. Ele na verdade foi o elemento de união e de criação de uma nova mentalidade de como se administrar a justiça, de administrar a justiça participativamente de um juiz que vive no dia a dia.

A dificuldade da sua atividade jurisdicional poder ter voz para dizer para o Tribunal, para o Judiciário Nacional. Hoje em dia os fonajeiros se dirigem não só aos tribunais, mas ao CNJ, à presidência do Supremo, a todas as instâncias da justiça. Então ele é uma caixa, é um amplificador da voz do juiz que está na ponta sobre as necessidades do dia a dia.

O que faz o Fonaje ser bem sucedido é que nós sabemos qual é a dificuldade que nós temos e que nós queremos construir, através da união de todos, uma justiça melhor. Essa é a essência do Fonaje.”

³ Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – 6.º e 14.º Presidente do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE (2004 e 2012)

Entrevista nº 4

1. Gostaríamos de agradecer-lhe por esta entrevista e propomos começar por apresentar o nosso “entrevistado” para que o leitor possa melhor compreendê-lo como pessoa. Então, apreciaríamos se nos contasse algo sobre suas origens e ligações culturais, enfim, sobre como sua jornada pessoal, profissional e sua formação jurídica.



Paulo Zacarias da Silva⁴

Des. Paulo Zacarias: “O grande sonho da minha vida sempre foi cursar Direito. Desde a adolescência, eu me preparava mentalmente, psicologicamente e emocionalmente para isso. Prestei vestibular em 1976, para a Universidade Federal de Alagoas, e concluí o curso em 1980. Naquele ano, eu já era servidor do TRE — tinha passado em concurso para o Tribunal Regional Eleitoral. Antes disso, havia sido bancário. Meu primeiro emprego foi como bancário, no Banco do Estado de São Paulo. Saí de lá para assumir o cargo no TRE de Alagoas.

Foi no TRE que conheci um colega advogado. Eu já estava no último ano da faculdade quando ele me convidou para estagiar no escritório dele. Aceitei o convite. Após um ano de estágio, ele me chamou para continuar, agora como advogado. Passei a conciliar os dois turnos: pela manhã no TRE e, à tarde, no escritório de advocacia. Atuei como advogado durante seis anos. E, nesse período, nasceu em mim o desejo de ser juiz.

Quando compartilhei esse sonho com os colegas do escritório, eles ficaram revoltados comigo. Diziam: “Rapaz, você vai ser juiz? Juiz não ganha dinheiro, não! Você está ganhando bem aqui como advogado, dá para ficar rico!” Mas eu respondia: “Olha, eu tenho um sonho. Eu quero ser juiz. Acho a carreira bonita.” Eu me inspirava em filmes americanos — aqueles em que o juiz aparece com aquela vestimenta tradicional, imponente. Aquilo me encantava. Eu dizia: “Não, eu vou ser juiz.”

Foi quando surgiu o concurso, em 1986. Fiz a prova e fui aprovado. Como é de praxe, fui designado para o interior, onde permaneci por quase dez anos. Em 1993, fui removido para a capital. Na época, o nosso Tribunal dispunha de uma vaga de juiz auxiliar de terceira entrância, que é a entrância da capital. E foi assim que assumi essa função.”

2. Como sua jornada profissional se interliga com os Juizados Especiais e com a busca por uma Justiça mais simples, acessível e efetiva?

Des. Paulo Zacarias: “Naquela época, o presidente do Tribunal era o pai do atual presidente, o desembargador Fernando Torinho. E o Torinho sempre foi um entusiasta da Justiça. A Lei dos Juizados foi de 1995, não é? Pois bem, em 1997, ele já presidia o Tribunal.

Foi quando ele disse: “Vamos instalar o Juizado Especial da Capital.” E assim fez — instalou mais um Juizado na capital. Na ocasião, eu era professor em uma faculdade particular aqui da cidade. Ele, então, sugeriu: “Vamos colocar um Juizado na faculdade onde o Paulo leciona.” E foi exatamente isso que aconteceu: foi instalado ali o Quarto Juizado Especial Cível da Capital, e eu fui designado como titular dessa unidade.

A partir desse juizado, que funcionava na própria faculdade onde eu dava aula, foi que tive meu primeiro contato com o Fonaje.”

3. Você poderia explicar como e quando começou a participar do Fórum Nacional dos Juizados Especiais?

Des. Paulo Zacarias: “Conheci o Fonaje na minha primeira participação, durante o oitavo encontro, realizado em Belo Horizonte. Foi ali que me deparei com um universo totalmente diferente de tudo o que havia visto até então. Encontrei um grupo de juízes verdadeiramente comprometidos com a efetividade da Lei nº 9.099, de 1995 — todos engajados em fazer com que os Juizados Especiais cumprissem, de fato, sua missão. Aquilo me encantou e causou um grande impacto.”

4. Como era o Fonaje na época, quem participava e quais eram as principais pautas?

Des. Paulo Zacarias: “Aí me juntei a esse grupo e passei a ser um frequentador assíduo do Fonaje. Não perdia um encontro. Com o tempo, fui criando laços, fazendo amizade com muita gente — o Chimenti, a Sueli Pini, a Sandra, o Zé Fernandes, o Rêmulô, o Tiago Ribas. Pessoas que me inspiravam, que me davam ânimo e entusiasmo a cada nova reunião.

Naquela época, havia uma preocupação enorme com a celeridade, a informalidade e a valorização das conciliações. E isso me empolgava, porque eu nunca fui muito afeito à formalidade. Sempre fui alguém que gosta de quebrar protocolos. Aquele processo tradicional, cheio de rituais, demorado, burocrático — isso nunca me atraiu. O que sempre me encantou foi a simplicidade, o contato direto com o cidadão, abrir as portas da Justiça para todos.

E ali, naquele grupo de juízes comprometidos com a efetividade e o aprimoramento da Lei de 1995, eu me encontrei.”

5. Como foi sua eleição para a presidência do Fonaje e quais desafios enfrentou?

Des. Paulo Zacarias: “Até que fui escolhido vice-presidente do Fonaje, na gestão da Denise Kruger Pereira, que hoje é desembargadora no Tribunal de Justiça do Paraná. Depois da gestão dela, recebi seu apoio para assumir a presidência. Fui eleito presidente durante o encontro realizado em Goiânia.

Na minha gestão, buscamos firmar parcerias, para publicação de livros sobre Juizados Especiais. Esse convênio foi lançado no encontro que promovemos em Aracaju. Fizemos algumas contribuições importantes nesse sentido, especialmente no fortalecimento da conciliação.

Na época, contamos com o apoio valioso do então juiz e hoje ministro do STJ, Marco Buzzi. Coloquei o Buzzi como representante do Fonaje em uma comissão de conciliação do CNJ. Ele se destacou naquela campanha nacional de estímulo à conciliação, elaborando inclusive o Manual da Conciliação, que teve ampla

repercussão. Isso deu muita visibilidade tanto para os Juizados quanto para ele próprio — e acredito que essa projeção tenha contribuído de alguma maneira para sua chegada ao Superior Tribunal de Justiça.

Demos prosseguimento à nossa trajetória no Fonaje, realizando o encontro em Aracaju e, na sequência, outro em São Paulo, com o apoio inestimável do amigo Ricardo Chimenti e de toda a equipe local. Continuei participando ativamente do Fonaje, até que surgiu uma circunstância que interrompeu minha trajetória.

O Tribunal, atendendo a uma demanda legítima das mulheres, precisou instalar o Juizado de Violência Doméstica, após a promulgação da Lei Maria da Penha. Na época, eu era presidente da Associação dos Magistrados. Fui chamado pelo presidente do Tribunal para participar de uma reunião com representantes do movimento feminino. Elas defendiam — com razão — que o juizado fosse conduzido por uma magistrada. O presidente, então, fez um apelo público para que alguma juíza aceitasse assumir a titularidade, mas, naquele momento, nenhuma se dispôs. Foi quando ele se virou para mim e disse: “Zacarias, me ajude. Assuma o juizado, só para a instalação. Depois a gente te transfere.”

Aceitei colaborar com o Tribunal — e acabei ficando 16 anos à frente do Juizado de Violência Doméstica. Minha intenção era retornar aos Juizados Especiais Cíveis, mas não consegui mais sair dali. Depois disso, acabei sendo promovido ao Tribunal de Justiça. E assim se deu minha chegada à Corte.

Mas trago comigo uma rica experiência. Fiz grandes amizades e guardo um carinho especial pelos Juizados. Fui coordenador dos Juizados aqui no meu estado. Realizamos um Fonaje memorável em Maceió. Minha trajetória foi marcada por entusiasmo. O Fonaje é um grupo diferenciado. Um grupo que tem um compromisso profundo com a cidadania, com as coisas simples, com o verdadeiro acesso à Justiça — e não só com o acesso, mas com a saída também, com a efetividade da solução judicial.

Tenho enorme gratidão por esse grupo, por tudo o que construímos e pela saudade dos amigos que fiz e que continuam firmes no Fonaje e na defesa do sistema dos Juizados Especiais.”

6. Olhando para trás, qual diria, hoje, que teria sido sua contribuição para o Fonaje e para os Juizados Especiais?

Des. Paulo Zacarias: “Olhar para trás é, para mim, olhar com gratidão e com a certeza de que dei o melhor de mim aos Juizados Especiais e ao Fonaje. Minha contribuição veio da vivência prática, da entrega diária e do entusiasmo constante com esse sistema que sempre acreditei ser transformador. Desde a instalação do quarto Juizado Especial Cível da Capital, em Maceió, até minha atuação como presidente do Fonaje, tudo foi feito com muito envolvimento e convicção.”

No Fonaje, fui de participante assíduo a presidente. Passei por cada etapa, fui fazendo amizades, trocando experiências, aprendendo com grandes nomes — como o Chimenti, a Sueli, o Zé Fernandes, o Rêmulô, entre tantos outros — e também contribuindo, com ideias, com trabalho e, principalmente, com o desejo sincero de fortalecer esse sistema.

Além disso, fui coordenador dos Juizados em Alagoas, participei da realização de encontros, inclusive um aqui em Maceió, e defendi o modelo dos Juizados em todas as frentes que pude. Mesmo quando fui chamado para assumir o Juizado de Violência Doméstica, permaneci com o mesmo espírito de serviço, embora isso tenha me afastado da atuação mais direta no Fonaje por um tempo.

Minha contribuição, portanto, foi de presença, de ação e de fé nesse modelo de justiça mais próxima do povo, mais humana, mais acessível. O FonaJe é, para mim, uma grande família, e tenho muito orgulho de ter feito parte da sua história.”

7. Olhando para frente, como você vê a evolução do sistema dos Juizados Especiais? Quais são os desafios que se avizinham e as novas direções em que os operadores do sistema e o FonaJe devem se concentrar?

Des. Paulo Zacarias: “O futuro dos Juizados Especiais passa, necessariamente, por um constante processo de aperfeiçoamento. Esse sistema precisa, com urgência, de um apoio mais robusto por parte dos tribunais. Enquanto os juizados não forem devidamente equipados com tecnologia de ponta, recursos humanos qualificados e ferramentas modernas que agilizem os processos, será difícil atender plenamente aos anseios da sociedade.

Aqui em Alagoas, por exemplo, vivenciamos isso de perto. Chegamos a ter seis turmas recursais espalhadas pelo estado. Mas, por falta de pessoal, de estrutura e de equipamentos, fomos obrigados a unificá-las. Hoje, temos apenas uma turma recursal única — sobrecarregada, apesar de estar agora sob titularidade exclusiva, com juízes que não mais acumulam outras funções, como no passado. Eles contam com equipe de assessores, dentro de um modelo novo adotado pelo tribunal.

Estamos confiando que essa mudança funcione e contribua para desafogar o grande acúmulo de recursos que estavam parados, sem julgamento.

Minha esperança é que, no futuro, cada gestor de tribunal, cada colega que atue nos juizados, mantenha o entusiasmo. Que ninguém perca a motivação de transformar o juizado naquilo que ele foi idealizado para ser, lá em 1995: uma porta de entrada ampla e acessível à Justiça, pensada justamente para desafogar o sistema tradicional.

Se conseguirmos resolver, com agilidade, aquelas causas que se enquadram no limite de alçada previsto na Lei dos Juizados, contribuiremos de forma concreta para o equilíbrio da Justiça comum. Por isso, é fundamental que o olhar para o futuro esteja sempre voltado ao fortalecimento e à modernização do sistema dos Juizados Especiais.”

⁴ Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas – 8.º Presidente do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE (2006)

Entrevista nº 5

1. Gostaríamos de agradecer-lhe por esta entrevista e propomos começar por apresentar o nosso “entrevistado” para que o leitor possa melhor compreendê-lo como pessoa. Então, apreciaríamos se nos contasse algo sobre suas origens e ligações culturais, enfim, sobre como sua jornada pessoal, profissional e sua formação jurídica.



Janete Vargas Simões⁵

Dra. Janete Vargas: “Sou capixaba, Desembargadora do Estado do Espírito Santo, e ao longo da minha trajetória ocupei funções no Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE, tendo sido presidente em 2007, vice-presidente em 2006, secretária-geral e integrante da comissão legislativa”.

2. Como sua jornada profissional se interliga com os Juizados Especiais e com a busca por uma Justiça mais simples, acessível e efetiva?

Dra. Janete Vargas: “Nasci no interior do Espírito Santo, filha de serventuários de um pequeno cartório extrajudicial de registro civil. Desde cedo acompanhava meus pais e aprendi a observar a vida que pulsava nos casamentos, nas eleições municipais, nos pequenos eventos da cidade. Vivenciei de perto as necessidades e dificuldades do cidadão para obter simples documentos e ter acesso à justiça. Na época, o mais próximo era o juiz de paz, uma figura quase mágica que, com maestria e simplicidade, construía acordos entre as partes. Talvez aí tenha começado a minha paixão pela justiça – essa justiça que, para ser verdadeira, precisa estar perto das pessoas através do diálogo, da conciliação e busca pela resolução dos conflitos de forma consensual.

Quando iniciei a graduação na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), mergulhei nas atividades acadêmicas, nos cursos de extensão e depois na advocacia. Mas foi em 1990, ao tomar posse como magistrada, que realmente compreendi o que era trilhar o caminho da justiça. Atuei em várias comarcas do interior, ora em varas únicas, ora em varas especializadas, passando pelas áreas criminal, cível, família, órfãos e sucessões, execuções fiscais e júri. Concluí minha caminhada no primeiro grau em uma das varas do juizado especial cível, onde permaneci por mais de dez anos, também integrando o colégio recursal em algumas oportunidades e a coordenação dos juizados especiais do TJES, procurando manter uma relação comunicativa com os magistrados do sistema e a sociedade, em projetos de cidadania.

Minha remoção de uma vara do júri da Capital para o 2º Juizado Especial Cível da Capital (só tínhamos 02 juizados cíveis e 01 criminal), foi um marco. Um impacto imenso, um choque inicial com a informalidade e o distanciamento das regras processuais, mas que renovou minha paixão pelo direito e pelo contato com a comunidade.

Lembro-me bem do primeiro dia, o prédio simples situado na praça de um bairro populoso, a pequena sala no final de um corredor, o cartório, os banheiros públicos e os bancos cheios de partes aguardando. Sem processos, sem iniciais, sem advogados; apenas um pedido manuscrito em uma folha amassada. Iniciei, nesse cenário, a primeira audiência do dia, às 9h.

Era uma folha com pedido de pagamento de uma determinada quantia somente. Estava irritada com a ausência de informações, documentos, carimbos, certidões, etc... A cobrança de uma dívida, por exemplo, era feita, com um simples pedido do autor acompanhado de uma nota promissória amassada e preenchida por canetas diferentes. Após ouvir as manifestações das partes e me recompor, comecei a entender o que falavam, chegando a conclusão de que se tratava de cobrança de um valor de empréstimo pessoal, entre vizinhos, a famosa “agiotagem”, chegando as partes a um acordo para o pagamento. Outras dez audiências foram realizadas naquele mesmo dia, e eu, cada vez mais atônita com a inexistência de processos formais e a necessidade de compreender o que as partes pleiteavam. E assim foi a primeira semana. A cada dia me surpreendiam os pedidos inusitados e a informalidade do sistema. Mas, ao final da semana, já estava familiarizada e percebendo a riqueza daquela experiência, gostando, cada vez mais dos resultados, da efetividade e da surpresa das partes poderem esclarecer o que estava por trás do pedido, nem sempre muito bem formulado, feito por estagiários ou funcionários do município, já que o juizado funcionava na Casa do Cidadão, órgão do Município de Vitória, onde vários serviços eram oferecidos.

Passei a chegar cada vez mais cedo no juizado, dobrando o número de audiências e realizando, por vezes, mais de 20 audiências por dia. As demandas giravam, quase sempre, em torno de relações continuadas de vizinhança e família, que exigiam pontes de diálogo, mais do que sentenças. Era, como bem ensinou Kazuo Watanabe, o verdadeiro juizado de pequenas causas, com grandes valores afetivos. Ainda não tínhamos as microempresas e os condomínios como partes nos processos.

Com a escritã do juizado, Paula Morgado Horta Cavalcanti, entusiasta e estudiosa do sistema, iniciamos um trabalho de valorização dos juzados especiais. Com o apoio do desembargador José Eduardo Grandi Ribeiro, que já exercera todos os cargos administrativos no TJ e no TRE, detentor de um perfil comunicador, planejador, e executor, formamos a primeira comissão de coordenação dos juzados especiais cíveis e criminais. A partir daí, o sistema cresceu, novos juzados foram instalados, turmas recursais ampliadas, e passamos a ter visibilidade no Tribunal de Justiça. Em parceria, com diversas instituições públicas e privadas, planejamos e executamos diversos projetos de cidadania, instalamos juzados adjuntos nas instituições de ensino, inserindo centenas de estudantes nos cartórios e nas conciliações. A imprensa foi uma grande aliada nas informações sobre o funcionamento do sistema e na divulgação dos inúmeros eventos realizados. ”

3. Você poderia explicar como e quando começou a participar do Fórum Nacional dos Juzados Especiais?

Dra. Janete Vargas: “Minha primeira participação se deu no IV Encontro Nacional, realizado no Rio de Janeiro, em novembro de 1998, presidido pelo Juiz de Direito João Cabral da Silva (TJRN) e organizado pelo então Juiz de Direito, Luís Felipe Salomão (TJRJ) e que ocorreu em uma das salas da Faculdade Estácio de Sá. Foi enriquecedor e serviu de estímulo para novos projetos nos Estados. Desde então, participei de quase todos os encontros nacionais, conhecendo a realidade, as necessidades e as boas práticas de cada Estado. O FonaJe gerou e tem gerado grandes e verdadeiras amizades entre os magistrados de todos os rincões do País.”

4. Como era o Fonaje na época, quem participava e quais eram as principais pautas?

Dra. Janete Vargas: “O Fonaje ainda era conhecido como “ Encontro Nacional de Coordenadores dos Juizados Especiais”.

Me recordo de alguns colegas que participavam, João Cabral da Silva (TJRN), Luis Felipe Salomão (TJRJ), Ricardo Cunha Chimenti (TJSP), Sueli Pereira Pini (TJAP), Carlos Alberto Alves Rocha (TJMT), Rêmolo Letteriello (TJMS), Paulo Zacharias (TJAL), Joaquim Domingos de Almeida Neto (TJRJ), Thiago Ribas (TJRJ), José Fernandes Filho (TJMG), Paulo Feitosa (TJAM), Marco Galliano Daros (RS), Jones Figueiredo Alves (PE), Marco Aurélio Buzzi (TJSC), Liliane Bittencourt (TJGO), entre outros.

As pautas principais nos primeiros encontros giravam em torno da estruturação do sistema nos tribunais, da escolha e capacitação dos conciliadores, da indicação de magistrados do próprio sistema para as turmas recursais e, principalmente, da interpretação da Lei 9.099/95 e depois da Lei 12.153/2009, através dos enunciados, visando uniformizar os procedimentos e os posicionamentos dos juizados em todo território nacional. ”.

5. Como foi sua eleição para a presidência do Fonaje e quais desafios enfrentou?

Dra. Janete Vargas: “Em 2006, fui eleita presidente no XX Encontro, realizado em SP, após exercer a vice – presidência ao lado do colega Paulo Zacarias. Na presidência, organizei o XXI Fonaje em Vitória (ES), no período de 30 de maio a 02 de junho de 2007 e o XXII em Manaus (AM), no período de 24 a 26 de outubro de 2007, reunindo representantes de todos os Estados e do Distrito Federal. Nesse período, aproximamos os tribunais e os governos estaduais, firmando acordos relevantes, especialmente em temas de relação de consumo e cidadania, como justiça comunitária, juizados do torcedor, juizados nos aeroportos e melhorias na prestação de serviços públicos.

Também enfrentamos, no Congresso Nacional, propostas legislativas que ameaçavam o sistema, com o aumento da alçada. Atuamos firmemente por meio da comissão legislativa, com visitas ao Superior Tribunal de Justiça, ao Parlamento e ao Conselho Nacional de Justiça, sempre recebidos com atenção.”.

6. Olhando para trás, qual diria, hoje, que teria sido sua contribuição para o Fonaje e para os Juizados Especiais?

Dra. Janete Vargas: “Tenho orgulho da minha caminhada e contribuição ao sistema dos juizados especiais, especialmente no Fonaje.

E posso citar alguns eventos que contribuíram para o fortalecimento do sistema dos juizados especiais, entre elas a criação da coordenadoria dos juizados especiais cíveis e criminais do TJES, a coordenação do Projeto Justiça Comunitária, em 2004, no TJES, o qual continua prestando relevantes serviços e atendimentos às comunidades carentes no Estado, com atendimento jurídico e educacional, em parceria com os municípios e instituições de ensino, levando cursos de conciliação para as escolas públicas, atuação na comissão legislativa, presidida pelo estimado amigo e colega Ricardo Cunha Chimenti, troca de experiência dos juizados especiais após a edição da Lei 10.259/2001 (Juizados Especiais Federais) como palestrante, no programa de treinamento e capacitação para advogados públicos perante os juizados

especiais federais, com representantes de diversos setores e estados, em SP, em 2002, divulgação da cultura da conciliação, com implementação da semana da conciliação como gestora do comitê estadual responsável pela conciliação no âmbito dos juzizados especiais no TJES, divulgação da experiência dos juzizados especiais cíveis, como palestrante, em diversos eventos fora do ambiente do sistema, em especial, no seminário “juzizados especiais do torcedor”, promovido pelo Ministério da Justiça - Secretaria de reforma do judiciário e Instituto Brasileiro de Direito Desportivo (Brasília, 2010)”.

7. Olhando para frente, como você vê a evolução do sistema dos Juzizados Especiais? Quais são os desafios que se avizinham e as novas direções em que os operadores do sistema e o FonaJe devem se concentrar?

Dra. Janete Vargas: “Vejo no sistema dos juzizados especiais o modelo de processo que deveria se estender para o sistema jurídico brasileiro, focado nos princípios da simplicidade, oralidade e informalidade. Mas, entendo que vivenciamos um novo tempo, com novos desafios, crescimento de demandas repetitivas e predatórias, a perda de efetividade da conciliação e a resistência de grandes empresas em conciliar. Mas sigo acreditando que, se mantivermos viva a essência que vi naquele meu primeiro dia de audiência – aquela folha amassada, aquele pedido simples, aquelas vozes sem formalidade- continuaremos construindo uma justiça próxima, efetiva e humana”.

⁵ Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe - 9º Presidente do Fórum Nacional dos Juzizados Especiais – FONAJE (2007)

Entrevista nº 6

1. Gostaríamos de agradecer-lhe por esta entrevista e propomos começar por apresentar o nosso “entrevistado” para que o leitor possa melhor compreendê-lo como pessoa. Então, apreciaríamos se nos contasse algo sobre suas origens e ligações culturais, enfim, sobre como sua jornada pessoal, profissional e sua formação jurídica.



José Anselmo de Oliveira⁶

Dr. José Anselmo: “Eu sou um homem pardo, nascido no interior do estado de Sergipe, no município de Capela, distante 60 km da capital Aracaju, onde passei a morar com os meus pais Alonso Oliveira (já falecido) de profissão marceneiro e Maria lolita, à época dona de casa. Sempre estudei em escolas públicas, do ensino primário (à época), passando pelo ensino técnico na Escola Técnica Federal de Sergipe, onde me formei em eletrotécnica, mas resolvi prestar vestibular para Direito na Universidade Federal de Sergipe, em 1977. A escolha foi guiada pela experiência como jornalista iniciante nos diários locais e por ficar perto dos pais, tendo em vista que o curso de engenharia elétrica era na Universidade Federal da Paraíba, no campus de Campina Grande.

A cultura foi para mim um grande divisor de águas. Logo cedo, aos 13 anos passei a escrever poesia e aos 15 já era foca (iniciando como repórter nos jornais da capital), passando pelo teatro amador (interpretando, escrevendo e dirigindo), pelo cinema Super 8 e 16 mm.

Aos 18 comecei a lecionar no SENAC em Sergipe, onde também exerci a função de Assessor de Comunicação Social enquanto cursava Direito.

Advogado aos 23 anos, exerci a advocacia pública na Prefeitura de Aracaju e em órgãos da Administração indireta do Estado de Sergipe, como a Companhia de Processamento de Dados de Sergipe. Paralelamente passei a lecionar na Faculdade de Direito das Faculdades Integradas Tiradentes (atualmente Universidade Tiradentes), e sendo o primeiro coordenador do Curso de Direito da Universidade Estácio em Sergipe. Cursei o mestrado em direito na Universidade Federal do Ceará, concluindo em 2002.

Ingressei na magistratura estadual de Sergipe em 1989, portanto há 35 anos, sendo hoje o mais antigo magistrado no primeiro grau, atuando na 28ª Vara Cível da Comarca de Aracaju, especializada em família e sucessões.

Fui juiz com atuação nos juzizados especiais criminais logo com o início da vigência da Lei 9099/95, presidi a Turma Recursal da Capital, e atuei no Juizado Especial da Fazenda Pública.

Na parte acadêmica, publiquei até agora seis livros de direito, inclusive dois, como colaborador, sobre os Juizados Especiais, e quatro de literatura, sendo três de poesia. Muitos artigos jurídicos em revistas especializadas e jornais de circulação, e artigos de cultura geral.

Casado, pai de um casal de filhos, e prestes a ser avô na data desta entrevista (meados de 2024).”

2. Como sua jornada profissional se interliga com os Juizados Especiais e com a busca por uma Justiça mais simples, acessível e efetiva?

Dr. José Anselmo: “O surgimento dos Juizados Especiais foi um acontecimento que acompanhei desde os primórdios com a criação dos juizados de pequenas causas no Tribunal de Justiça de Sergipe, quando era o seu presidente o meu ex-professor e depois membro do STJ, Ministro Fontes de Alencar.

Já exercia a magistratura quando foi aprovada a lei 9099/95. Acompanhei a instalação dos juizados em Sergipe e participei dos debates na Escola Superior da Magistratura, atualmente Escola Judicial.

Motivado pelo interesse de saber mais sobre os juizados especiais fui participar pela primeira vez do FONAJE em Santa Catarina”.

3. Você poderia explicar como e quando começou a participar do Fórum Nacional dos Juizados Especiais?

Dr. José Anselmo: “Comecei a acompanhar o FONAJE a partir do ano 2000, por uma razão acadêmica, à época em ensina na Faculdade de Direito a disciplina Direito Processual, mesmo sendo juiz de vara criminal. Logo depois, passei a integrar a Turma Recursal das Comarcas do interior do estado, nesse momento participei do XXIV FONAJE, em Florianópolis, de 12 a 14 de novembro de 2008, sob a presidência da Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima do TJRO.

Participei ativamente do XXVI FONAJE, em Fortaleza, de 25 a 27 de novembro de 2009, sob a presidência do Juiz Flávio Fernando Almeida de Fonseca do TJDF, onde foi eleito o então Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi do TJSC, para presidir no ano de 2009-2010.

Participei do XXVII, em Palmas-TO, de 26 a 28 de maio de 2010, sob a presidência do Des. Marco Buzzi do TJSC, e, depois do XXVIII, em Mata de São João-BA, de 24 a 26 de novembro de 2010, sob a presidência do Des. Marco Buzzi, onde fui eleito para presidir o FONAJE no período de 2010-2011.

Em 2011, no período de 25 a 27 de maio de 2011, presidi o XXIX FONAJE em Bonito-MS cujo tema foi: “Conciliação - Alma dos Juizados Especiais”, e em São Paulo, no período de 16 a 18 de novembro de 2011, presidi o XXX FONAJE com o tema “Juizados Especiais: A Dignidade do Sistema.”

4. Como era o Fonaje na época, quem participava e quais eram as principais pautas?

Dr. José Anselmo: “O FONAJE sempre foi um espaço fundamental para que as juízas e juizes que atuavam e atuam no sistema dos juizados especiais pudessem reafirmar a importância dessa forma de jurisdição que está alinhada e comprometida com uma justiça mais célere e menos burocrática.

Lembro da presença sempre fortalecedora dos professores Cândido Dinamarco, da saudosa Ada Pellegrini Grinover, da Ministra Nancy Andrighi, e dos muitos abnegados como o saudoso Des. Letteriello do TJMS, então Desembargador do TJSC e hoje Ministro do STJ, Marco Buzzi, Des. Ricardo Chimenti, Desa.

Desa. Maria do Carmo Honório, ambos do TJSP, Desa. Janice Ubiali do TJSC, Des. Joaquim Domingos de Almeida Neto do TJRJ, e tantos mais que contribuíram para a consolidação do FONAJE como uma voz a ser ouvida pelo parlamento brasileiro, pelos tribunais superiores e tribunais estaduais.

Os maiores problemas sempre foram a observância dos princípios norteadores dos juizados especiais, como a oralidade, a informalidade, a consensualidade, a celeridade, e os recursos a serem disponibilizados pelos tribunais.”

5. Como foi sua eleição para a presidência do Fonaje e quais desafios enfrentou?

Dr. José Anselmo: “A minha eleição que ocorreu no FONAJE realizado na Bahia, em Mata de São João, no IberoStar em 2010, nós tínhamos como desafio maior o enfrentamento da enxurrada de propostas legislativas no Senado e na Câmara Federal que, em sua maioria, descaracterizavam o sistema dos juizados especiais.

A nossa gestão teve que lidar numa frente nova, o poder legislativo federal para que ouvisse a voz das magistradas e magistrados que atuavam no sistema dos juizados especiais.”

6. Olhando para trás, qual diria, hoje, que teria sido sua contribuição para o Fonaje e para os Juizados Especiais?

Dr. José Anselmo: “Olhando pelo retrovisor, 14 anos atrás, vejo que o FONAJE na minha gestão ousou e conseguiu junto ao Senado e à Câmara Federal que os projetos de lei que tratavam dos juizados especiais tivessem a participação do Fórum através de Notas Técnicas.

Não esqueço o dia em que em audiência com o senador José Sarney, Presidente do Senado e do Congresso Nacional, conseguimos a suspensão da tramitação do processo legislativo até a apresentação de notas técnicas pelo FONAJE.

Outro fato que me deixa feliz ao lembrar foi a homenagem ao Des. Leteriello, no XXIX FONAJE em Bonito-MS.

E o lançamento do livro SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS organizado por mim e pela colega Maria do Carmo Honório, com a participação também de Ada Pellegrini Grinover, Caetano Lagrasta, Elidete Mattos Ávila, Guilherme Baldan, Janice Goulart Garcia Ubiali, Joaquim Domingos de Almeida Neto, José Fernando Steinberg, Ronaldo Frigini e Valéria Ferrioli Lagrasta, lançado no XXX FONAJE em São Paulo.”

7. Olhando para frente, como você vê a evolução do sistema dos Juizados Especiais? Quais são os desafios que se avizinham e as novas direções em que os operadores do sistema e o Fonaje devem se concentrar?

Dr. José Anselmo: “A vida é dinâmica e o direito tem que acompanhar esses movimentos.

Recentemente, com a pandemia da COVID-19, o judiciário deu um passo muito grande com a informatização, o uso das ferramentas que possibilitam audiências online.

O que me permite imaginar que as plataformas e os novos sistemas de informática poderão ser a grande novidade para garantir o acesso à justiça.

Utilizar os princípios orientadores dos juzizados especiais para instrumentalizar a Justiça 4.0. Esse é o futuro, na minha visão.”

⁶ Juiz do Tribunal de Justiça de Sergipe – 13.º Presidente do Fórum Nacional dos Juzizados Especiais – FONAJE (2011)

Entrevista nº 7

1. Gostaríamos de agradecer-lhe por esta entrevista e propomos começar por apresentar o nosso “entrevistado” para que o leitor possa melhor compreendê-lo como pessoa. Então, apreciaríamos se nos contasse algo sobre suas origens e ligações culturais, enfim, sobre como sua jornada pessoal, profissional e sua formação jurídica.



Guilherme Ribeiro Baldan⁷

Dr. Guilherme Baldan: “Meu nome é Guilherme Ribeiro Baldan. Fui presidente do Fórum Nacional dos Juizados Especiais. Sou paranaense de origem, nascido em uma cidade do interior chamada Cornélio Procópio, que fica a cerca de 60 quilômetros de Londrina e aproximadamente 380 quilômetros de Curitiba. Cheguei a Rondônia em 1995, aos 26 anos de idade, após ser aprovado no concurso para juiz de direito substituto.”

2. Como sua jornada profissional se interliga com os Juizados Especiais e com a busca por uma Justiça mais simples, acessível e efetiva?

Dr. Guilherme Baldan: “Em 1995, com a instituição dos Juizados Especiais pela Lei 9.099, uma das minhas primeiras designações foi auxiliar uma magistrada titular de uma vara que passou a acumular a competência do Juizado Criminal. Naquele momento, todas as delegacias de Porto Velho — capital onde eu atuava — começaram a encaminhar para essa unidade os inquéritos que se enquadravam na nova lei. Era uma estrutura ainda não formalmente instalada, mas já com atribuição exclusiva.

Passei cerca de nove meses atuando exclusivamente nessas causas de competência do Juizado Criminal, e foi assim que começou, desde o início da minha carreira, a minha ligação com os Juizados Especiais.

No ano seguinte, surgiu uma questão delicada: uma disputa judicial entre os estados de Rondônia e Acre por uma área de terras conhecida como Extrema de Rondônia. A ação buscava definir a qual estado pertencia aquele território. Rondônia venceu a causa e, com o trânsito em julgado, os serviços públicos que até então eram oferecidos pelo Acre — como banco, fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água — foram retirados.

Diante da ausência desses serviços, a população local se revoltou. O Poder Judiciário foi o primeiro ente estatal a se fazer presente, organizando, em conjunto com o Estado do Acre, uma reunião para discutir a prestação jurisdicional naquela comunidade. Foram realizadas triagens e audiências concentradas em atos únicos, para dar andamento às demandas judiciais represadas na região — que, embora fosse um distrito de Porto Velho, ficava em uma área bastante isolada.

A competência dos juízes substitutos foi ampliada naquele contexto, permitindo a atuação não só nos Juizados Especiais, mas também em matérias de família. E foi dessa experiência que nasceu o projeto Justiça Rápida, que mais adiante viria a se chamar Justiça Rápida Itinerante, ainda em 1996. Mais uma vez, eu estava diretamente envolvido com os Juizados Especiais”.

3. Você poderia explicar como e quando começou a participar do Fórum Nacional dos Juizados Especiais?

Dr. Guilherme Baldan: “A minha primeira participação no Fórum Nacional dos Juizados Especiais, o Fonaje, foi em Manaus. E, desde aquele momento, fiquei profundamente impressionado com o grau de democracia que permeava as manifestações dos participantes. A forma como todos os magistrados do Sistema de Juizados Especiais eram ouvidos de maneira efetiva chamou minha atenção.

O ambiente de debate era acalorado — especialmente naquela época, em que muitas questões ainda careciam de uniformização e decisões mais consolidadas entre os diversos estados. Aquela troca intensa de ideias me marcou profundamente. A partir dali, passei a frequentar todos os encontros do Fonaje que estivessem ao meu alcance.

O Fonaje de Manaus aconteceu em 2007, e quem presidia o fórum naquele ano era a colega Janete, do Espírito Santo.”

4. Como era o Fonaje na época, quem participava e quais eram as principais pautas?

Dr. Guilherme Baldan: “Naquela época, quem participava do Fonaje eram justamente os grandes incentivadores do sistema — aqueles que haviam iniciado tudo, cerca de dez anos antes, em 1997. Estavam presentes figuras marcantes como Ricardo Chimenti, de São Paulo; Janice Ubiali, de Santa Catarina; Joaquim Domingos, do Rio de Janeiro; Gustavo Diefenthaler, do Rio Grande do Sul; e muitos representantes do Nordeste, entre os quais destaco o Cícero, de Alagoas.

Eram pessoas que, desde os primeiros encontros — ainda antes do Fonaje ser formalizado como fórum nacional —, já participavam ativamente das reuniões de representantes estaduais. Muitos desses pioneiros estavam em Manaus naquele ano, e foram fundamentais para atrair novos magistrados ao Fonaje, mantendo viva a chama do entusiasmo e do compromisso com os Juizados Especiais.

Minha eleição para a presidência do Fonaje se deu justamente para suceder Joaquim Domingos de Almeida Neto, que exercia o cargo até então.”

5. Como foi sua eleição para a presidência do Fonaje e quais desafios enfrentou?

Dr. Guilherme Baldan: “Minha eleição ocorreu em Búzios, em dezembro de 2012, e, enquanto presidente, tive a oportunidade de realizar o 33º e o 34º Fonaje — um deles no Mato Grosso e o outro em Pernambuco. Na época, sentimos a necessidade de agilizar a comunicação entre os membros, e foi aí que criamos o primeiro grupo de WhatsApp do Fonaje. Também criamos uma página no Facebook e buscamos modernizar a atuação, com o objetivo de manter os enunciados atualizados e estabelecer parcerias que nos permitissem acompanhar mais de perto as demandas e movimentações que ocorriam em todo o país.

Seguindo a linha de atuação iniciada por Joaquim Domingos durante sua gestão, formalizamos uma importante parceria com a Senacon — a Secretaria Nacional do Consumidor — e o Fonaje passou a ter assento naquele órgão, participando das reuniões em que se traçavam diretrizes nacionais voltadas à defesa do consumidor.

Sempre atuei no Fonaje com espírito de colaboração, buscando contribuir com o crescimento e o fortalecimento do sistema de Juizados Especiais.”

6. Olhando para trás, qual diria, hoje, que teria sido sua contribuição para o Fonaje e para os Juizados Especiais?

Dr. Guilherme Baldan: “Independentemente de ocupar cargos, acredito que a maioria de nós, que passamos a frequentar o Fonaje com regularidade, procuramos contribuir da forma que podíamos — tanto no nosso dia a dia como magistrados, quanto integrando comissões e grupos de trabalho. Eu, por exemplo, participei de um grupo instituído no Conselho Nacional de Justiça que elaborou diversos provimentos da Corregedoria Nacional.

Na época, o juiz Ricardo Chimenti atuava como juiz auxiliar da Corregedoria do CNJ, e o grupo foi coordenado pela Janice, de Santa Catarina. Produzimos provimentos importantes — como o que estabeleceu prazos máximos para a duração dos processos nos Juizados Especiais, e outro que tratou da cooperação judiciária, permitindo que juizes atuassem em outros estados em regime de voluntariado, uma prática que persiste até hoje.

Foram várias normas e diretrizes que ajudaram a estruturar e fortalecer o sistema dos Juizados Especiais, contribuindo de forma concreta para que ele se tornasse mais eficiente, acessível e alinhado com sua vocação original.”

7. Olhando para frente, como você vê a evolução do sistema dos Juizados Especiais? Quais são os desafios que se avizinham e as novas direções em que os operadores do sistema e o Fonaje devem se concentrar?

Dr. Guilherme Baldan: “Olhando para frente, acredito que novas pessoas precisam estar sempre presentes nos Juizados Especiais. O sistema se renova com a chegada de novos magistrados e com a incorporação de ferramentas modernas. Hoje, vivemos uma era de tecnologia avançada, com o uso crescente da inteligência artificial. Durante a pandemia, embora não tenha sido na minha presidência, realizamos muitas lives no Instagram — espaços importantes de troca, onde juizes e juizas compartilharam experiências em um momento tão difícil. Sei que, agora em 2025, o atual presidente do Fonaje, Fernando Garnet, do Paraná, tem a intenção de retomar esse projeto das lives, o que considero fundamental.

Precisamos estar atentos ao nosso tempo, com os olhos voltados para o futuro, sem perder de vista o que está no centro da nossa atividade: as pessoas. Seja no Juizado Especial da Fazenda Pública, no Criminal ou no Cível, sempre há, por trás de cada processo, alguém com dores, dificuldades e histórias que exigem respeito e sensibilidade.

É com humanidade que devemos olhar para essas pessoas e tentar compreender seus dilemas, para oferecer a melhor justiça possível.

oferecer a melhor justiça possível. Os Juizados Especiais têm, por natureza, esse traço de proximidade. Em várias partes do país, há iniciativas que levam o Judiciário até onde o povo está — atendendo comunidades distantes, conhecendo realidades diversas e oferecendo uma justiça pensada sob a ótica de quem a recebe.

Por isso, precisamos nos despir de certos preconceitos e, muitas vezes, de formalismos excessivos, para que possamos entregar ao cidadão — àquele que está sofrendo, esperando por um amparo — uma justiça compreensível, acessível e, acima de tudo, digna. Tudo isso, claro, sem perder o respeito aos limites da lei, mas com o coração aberto para servir melhor.”

⁷ Juiz do Tribunal de Justiça de Rondônia – 15.º Presidente do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE (2013)

Entrevista nº 8

1. Gostaríamos de agradecer-lhe por esta entrevista e propomos começar por apresentar o nosso “entrevistado” para que o leitor possa melhor compreendê-lo como pessoa. Então, apreciaríamos se nos contasse algo sobre suas origens e ligações culturais, enfim, sobre como sua jornada pessoal, profissional e sua formação jurídica.



Mário Kono⁸

Des. Mário Kono: “Nasci em São Paulo e vivi na capital paulista até os 16 anos. Depois, mudei-me para o Paraná, onde concluí o segundo grau em um curso voltado ao jornalismo. Na época, trabalhava em rádio e minha intenção era seguir carreira como jornalista — não cursar Direito. Mas, como costume dizer, Deus é quem conduz nossos caminhos ou, para os mais céticos, a própria vida traça o rumo.

Na adolescência, ao final do segundo grau, resolvi visitar Londrina e, por curiosidade — e para agradar meu pai, cujo sonho era ver o filho advogado —, me inscrevi no vestibular de Direito. Tinha absoluta certeza de que não passaria. Para minha surpresa, fui aprovado. Ingressei no curso acreditando que, em algum momento, faria a transferência para Comunicação. Mas, para minha surpresa, me apaixonei pelo Direito — e foi assim que começou minha caminhada na área jurídica.

Iniciei a graduação na Universidade Estadual de Londrina (UEL), onde estudei por um ano e meio. Depois, fui aprovado em concurso da Caixa Econômica Federal, o que exigiu uma mudança de cidade. Por isso, tranquei a matrícula por cerca de um ano e meio. Mais tarde, pedi transferência para Cuiabá, onde concluí o curso de Direito na Universidade Federal de Mato Grosso, formando-me em março de 1988.

Em junho daquele ano, prestei concurso para advogado da Caixa e fui aprovado. Em agosto, já estava nomeado como advogado concursado da instituição. Três anos depois, inscrevi-me no concurso da magistratura de Mato Grosso — e fui aprovado. Assim teve início também a minha trajetória como juiz.

Em 1995, ano de edição da Lei nº 9.099, eu atuava como juiz na comarca de Nova Xavantina, no interior do estado. Foi quando recebemos da Presidência do Tribunal a determinação para instalar os Juizados Especiais em todas as comarcas do Mato Grosso. Coube a mim, naquele ano, a responsabilidade e a honra de implantar o Juizado Especial em Nova Xavantina”

2. Como sua jornada profissional se interliga com os Juizados Especiais e com a busca por uma Justiça mais simples, acessível e efetiva?

Des. Mário Kono: “Desde a instalação do Juizado Especial em Nova Xavantina, esse sistema passou a

fazer parte da minha trajetória profissional de forma definitiva. Posteriormente, fui promovido para a comarca de Barra do Bugres, onde atuei como titular de uma vara criminal e também era responsável pelo Juizado Especial Cível e Criminal da localidade.

Mais adiante, em 1998, fui promovido para Cáceres, exercendo a titularidade de uma vara criminal e acumulando novamente a responsabilidade pelo Juizado Especial Criminal da comarca. Já em 1999, veio a promoção para Cuiabá, quando assumi diretamente o Juizado Especial Criminal da capital. Permaneci nessa unidade por cerca de 20 anos, até ser promovido ao cargo de desembargador.

Ao longo da carreira, tive diversas oportunidades, dentro do sistema dos Juizados Especiais, de desenvolver trabalhos que me trouxeram grande satisfação, especialmente na área de atendimento a dependentes químicos. Foi nesse contexto que implantamos a Justiça Terapêutica, uma proposta em que sempre acreditei profundamente.

Defendo a ideia de que a drogadição deve ser tratada como uma doença — e não como crime. Por isso, ao invés de medidas punitivas, oferecíamos aos envolvidos medidas de natureza terapêutica. Esse era o propósito do nosso trabalho: atuar com responsabilidade social, em busca de soluções reais, definitivas, efetivas e eficazes.”

3. Você poderia explicar como e quando começou a participar do Fórum Nacional dos Juizados Especiais?

Des. Mário Kono: “Em 1997, salvo engano, aconteceu o III Fonaje em Cuiabá — e tive a oportunidade de participar desse encontro. Na época, ainda atuava no interior do estado, mas, desde então, me tornei um fonajeano. Sempre que posso, faço questão de estar presente nos encontros do Fórum.

Nunca quis me afastar dessa Justiça que, desde o início, se mostrou mais célere, objetiva e próxima da realidade das pessoas. O Juizado Especial sempre foi, para mim, um espaço de realização profissional e de compromisso com uma prestação jurisdicional mais efetiva.”

4. Como era o Fonaje na época, quem participava e quais eram as principais pautas?

Des. Mário Kono: “Quando comecei a participar do Fonaje, ele ainda era bastante pequeno — praticamente com um representante por estado. Com o tempo, foi se desenvolvendo, estruturando-se melhor e criando grupos temáticos. Eu participava sempre do grupo voltado aos Juizados Especiais Criminais.

Apesar de haver um forte espírito de fraternidade, as reuniões eram marcadas por opiniões divergentes e debates intensos. Era curioso: as discussões, muitas vezes, se tornavam verdadeiras batalhas verbais, com cada um defendendo com firmeza seus pontos de vista e fundamentos. Mas, no fim, saíamos todos juntos para confraternizar — e brindar com uma boa cerveja. Era algo realmente interessante.

Lembro que eu costumava brincar, antes de começarem as reuniões, pedindo que todos guardassem facas, talheres ou qualquer objeto que pudesse ser usado como arma, porque já sabia que o debate seria acalorado. Mas tudo acontecia com um único objetivo: melhorar o trabalho e contribuir para o aperfeiçoamento contínuo do sistema dos Juizados Especiais.”

5. Como foi sua eleição para a presidência do Fonaje e quais desafios enfrentou?

Des. Mário Kono: “Não posso dizer que enfrentei desafios na minha eleição para a presidência do Fonaje — ela se deu por aclamação. Foi, inclusive, uma das primeiras eleições conduzidas dessa forma. Naquele momento, o Fórum já havia adotado o modelo de regionalização, e as conversas aconteciam previamente, com a indicação consensual de um nome que representasse a respectiva região.

Assim foi no meu caso: fui indicado e minha candidatura foi bem recebida por todos, resultando na eleição por aclamação. Vale lembrar que, nos primeiros Fonajes, a disputa pela presidência era bem diferente — havia concorrência, por vezes acirrada, e a escolha não era tão tranquila como passou a ser nos encontros mais recentes.”

6. Olhando para trás, qual diria, hoje, que teria sido sua contribuição para o Fonaje e para os Juizados Especiais?

Des. Mário Kono: “Olhando para trás, vejo que minha contribuição esteve muito ligada à promoção de debates intensos e à elaboração de alguns enunciados, sempre no âmbito do Juizado Especial Criminal — área em que atuei diretamente como titular em Cuiabá. As propostas e intervenções que levei ao Fonaje sempre partiram da vivência prática, do que enfrentávamos no dia a dia da unidade.

Essas contribuições aconteciam de forma natural, como as de tantos outros colegas igualmente engajados. Defendíamos nossas posições com firmeza, sempre movidos pelo compromisso comum de buscar as melhores soluções e interpretações possíveis para os desafios legais e procedimentais enfrentados no sistema dos Juizados Especiais.”

7. Olhando para frente, como você vê a evolução do sistema dos Juizados Especiais? Quais são os desafios que se avizinham e as novas direções em que os operadores do sistema e o Fonaje devem se concentrar?

Des. Mário Kono: “Acredito que, no futuro, o Juizado Especial precisará se adequar cada vez mais ao uso das técnicas de solução consensual de conflitos, aliando essa prática à lógica e à gestão eficiente de suas atividades. Entendo que os grandes litigantes — especialmente as empresas de atuação nacional — devem ser tratados de forma diferenciada. É fundamental que se estabeleça diálogo direto com os núcleos jurídicos centrais dessas empresas, e não apenas com os advogados que atuam na ponta, nos processos individuais.

Com esses interlocutores estratégicos, é possível trabalhar a lógica matemática da resolução de litígios, nos moldes do que propõe o ministro Luiz Fux em uma de suas obras. Ele defende que as partes analisem criteriosamente o custo do processo, a natureza da causa, a probabilidade de êxito, os valores usualmente arbitrados por juízes e turmas recursais — e, a partir dessa análise, formulem propostas concretas e viáveis.

Já aos pequenos litigantes, deve ser assegurada a aplicação plena das técnicas próprias de mediação e conciliação — e não essa prática ainda comum, que se limita a perguntar se “há acordo ou não”. É preciso contar com profissionais devidamente capacitados para conduzir esses métodos adequadamente. Repito: isso não se aplica aos grandes demandados, que precisam ser abordados sob uma ótica distinta, mais racional e estruturada.

Essa abordagem diferenciada pode ser delegada aos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (Cejuscs) ou mesmo à criação, no âmbito dos próprios Juizados Especiais, de núcleos centralizados para gestão consensual, que depois devolvam o processo ao magistrado apenas para prolação da decisão, conforme o estado do feito. Afinal, mais de 90% das ações cíveis não exigem instrução probatória.

Em síntese, é nesse modelo que acredito e é com ele que penso poder contribuir: com um sistema mais eficiente, racional e comprometido com a efetividade e a pacificação social.”

⁸ Desembargador do Tribunal de Justiça do Mato Grosso – 16.º Presidente do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE (2014)

Entrevista nº 9

1. Gostaríamos de agradecer-lhe por esta entrevista e propomos começar por apresentar o nosso “entrevistado” para que o leitor possa melhor compreendê-lo como pessoa. Então, apreciaríamos se nos contasse algo sobre suas origens e ligações culturais, enfim, sobre como sua jornada pessoal, profissional e sua formação jurídica.



Gustavo Alberto Gastal Diefenthäler⁹

Des. Gustavo Alberto Gastal: “Meu nome é Gustavo Diefenthäler. Nasci em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, filho de pais servidores públicos civis estaduais. Tenho ascendência portuguesa por ambos os lados, germânica por parte de pai e francesa por parte de mãe.

Minha trajetória educacional foi inteiramente construída em escolas públicas de Porto Alegre. Quando chegou a hora do vestibular, decidi concorrer simultaneamente à Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e à Faculdade de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Cursei ambas ao mesmo tempo e concluí as duas graduações no mesmo ano.

Após a formatura, atuei por um período na área da administração de empresas, tendo inclusive realizado uma especialização em gestão de pessoas. Iniciei minha carreira na magistratura gaúcha em 1990 — portanto, já são 35 anos dedicados à judicatura, agora em 2025.

Meu início na jurisdição foi em São Vicente do Sul, uma comarca mais distante da capital. Depois, fui para Dois Irmãos, cidade mais próxima, situada no sopé da Serra Gaúcha. Em seguida, atuei na Região Metropolitana, na comarca de Cachoeirinha, e, por fim, na capital, Porto Alegre, onde passei por diversas varas da Fazenda Pública.

Durante quatro anos exerci a função de juiz corregedor. Ao deixar a Corregedoria, fui classificado em um Juizado Especial Cível, onde permaneci por 19 anos — um período marcante na minha trajetória. Posteriormente, fui promovido ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, onde atualmente integro a 12ª Câmara Cível.”

2. Como sua jornada profissional se interliga com os Juizados Especiais e com a busca por uma Justiça mais simples, acessível e efetiva?

Des. Gustavo Alberto Gastal: “Talvez pelo fato de ter formação em duas áreas que, de certo modo, se complementam — Direito e Administração de Empresas, com ênfase em gestão de pessoas —, acabei desenvolvendo uma abordagem muito prática para o trabalho no Judiciário. Essa bagagem na

administração certamente facilitou o gerenciamento das unidades jurisdicionais sob minha responsabilidade, sobretudo na coordenação de equipes e no relacionamento com os demais atores da cena jurídica e judiciária.

A união dessas duas formações contribuiu para que eu adotasse, ao longo da carreira, um estilo marcado pelo pragmatismo e pela objetividade — características que sempre busquei imprimir na atividade jurisdicional. Sempre acreditei que a efetividade da Justiça passa, necessariamente, pela celeridade e pela clareza das decisões.

Essa forma de encarar o ofício judicial me fez encontrar, nos Juizados Especiais Cíveis, o espaço ideal para exercer plenamente esse perfil de atuação. Nos juizados, pude aplicar, de forma natural, meu modo direto, objetivo e informal de conduzir os processos — sempre com foco na pronta entrega da jurisdição e, sobretudo, na atenção ao jurisdicionado, que é o verdadeiro destinatário desse sistema.

Nos Juizados Especiais, lidamos com pessoas que buscam a solução de questões aparentemente simples, mas que, na realidade, carregam grande carga emocional e impacto no cotidiano. Ainda que, nos últimos anos, o sistema tenha passado a lidar com um volume significativo de demandas envolvendo grandes empresas no polo passivo, a essência dos Juizados — lá na sua origem — sempre foi a de resolver os conflitos do dia a dia, de forma rápida, compreensível e eficaz. E nada mais apropriado para isso do que uma abordagem pragmática, objetiva e humana.”

3. Você poderia explicar como e quando começou a participar do Fórum Nacional dos Juizados Especiais?

Des. Gustavo Alberto Gastal: “Passei a atuar no Sistema dos Juizados Especiais, como mencionei, logo após o término do meu mandato como juiz corregedor, em 2004. Já em 2006, tomei conhecimento da existência do Fonaje e comecei a participar ativamente. Pelo que me recordo, minha primeira participação ocorreu em São Paulo, em uma edição realizada nas dependências da Faculdade Mackenzie, naquele mesmo ano de 2006.

Desde então, estive presente em praticamente todas as edições do Fonaje, com raras exceções. A mais recente ausência foi na edição do primeiro semestre de 2024, em razão das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul e inviabilizaram as viagens a partir do estado. Fora isso, sempre participei, com entusiasmo, mesmo após minha promoção ao cargo de desembargador no Tribunal de Justiça.

Tenho a honra e o prazer de continuar integrando a diretoria do Fórum, a convite dos colegas — algo que me gratifica profundamente. Afinal, estive à frente de um Juizado Especial Cível por 19 anos, e isso me aproximou muito dessa jurisdição. A verdade é que me afeiçoei a ela. Se não fosse assim, teria me reclassificado para qualquer outra unidade jurisdicional ao longo dos anos em que permaneci no primeiro grau em Porto Alegre. Tinha tempo e merecimento para isso. Mas escolhi ficar, por convicção e afinidade com os princípios que norteiam os Juizados Especiais.”

4. Como era o Fonaje na época, quem participava e quais eram as principais pautas?

Des. Gustavo Alberto Gastal: “Quando comecei a participar do Fonaje, ele era bem menor do que é hoje — felizmente. Naquela época, vivíamos uma fase de intensa produção científica, com grande dedicação à apreciação e à redação de enunciados. O Fórum ainda era recente e se propunha a ser um verdadeiro farol,

farol, oferecendo orientação a todos os colegas que atuavam no sistema dos Juizados Especiais, especialmente na interpretação das normas processuais introduzidas pela Lei nº 9.099, promulgada cerca de dez anos antes.

Era um trabalho exigente e comprometido. Lembro bem como nos debruçávamos cuidadosamente sobre cada questão trazida, debatendo ponto a ponto. Havia um esforço coletivo para dar respostas às controvérsias processuais e procedimentais, e os enunciados que produzíamos eram parte fundamental desse esforço — com o objetivo claro de consolidar o Fonaje como uma referência jurídica para os Juizados Especiais em todo o país.”

5. Como foi sua eleição para a presidência do Fonaje e quais desafios enfrentou?

Des. Gustavo Alberto Gastal: “Tive a honra de presidir o Fonaje em 2015. Foi uma eleição tranquila, que se deu quase como um convite coletivo dos colegas do Fórum. Naquele momento, eu já acumulava cerca de nove anos de participação intensa, marcando presença em praticamente todos os encontros. Essa caminhada me permitiu construir amizades sólidas, e muitos desses colegas confiaram em mim, enxergaram em mim o perfil adequado para liderar o Fórum. Havia também um consenso entre os representantes dos demais estados da federação de que, em 2015, seria a vez da região Sul — e, naturalmente, o Rio Grande do Sul, meu estado, estava no centro dessa indicação.

Durante minha gestão, enfrentamos grandes desafios. Um dos mais relevantes foi, sem dúvida, a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil, também em 2015. O CPC trazia disposições que, direta ou indiretamente, impactavam o sistema dos Juizados Especiais. Isso nos mobilizou de forma intensa, sobretudo em torno dos debates sobre a aplicação subsidiária ou supletiva do novo código às causas regidas pela Lei nº 9.099. Entendíamos que, mesmo nos dispositivos que não faziam menção expressa aos juizados, seria preciso cautela e reflexão. Esse esforço conjunto, para interpretar essa interdependência entre os dois diplomas legais, foi, a meu ver, o maior desafio da nossa gestão.

Tivemos, no mesmo período da minha Presidência, a felicidade de contar com a ministra Nancy Andrighi à frente da Corregedoria Nacional de Justiça. Ela sempre foi uma grande parceira, uma entusiasta histórica do sistema dos Juizados Especiais, com posições doutrinárias firmes e favoráveis à sua consolidação. Tivemos, inclusive, a oportunidade de celebrar, naquele ano, os 20 anos da Lei nº 9.099, em um evento marcante realizado na sede do CNJ. Foi uma solenidade pública em que houve até o lançamento de um selo comemorativo pelos Correios, com direito à obliteração simbólica, numa cerimônia que prestou justa homenagem à trajetória dessa importante legislação.

No plano prático, nossa gestão também se debruçou sobre a produção de enunciados, e destaco especialmente um, elaborado com muito critério, que expressava com clareza a posição institucional do Fonaje quanto à aplicação do novo CPC aos Juizados Especiais. Foi uma construção coletiva, resultado de um esforço técnico profundo, com a participação ativa da diretoria e de muitos colegas engajados.”

6. Olhando para trás, qual diria, hoje, que teria sido sua contribuição para o Fonaje e para os Juizados Especiais?

Des. Gustavo Alberto Gastal: “Acredito que tivemos avanços importantes no aspecto humano e institucional. Conseguimos promover uma integração ainda maior entre os colegas e fortalecemos a interlocução com os tribunais que acolheram os encontros durante a minha gestão. Foram dois: o Tribunal

Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em Florianópolis, e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Fomos calorosamente recebidos pelas presidências dessas cortes, e os encontros ali realizados foram, sem dúvida, marcantes. Especialmente porque ocorreram no primeiro ano de vigência do novo CPC, permitindo discussões aprofundadas e muito necessárias naquele momento de transição.

Para mim, pessoalmente, foi uma experiência extremamente gratificante. Sempre tive um entusiasmo verdadeiro pelos Juizados Especiais, e procurei conduzir a gestão inspirado por esse sentimento. Sinto que colhemos bons frutos — frutos que, acredito, permanecem e continuarão a contribuir com o fortalecimento do FonaJe e do sistema de Juizados Especiais por muito tempo.”

7. Olhando para frente, como você vê a evolução do sistema dos Juizados Especiais? Quais são os desafios que se avizinham e as novas direções em que os operadores do sistema e o FonaJe devem se concentrar?

Des. Gustavo Alberto Gastal: “Olhando para frente, vejo com muito otimismo a crescente adoção de ferramentas tecnológicas e de inteligência artificial, que, na minha visão, têm um grande potencial para fortalecer ainda mais os princípios que norteiam os Juizados Especiais — especialmente a oralidade, a simplicidade, a celeridade e a informalidade. Acredito que temos muito a ganhar com o avanço dessas tecnologias na prática forense.

É verdade que os desafios não são poucos. Entre eles, destaco com preocupação algumas iniciativas de ordem legislativa que surgem com frequência e que, muitas vezes, pretendem ampliar a competência dos juizados de forma desmedida. Um exemplo claro disso é a situação dos Juizados da Fazenda Pública, que hoje enfrentam uma sobrecarga notável, com um volume processual superior ao das próprias varas da Fazenda Pública da Justiça comum.

Sou da opinião de que devemos resistir a essas propostas de ampliação, evitando cair na tentação de transformar o sistema dos juizados numa espécie de panaceia para todos os males do Judiciário — especialmente para o problema, muitas vezes mal compreendido, da chamada morosidade da Justiça. Se não houver cuidado, corremos o sério risco de comprometer o próprio funcionamento do sistema, que pode deixar de operar com a efetividade para a qual foi originalmente concebido.

Além disso, entendo que precisamos ter atenção com a preservação da identidade dos Juizados. É fundamental evitar que critérios técnico-científicos próprios da Justiça comum sejam, inadvertidamente, importados para dentro do sistema dos juizados. Essa preocupação com o “purismo” do modelo não é por apego formalista, mas sim pela convicção de que a eficácia dos juizados está, justamente, em seus princípios estruturantes — e que são esses princípios que devemos resguardar e manter vivos.”

⁹ Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – 17.º Presidente do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE (2015)

Entrevista nº 10

1. Gostaríamos de agradecer-lhe por esta entrevista e propomos começar por apresentar o nosso “entrevistado” para que o leitor possa melhor compreendê-lo como pessoa. Então, apreciaríamos se nos contasse algo sobre suas origens e ligações culturais, enfim, sobre como sua jornada pessoal, profissional e sua formação jurídica.



Maria do Carmo Honório¹⁰

Dra. Maria do Carmo Honório: “Eu nasci em Caldas-MG e lá iniciei os meus estudos numa escola rural. Logo no segundo ano letivo, meu pai resolveu levar a família para uma cidade grande, onde os filhos teriam mais oportunidades para estudos e formação. Assim, mudamos para Campinas-SP, onde continuei o ciclo de “ensino básico” em escola pública.

Por ocasião do vestibular, a minha primeira opção era Direito e a segunda era Psicologia, mas descobri minha vocação para Direito das Relações Sociais e segui nesse sentido.

Conclui a Graduação em Direito na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (turma de 1983).

Fiz Especialização em Direito Processual Civil (turma de 1986) e Especialização em Direito Constitucional (turma de 1989), tudo na mesma Faculdade de Direito.

Posteriormente, cursei Mestrado em Direito das Relações Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP (turma de 2002), onde aprofundi o meu estudo em Juizados Especiais, para explicar o trabalho que eu estava fazendo no Juizado Especial Cível Central da Capital de São Paulo, na busca por um procedimento simplificado para a agilização da Justiça.”

2. Como sua jornada profissional se interliga com os Juizados Especiais e com a busca por uma Justiça mais simples, acessível e efetiva?

Dra. Maria do Carmo Honório: “Antes de ingressar na Magistratura, eu exercia a profissão de advogada e, durante à noite, em alguns dias da semana, eu atuava como conciliadora no Juizado de Pequenas causas, no Fórum de Campinas, onde dei os primeiros passos na busca por uma Justiça mais simples e efetiva.

Assumi o cargo na Magistratura em 11 de janeiro 1991, como Juíza Substituta, e fui promovida para a 1ª Entrância em junho de 1991.

Na minha primeira Comarca, tive uma experiência de Justiça Itinerante, sem saber que o era: existia um conflito entre agricultores por causa de ocupação de terras. Diante da dificuldade de reunir todos numa sala de audiência no Fórum, eu pedi o apoio da Polícia, convoquei um perito, o escrivão e um escrevente e fomos fazer uma diligência “in loco”. Depois do trabalho de campo e com os ânimos menos exaltados, fizemos a “audiência” e lavramos a respetiva ata sob a sombra de uma árvore, na presença de todos.

Na segunda Comarca, já em 2ª Entrância, no ano de 1993, fiz diligências semelhantes, mas na área criminal: diante da dificuldade de levar presos escoltados para a sala de audiência, eu passei a fazer as audiências dentro do Presídio.

Em 20 de outubro de 1994, assumi o cargo de Juíza de Direito Auxiliar da Comarca de São Paulo. Depois de passar por Varas Cíveis Regionais e pelo Setor de Execuções Fiscais, fui atuar como Juíza auxiliar numa Vara Cível do Foro Central da Capital, o tradicional e formal Fórum João Mendes, onde recebi o convite do colega Ricardo Chimenti para integrar a equipe do Juizado Especial Cível Central da Capital, que tinha a incumbência de implantar o procedimento da Lei nº 9099/95. Foi assim que do máximo de formalismo migrei para o informalismo.

A partir daí, dediquei-me exclusivamente ao sistema especial. Particpei da implementação da Justiça Itinerante do Estado de São Paulo e comecei a frequentar os encontros do Fórum Nacional dos Juizados Especiais (FONAJE).

Foi nessa época que resolvi voltar para a Faculdade e o fiz cursando Mestrado em Direito das Relações Sociais, formando-me com a Turma de 2002.

Aprofundei o estudo em direito processual civil, defendendo um procedimento mais simples e eficaz, para melhorar a prestação jurisdicional e possibilitar a realização concreta da justiça.

O desafio que era apresentado aos operadores do Direito, naquela época, consistia em adequar o novo sistema à realidade sem afrontar os princípios processuais e constitucionais, já que no Juizado Especial o acesso à Justiça é possibilitado pela desburocratização e simplificação do procedimento.

Daí a inspiração para o tema da minha Dissertação de Mestrado, que deu ensejo ao meu primeiro livro: “Os Critérios do Processo no Juizado Especial Cível à Luz da Constituição Federal de 1988”.

Nesse trabalho, enfatizei a importância de se ter uma diretriz de natureza constitucional para que a norma positiva seja interpretada e aplicada corretamente.

Em novembro de 2005, fui removida para o cargo de Juíza de Direito Titular da então recém-instalada 1ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Campinas-SP, assumindo o desafio de concluir/julgar todo o acervo do Juizado de Pequenas causas e implantar o novo sistema de prestação jurisdicional, previsto na Lei nº 9099/95.”

3. Você poderia explicar como e quando começou a participar do Fórum Nacional dos Juizados Especiais?

Dra. Maria do Carmo Honório: “Eu participei do primeiro Fonaje em 2006 (29/11 a 1º/12), quando o evento foi realizado em São Paulo, no Mackenzie, e eu integrava a equipe do Juizado Especial Cível Central da Capital de São Paulo.

Fiquei animada para participar do encontro que seria realizado em Vitória – ES, no período de 30 de maio a 02 de junho de 2007, sobretudo por causa do Tema: Renovar para garantir amplo acesso, rapidez e efetividade na decisão. Lá estive e conheci vários colegas de outros Estados, que tinham o mesmo ideal de justiça.

No encontro seguinte (XXII FONAJE), realizado em Manaus-AM, no período de 24 a 26 de outubro de 2007, tive o privilégio de fazer o lançamento do meu primeiro livro, intitulado OS CRITÉRIOS DO PROCESSO NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (São Paulo: Editora Fiúza) . Isso me motivou a elaborar outras obras e lançar em outros eventos.

A partir daí, compareci a todos os encontros, até novembro de 2019, quando passei a me dedicar exclusivamente ao cargo em 2º grau.”

4. Como era o Fonaje na época, quem participava e quais eram as principais pautas?

Dra. Maria do Carmo Honório: “Na época em que comecei a frequentá-lo, o FONAJE tinha praticamente o mesmo modelo descrito no seu Estatuto e era frequentado por magistrados de todos os Estados da Federação, integrantes do Sistema do Juizado Especial.

Inicialmente com o nome de Fórum Permanente de Coordenadores dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Brasil, tinha, e continua tendo, o objetivo de compartilhar experiências e uniformizar procedimentos no Sistema dos Juizados Especiais.

Os encontros nacionais eram realizados a cada seis meses, tradicionalmente, em maio e novembro de cada ano, até que deixou de ser apenas um encontro de Coordenadores, passando a ser encontro de magistrados integrantes dos Juizados Especiais e o nome foi alterado para Fórum Nacional dos Juizados Especiais, o conhecido FONAJE.”

5. Como foi sua eleição para a presidência do Fonaje e quais desafios enfrentou?

Dra. Maria do Carmo Honório: “A minha eleição para a presidência do FONAJE ocorreu no XL encontro, realizado nas dependências do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília-DF, no período de 16 a 18 de novembro de 2016, quando se discutiu o tema: Novos desafios dos Juizados Especiais. Na época, foi apresentada chapa única, eleita por aclamação.

Presidi o XLI encontro, realizado em Porto Velho-RO, de 17 a 19 de maio de 2017, ocasião em que foi homenageada a história do Fórum Nacional de Juizados Especiais ao longo de duas décadas, com o tema: FONAJE 20 Anos: A Democratização do Acesso à Justiça.

Nessa ocasião, os participantes vivenciaram a experiência de participar do projeto Justiça Rápida do Tribunal de Justiça de Rondônia, em atendimento à população ribeirinha da Amazônia, um verdadeiro exemplo de democratização do acesso à Justiça. Nesse evento, foi reconhecido formalmente que a Justiça

Nesse evento, foi reconhecido formalmente que a Justiça Itinerante, bem como outras iniciativas de vanguarda, colabora para consolidar os direitos dos cidadãos que não possuem plenas condições de exercê-los em outro ambiente.

Na abertura oficial dos trabalhos, foram reafirmados os objetivos no Fórum Nacional e apresentada a sua “linha do tempo”, lembrando que, exatamente em maio de 1997, um grupo visionário de magistrados reuniu-se em Natal-RN, com o intuito de interpretar a nº 9.099/95 e dar diretrizes aos magistrados que atuavam no Sistema.

Em reunião da Comissão Legislativa com a Diretoria e demais comissões do FONAJE foram discutidos aspectos dos seguintes desafios: (1) criação de Grupo de Trabalho perante ao CNJ, composto por integrantes da Diretoria e de Comissões do FONAJE; (2) criação de grupos de whatsapp compostos por integrantes do FONAJE; (3) a normatização do IRDR e a autonomia do Sistema dos Juizados Especiais; (4) acompanhamento de Projetos de Lei em tramitação no Congresso nacional de interesse dos Juizados Especiais.

Na época, tramitava no CNJ o Pedido de Providências n.º 002624-56.2017.2.00.0000, que tratava da questão da competência para julgamento de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) no âmbito dos Juizados Especiais. Deliberou-se, então, à unanimidade, pela elaboração de Nota Técnica a ser encaminhada ao Relator do caso no Conselho Nacional de Justiça.

O grande desafio da época era compatibilizar os princípios informadores do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis com as normas do CPC/2015. Por isso, o tema levado a discussão no XLII Encontro, realizado na Cidade de Curitiba-PR, em novembro de 2017, foi justamente a Preservação dos Fundamentos da Justiça Cidadã.

O intuito era enfatizar a importância da preservação dos Juizados e manter uma linha de coerência com enunciados principiológicos e refletir sobre os riscos de retrocessos, sobretudo diante da possibilidade de aprovação, no Congresso Nacional, de Proposta de Emenda Constitucional (PEC) e de PLs que aumentavam a competência do Sistema sem a correspondente estrutura e criavam mecanismos que prejudicariam a boa funcionalidade dos Juizados Especiais.

Naquela ocasião inclusive o FONAJE fez um trabalho perante o Congresso Nacional relativamente à contagem de prazos nos Juizados, sendo que alguns dos seus membros participaram de uma audiência pública ocorrida na Câmara dos Deputados sobre a matéria dos prazos. A estratégia era trabalhar para evitar que os projetos de lei fossem levados à votação, ante os riscos de nossa tese de contagem em dias corridos não ser contemplada.

Após debates nos grupos, foi ratificada a necessidade de que todos os enunciados fossem acompanhados de exposição de motivos, fundamentos, justificativas, especialmente ao serem apresentadas propostas.

Enfim, a minha gestão foi encerrada com uma mensagem de esperança de que não houvesse a ordinarização do procedimento do nosso querido Juizado Especial. Enfatizou-se que era necessário manter a consciência de que o CPC tem aplicação apenas subsidiária ao Sistema especial e ter coragem de dar destaque ao fim social da lei e às exigências do bem comum.

O nosso grande desafio, então, seria manter as conquistas já alcançadas e promover os avanços

necessários em sintonia com os novos tempos, preservando os fundamentos da Justiça cidadã: princípio do justo, equidade, celeridade e efetividade.”

6. Olhando para trás, qual diria, hoje, que teria sido sua contribuição para o Fonaje e para os Juizados Especiais?

Dra. Maria do Carmo Honório: “Creio que eu contribuí para o Sistema dos Juizados Especiais e para o FONAJE com a defesa enfática de um procedimento diferenciado. Tentei mostrar, de forma clara e objetiva, que as soluções simples e informais, além de econômicas e céleres, são juridicamente sustentáveis, máxime se se considerar que o sistema processual deriva de grandes premissas constitucionais.

Deixei minha inspiração para uma justiça simplificada registrada no meu primeiro livro, fruto do Mestrado: OS CRITÉRIOS DO PROCESSO NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, onde o Juizado Especial é apresentado como uma modalidade de tutela jurisdicional diferenciada compatível com as necessidades do mundo moderno, por se destinar a facilitar o acesso à Justiça de todo o cidadão e a assegurar uma tutela jurisdicional mais rápida e eficaz para as causas de menor complexidade probatória, com adoção de um procedimento simples e informal, que dá prioridade para a conciliação das partes, com vista à pacificação social.

Ratificando a minha convicção, escrevi, em coautoria com o Juiz José Fernando Steinberg, o MANUAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS & DA FAZENDA PÚBLICA (Editora Juruá), lançado no XLII Encontro, realizado em Curitiba-PR no mês de novembro de 2017.

Além disso, coordenei obras, lançadas em outros encontros nacionais, tais como:

1) JUIZADOS Especiais: 15 anos de debates e reflexões, em coautoria com o Ministro Marco Aurelio Gastaldi Buzzi. São Paulo: Fiuza, 2010, lançado na Bahia.

2) SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS (São Paulo: Millennium Editora, 2012), lançado em São Paulo.

No XLI encontro, realizado em Porto Velho-RO, como presidente do Fórum, promovi o lançamento do primeiro exemplar da REVISTA DO FONAJE, com o intuito de manter um espaço para reflexão e trocas de experiências sobre os Juizados Especiais.

Coordenei, juntamente com os magistrados Érick Linhares e Guilherme Ribeiro Baldan, a edição e o registro do primeiro e-book do FONAJE, intitulado OS ENUNCIADOS CÍVEIS DO FONAJE E SEUS FUNDAMENTOS, lançado em 2019, para concretização das deliberações ocorridas durante as gestões anteriores.

Particpei de atividades na SENACON, que facilitaram a celebração de convênios com as Prefeituras (PROCON's) para simplificar a atermação de reclamações dos consumidores que poderiam chegar aos Juizados Especiais.

Particpei de debates e de negociações com Universidades para criação de postos de atendimento de Juizados Especiais Cíveis (PACs) e atuei como corregedora permanente de vários deles.

Integrei o Grupo de Trabalho dos Juizados Especiais Estaduais do CNJ em 2011/2012; o Grupo de Trabalho de Juizados Especiais da ENFAM, no período 2016/2017, e a Turma de Uniformização de Interpretação de Lei no Sistema dos Juizados Especiais do Estado de São Paulo, no período de 2013/2016.

Particpei de esforço conjunto dos colegas integrantes do Fórum Nacional na elaboração de notas técnicas encaminhadas ao Congresso Nacional e na mobilização para sensibilizar os Tribunais de Justiça dos Estados a disponibilizar recursos materiais e humanos para estruturação dos Juizados Especiais, em todo Brasil, visando aparelhá-los de modo a enfrentar a crescente demanda atraída pelo próprio sucesso dos Juizados.

Publiquei Trabalhos escritos como:

CONCILIAÇÃO e transação no Juizado Especial Cível. In Revista dos Juizados Especiais. São Paulo: Fiuza, v. 31, 2004.

SUPREMACIA dos Princípios Constitucionais. In Revista dos Juizados Especiais. São Paulo: Fiuza, v. 40, 2006.

JUIZADO Especial: uma justiça diferenciada. In Revista dos Juizados Especiais. São Paulo: Fiuza, v. 50, 2008.

A SUPREMACIA dos Princípios Constitucionais e o Juizado Especial. In Constituição Federal após 20 anos: reflexões. Campinas: Millennium, 2009.

Arts. 14, 15, 16 e 17. In Juizados Especiais Cíveis. Rio de Janeiro: Elsevier Campus Jurídico, 2010.

Arts. 30 e 31. In Juizados Especiais Cíveis. Rio de Janeiro: Elsevier Campus Jurídico, 2010.

LEI Nº 9.099/95 x CPC – Choque e mudança de mentalidade processual. In Juizados Especiais: 15 anos de debates e reflexões. São Paulo: Fiuza, 2010.

OS CRITÉRIOS dos Juizados Especiais e o novo CPC. In Juizados Especiais Cíveis e o novo CPC. Curitiba: Juruá, 2015.

CONCILIAÇÃO nos Juizados Especiais Cíveis. In Conciliação e mediação: ensino em construção. São Paulo: IPAM-ENFAM, 2016.

MÉTODOS ALTERNATIVOS de Solução de Conflitos: Juiz Conciliador. In Dicionário de Direito de Família – Volume 2. São Paulo: Atlas, 2015.”

7. Olhando para frente, como você vê a evolução do sistema dos Juizados Especiais? Quais são os desafios que se avizinham e as novas direções em que os operadores do sistema e o FonaJe devem se concentrar?

Dra. Maria do Carmo Honório: “Após 30 anos, o diagnóstico é positivo, apesar de ter havido um certo retrocesso no intuito de prestação jurisdicional diferenciada. Os Juizados Especiais foram idealizados para ser um sistema de justiça despido do formalismo próprio da Justiça ordinária, para solucionar os conflitos cotidianos das pessoas, de maneira informal, rápida e menos custosa para o cidadão.

Contudo, a ordinarização do rito especial está cada vez mais frequente, com prejuízo para a imagem do Juizado Especial.

A ideia inicial era a concentração dos atos em audiência, mas, com a sucessiva concessão de prazos, decorrentes de práticas do procedimento ordinário, o processo tem se alongado no tempo, perdendo a celeridade. Não obstante isso, é inegável que houve avanço, tanto que, em 2009, com o advento da lei nº 12.153, os Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal foram reconhecidos como um Sistema de Justiça, formado pelos Juizados Especiais Cíveis, Juizados Especiais Criminais e Juizados Especiais da Fazenda Pública (art. 1º, parágrafo único).

Ademais, durante esses anos, foram criadas as unidades judiciárias autônomas, com servidores e magistrados capacitados, o que favorece bastante a eficiência do Sistema. Nas unidades autônomas, a gestão processual é especializada e tende a ser mais fiel aos critérios previstos na lei nº 9.099/95 do que nas unidades adjuntas às Varas.

O número crescente de demandas continua sendo uma preocupação, sobretudo porque alguns Tribunais ainda não estruturaram adequadamente as suas unidades e sem estrutura o juiz não consegue aprimorar a prestação jurisdicional.

Enfim, com a entrada em vigor da lei nº 9.099/95, há 30 anos, a prioridade era fazer os Juizados Especiais funcionarem.

Hoje, o desafio é evitar que naufraguem: é a luta contra a ordinarização de seu rito; contra a precarização na estrutura por alguns Tribunais de Justiça e contra a importação irrefletida de dispositivos do CPC, que podem afastar de vez a chance de manutenção de um sistema de justiça diferenciado no seu modo de proceder, de forma simples e rápida.

É preciso um olhar novo para os Juizados Especiais, principalmente na era pós-pandemia, para aproveitamento das inovações tecnológicas, que possibilitaram o trabalho remoto e as audiências por videoconferência.

Não adianta ampliar a sua competência ou aumentar o número de unidades judiciárias, sejam elas autônomas, sejam adjuntas às Varas. É preciso preservar a sua principiologia e fazer planejamento com base nos critérios previstos na lei nº 9.099/95, com dotação orçamentária e capacitação específica dos servidores e magistrados que atuam na área.

Não se pode perder de vista que foram as especificidades da jurisdição que elevaram os Juizados Especiais a um Sistema que atende mais de um terço das ações que ingressam na Justiça brasileira, com menos recursos financeiros e com apenas um percentual mínimo de magistrados com atuação exclusiva.”

¹⁰ Juizado Tribunal de Justiça de São Paulo – 19.º Presidente do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE (2017)

Entrevista nº 11

1. Gostaríamos de agradecer-lhe por esta entrevista e propomos começar por apresentar o nosso “entrevistado” para que o leitor possa melhor compreendê-lo como pessoa. Então, apreciaríamos se nos contasse algo sobre suas origens e ligações culturais, enfim, sobre como sua jornada pessoal, profissional e sua formação jurídica.



*Erick Linhares*¹¹

Des. Erick Linhares: “Nasci em Manaus, ingressei na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas em 1987, concluindo o curso em 1991. Na época da faculdade fui técnico do Tesouro Nacional na Receita Federal. Depois de formado fui analista da Justiça Federal e servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, com jurisdição sobre Rondônia e Acre.

Posteriormente, ingressei na Procuradoria do estado de Rondônia, depois no Ministério Público do Acre e na Procuradoria do Estado do Amazonas, onde chefeei a área judicial.

Por fim, em 2001 ingressei na magistratura, caminho que abracei com dedicação e pelo qual nutro profundo respeito. Ao longo da carreira, busquei consolidar minha formação acadêmica, obtendo o título de Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e realizando estágio pós-doutoral em Direitos Humanos e Democracia na Universidade de Coimbra, em Portugal.

Grande parte da minha atuação jurisdicional se concentrou nos Juizados Especiais, tanto na área cível quanto criminal. Atuei também em Turmas Recursais e participei de experiências transformadoras na Justiça Itinerante.

Toda minha trajetória esteve voltada à ampliação do acesso à Justiça, especialmente para populações vulnerabilizadas — indígenas, migrantes, comunidades ribeirinhas e rurais. Foi uma vivência intensa, humana e transformadora. Uma verdadeira experiência de vida.

Em agosto de 2022, fui promovido ao Tribunal de Justiça, marco importante de uma carreira construída sobre a crença inabalável no sistema dos Juizados Especiais.”

2. Como sua jornada profissional se interliga com os Juizados Especiais e com a busca por uma Justiça mais simples, acessível e efetiva?

Des. Erick Linhares: “Quando era Promotor de Justiça, função que exerci até 1995, tive o primeiro contato com a recém-promulgada Lei n. 9.099/1995, cuja proposta de um direito penal negocial me causou profundo encantamento.

No início de 1996, retornei ao Amazonas, agora como Procurador do Estado. Nessa nova função, em 1997 ou 1998, deparei-me com a aplicação da Lei n. 9.099/1995 no âmbito cível, ao ter de ingressar com uma ação judicial em causa própria.

Em busca de compreensão mais aprofundada da sistemática dos Juizados Especiais, encontrei a obra Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis, do Ricardo Chimenti, que exerceu papel decisivo na minha trajetória. A leitura daquele livro despertou em mim o desejo de ingressar na magistratura, especialmente para atuar junto aos Juizados, cuja proposta de simplicidade, acessibilidade e informalidade me parecia profundamente transformadora.

Em 2000, abriu-se concurso para juiz no Estado de Roraima, e uma das vagas era para o 2º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Boa Vista. Fui aprovado e assumi a titularidade dessa unidade, onde permaneci por vários anos, profundamente envolvido com os Juizados Especiais e com a Justiça Itinerante.

Atuei por muitos anos nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, depois na Turma Recursal e na Justiça Itinerante, aos poucos fui me envolvendo cada vez mais com a questão de acesso à Justiça para populações vulnerabilizadas, trabalhando com indígenas, ribeirinhos e, por último, com refugiados estrangeiros em Roraima, experiência que vale uma vida.”

3. Você poderia explicar como e quando começou a participar do Fórum Nacional dos Juizados Especiais?

Des. Erick Linhares: “Meu primeiro Fonaje foi em 2001, em Porto Velho. Na época se chamava Encontro de Coordenadores de Juizados Especiais. Era ainda pequeno, em termos de estrutura e participantes, mas absolutamente fascinante. Impressionava a profundidade dos debates e a forma como os colegas já demonstravam, àquela altura, uma compreensão aguda e engajada da Lei n. 9.099/95.

Mais do que isso, o que realmente me marcou foi o ambiente de acolhimento e troca: ideias, projetos, experiências e até as angústias do dia a dia eram compartilhadas com generosidade.

Desde então, procurei estar presente em todos os encontros do Fonaje. Cada edição representa uma oportunidade única de aprendizado, de reflexão e de fortalecimento dos laços institucionais e afetivos entre os magistrados dos Juizados Especiais. Formei grandes amigos no Fonaje, amigos-irmãos, como costume dizer.

Esse espaço coletivo, formado por magistrados vocacionados, que é o segredo do sucesso e da longevidade do Fonaje.”

4. Como era o Fonaje na época, quem participava e quais eram as principais pautas?

Des. Erick Linhares: “Lembro-me da época em que comecei a participar dos encontros do Fonaje. Alguns nomes daquela fase marcaram a trajetória do Fórum: Ricardo Chimenti, de São Paulo; desembargador Tiago Ribas e Joaquim Domingo, do Rio de Janeiro; Sueli Pini, do Amapá; Sandra Silvestre, de Rondônia; Denise Kruger, do Paraná; Paulo Zacarias e Cícero, de Alagoas; desembargador José Fernandes, de Minas Gerais; e desembargador Rêmolo Letteriello, do Mato Grosso do Sul.

Registro também a participação de Guilherme Baldan, de Rondônia; Janície Ubilli, de Santa Catarina; e Maria do Carmo Honório, de São Paulo.

O FONAJE foi construído com a colaboração de todos esses colegas e de muitos outros que participaram ao longo da trajetória.

Quanto às pautas debatidas no âmbito do Fonaje, desde os primeiros encontros sempre estiveram voltadas à preservação da identidade dos Juizados Especiais, mantendo-os vivos e fiéis aos princípios estabelecidos no art. 2º da Lei n. 9.099/1995: oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Esses fundamentos continuam a orientar as discussões e deliberações, demonstrando a permanência dos compromissos que motivaram a criação do sistema e ainda hoje justificam sua existência.”

5. Como foi sua eleição para a presidência do Fonaje e quais desafios enfrentou?

Des. Erick Linhares: “Minha eleição para a presidência do Fonaje transcorreu de forma serena, em consonância com o critério de rodízio regional que, regimentalmente, tem orientado a escolha de sua direção. Trata-se de um modelo que vem se revelando eficaz para evitar disputas e rivalidades, favorecendo uma transição harmônica e o espírito de grupo, que norteia o Fonaje.

Antes de assumir essa função, já havia exercido o cargo de Secretário-Geral, o que me possibilitou participação direta na gestão do fórum e no acompanhamento das pautas debatidas, dos desafios institucionais enfrentados e do esforço coletivo voltado ao fortalecimento dos Juizados Especiais em todo o país.

Tive a honra de suceder a colega Maria do Carmo Honório, do Tribunal de Justiça de São Paulo, e fui sucedido por Aiston Henrique de Sousa, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios — ambos magistrados comprometidos e com os quais mantenho estreita amizade e admiração profissional.”

6. Olhando para trás, qual diria, hoje, que teria sido sua contribuição para o Fonaje e para os Juizados Especiais?

Des. Erick Linhares: “Durante minha gestão à frente do Fonaje, procurei oxigenar sua estrutura e, para isso, adotei uma política de inclusão e valorização da pluralidade regional, incorporando colegas de diversos estados à composição da diretoria, para que o fórum refletisse a diversidade e a riqueza de experiências dos Juizados Especiais em todo o país.

Buscando fortalecer a atuação dos Juizados em sua vertente social, trabalhei para uma maior aproximação com a Justiça Itinerante, compreendendo que ambas as estruturas compartilham a mesma missão de ampliar o acesso à justiça, sobretudo para as populações em situação de vulnerabilidade.

Esse esforço conjunto culminou na aprovação do Enunciado n. 171 do FONAJE, que permite que o magistrado do Juizado Especial, quando em atividade itinerante, flexibilizasse regras procedimentais, ante as contingências fáticas da região atendida, observando-se sempre as garantias do contraditório e do devido processo legal.

Esse avanço institucional foi reforçado por dois encontros. O primeiro, realizado em Macapá, (43º Fonaje) contou com uma experiência de Justiça Itinerante Fluvial, promovida em regime de cooperação entre magistrados de diversos estados da federação, que demonstrou o potencial de integração do Judiciário em prol da cidadania. O segundo encontro, 44º Fonaje, ocorreu no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, reunindo expressiva participação de colegas de todo o país, em um ambiente de troca intensa de experiências e boas práticas.”

7. Olhando para frente, como você vê a evolução do sistema dos Juizados Especiais? Quais são os desafios que se avizinham e as novas direções em que os operadores do sistema e o Fonaje devem se concentrar?

Des. Erick Linhares: “Os Juizados Especiais enfrentam hoje um conjunto expressivo de desafios, tanto estruturais quanto funcionais. No entanto, é inegável que continuam em expansão e têm potencial para desempenhar um papel cada vez mais relevante no sistema de Justiça.

A questão central é que essa relevância futura dependerá diretamente da forma como o sistema enfrentará temas cruciais, como o acesso efetivo à Justiça, a valorização e qualificação das soluções autocompositivas, o uso racional e inteligente da tecnologia e, sobretudo, a efetividade das decisões judiciais.

É preciso evitar que os Juizados se tornem apenas uma réplica do processo comum, perdendo a identidade que lhes foi conferida pela Lei n. 9.099/95. A ordinarização do rito e a descaracterização de suas premissas fundacionais é um risco real, que demanda atenção estratégica.

Nesse sentido, o papel do Fonaje é central. É imprescindível que o fórum atue de forma proativa, não apenas como espaço de intercâmbio de experiências, mas como verdadeiro formulador de políticas públicas para os Juizados Especiais. A construção de uma agenda clara, voltada à superação dos desafios que já se apresentam e dos que virão, é o caminho mais promissor.

A atuação qualificada do Fonaje pode garantir que os operadores dos Juizados tenham voz ativa no plano nacional, dialogando com o Conselho Nacional de Justiça e com os Tribunais de Justiça. Isso permitirá não apenas projetar o futuro com mais segurança, mas também antecipá-lo com ações concretas no presente.”

¹¹ Desembargador do Tribunal de Justiça de Roraima – 20.º Presidente do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE (2018)

Entrevista nº 12

1. Gostaríamos de agradecer-lhe por esta entrevista e propomos começar por apresentar o nosso “entrevistado” para que o leitor possa melhor compreendê-lo como pessoa. Então, apreciaríamos se nos contasse algo sobre suas origens e ligações culturais, enfim, sobre como sua jornada pessoal, profissional e sua formação jurídica.



*Aiston Henrique de Sousa*¹²

Dr. Aiston de Sousa: “Eu nasci no interior do Estado do Maranhão e moro em Brasília desde os 17 anos de idade. Para quem é jovem em Brasília não é difícil identificar-se com as carreiras do serviço público e foi por aí que segui no início dos anos 80.

Como servidor da Justiça Federal acompanhei com proximidade o que era a carreira da magistratura, especialmente naquela época em que ela despontava com a força da redemocratização e da possibilidade de exercício efetivo dos direitos.

Impressionei-me com as notícias que haviam na época de cidadãos alcançando vitórias contra o Estado. Então eu senti que o direito era algo vivo e eficaz. Foi então que ingressei na faculdade de Direito com o propósito de alcançar a magistratura”

2. Como sua jornada profissional se interliga com os Juizados Especiais e com a busca por uma Justiça mais simples, acessível e efetiva?

Dr. Aiston de Sousa: “A busca pela justiça mais acessível reflete o sentimento de que o direito deve ser algo vivo, pra valer, e que o processo é apenas o instrumento de realização dos direitos subjetivos. É o velho exemplo do bolo e da forma. A forma molda o bolo, mas a substância do bolo é o que se busca. Então você começa a perceber, ainda na faculdade, que muitas vezes as formas processuais dificultam a realização do direito substancial pela demora, pelo excesso de formalismo, pelos custos, como bem aponta o professor Mauro Cappelletti quando do movimento de acesso à justiça.

Logo no início da minha carreira na magistratura atuei nos juizados especiais, ainda incipientes, e percebi uma grande diferença na efetividade do acesso à justiça, neste modelo muito apropriado às causas de menor complexidade e aí estive por 18 anos. Depois, observei, lentamente, o sistema da justiça tradicional absorvendo muito da cultura e da praxe dos juizados especiais.”

3. Você poderia explicar como e quando começou a participar do Fórum Nacional dos Juizados Especiais?

Dr. Aiston de Sousa: “Particpei do primeiro FONAJE, em São Paulo, quando ainda não tinha este nome, em 1997, e a partir daí, sempre que tenho oportunidade estou presente.

Na época queria conhecer mais sobre o sistema, uma vez que estávamos diante de uma lei processual muito aberta, que deixava sem resposta muitas questões antes disciplinada do CPC que não se mostravam próprias ao novo modelo.”

4. Como era o Fonaje na época, quem participava e quais eram as principais pautas?

Dr. Aiston de Sousa: “As reuniões eram ricas em experiências. Havia um momento em que a delegação de cada estado apresentava seus desafios e as soluções inovadoras, as quais eram compartilhadas e muitas vezes replicadas em outros estados.

Foi assim que apareceram as experiências da justiça itinerante em barcos, ônibus e vans, que posteriormente foram incorporadas no texto da Constituição da República como experiência de todo o sistema de justiça. Também havia compartilhamento de experiências na redução a termo e na conciliação, que evoluiu para um sistema mais amplo e abrange de todo o sistema de justiça.

O ponto forte dos encontros era o debate dos postulados interpretativos da Lei de regência, os quais resultaram nos enunciados até hoje seguido por todos.

O FONAJE representou um importantíssimo instrumento de preservação da identidade do sistema especial na expressão da informalidade, da simplicidade, da celeridade e da consensualidade no sistema de justiça. Ouso afirmar que sem o FONAJE o sistema dos juzizados especiais seria outro, menos fiel aos objetivos do legislador.”

5. Como foi sua eleição para a presidência do Fonaje e quais desafios enfrentou?

Dr. Aiston de Sousa: “As eleições no FONAJE seguem um interessante sistema de rodízio regional que permite uma participação ampla de todas as unidades. Assim fui escolhido, em 2018, por consenso, como representante da região Centro-Oeste.

Além da Presidência, o FONAJE tem outros órgãos de deliberação, bastante participativos, de modo que a atuação é amplamente democrática. Neste modelo, com escolha por consenso e ativa participação dos órgãos deliberativos, a eleição sempre garante a estabilidade das atividades e um ambiente de muita colaboração, harmonia e fraternidade interna. Para mim foi uma grande honra assumir a Presidência do FONAJE, onde tenho grandes amigos.”

6. Olhando para trás, qual diria, hoje, que teria sido sua contribuição para o Fonaje e para os Juzizados Especiais?

Dr. Aiston de Sousa: “Em 2018, como hoje, o sistema dos juzizados especiais estava constantemente ameaçado com propostas de mudança legislativa que buscavam mudar o formato do procedimento, quase sempre, deixando-o mais formal e comprometido com as amarras do CPC, instrumento legislativo bom, mas destinado às demandas complexas.

Neste campo, por deliberação do FONAJE foi discutida e enviada ao Senado Federal um projeto de Lei que

que agregava as propostas de alteração legislativa compatíveis com os princípios da Lei n. 9.099/1995. Infelizmente a pandemia não permitiu o avanço da proposta e depois outras intercorrências políticas deixaram a proposta em segundo plano.

Além disso, sentíamos um distanciamento entre o FONAJE e o CNJ, que é o órgão de cúpula da gestão administrativa e o Poder Judiciário. Portanto, há um campo de interesse comum entre os dois, notadamente pela força do FONAJE na preservação do sistema que corresponde a quase metade da demanda por prestação jurisdicional.

O FONAJE deliberou propor ao Conselho Nacional de Justiça a criação de um colegiado no âmbito daquele órgão para tratar das questões específicas dos juzizados especiais.

O CNJ acolheu a proposta e foi aprovada pela Resolução n. 359/2020 a criação do CONAJE, Comitê Nacional dos Juzizados Especiais, junto ao CNJ, o qual conta com representante do FONAJE. Sou muito satisfeito por ter participação ativa no FONAJE naquele momento. Acho que foi uma época produtiva, sobretudo pela prestimosa colaboração de grandes nomes do FONAJE, como Marco Buzzi, Ricardo Chimenti, Erick Linhares, Janice Ubiali, Alexandre Chini.”

7. Olhando para frente, como você vê a evolução do sistema dos Juzizados Especiais? Quais são os desafios que se avizinham e as novas direções em que os operadores do sistema e o Fonaje devem se concentrar?

Dr. Aiston de Sousa: “O sistema dos juzizados especiais é diferenciado e próprio, mas não é apartado. Os desafios do sistema dos juzizados especiais são os desafios do Poder Judiciário e da própria sociedade.

Vejo o advento da utilização massiva da inteligência artificial como a grande mudança nos próximos anos, com impacto intenso do sistema de justiça e nos juzizados especiais.

Como todas as mudanças, esta tem aspectos negativos e positivos. Os chatbots prometem grandes avanços na pesquisa jurídica e na elaboração de textos decisórios, que, se utilizados com prudência podem representar um enorme impulso na prestação jurisdicional nos aspectos qualitativo e quantitativo.

Contudo, a inteligência artificial também trabalha em prol do mal. A criminalidade impulsionada pela tecnologia, especialmente em um mundo em que o crime organizado avança de modo intenso, é a face preocupante da mesma realidade. É o que se observa no aumento das fraudes e das demandas predatórias, algumas também fraudulentas.

São problemas da atualidade que não eram comuns há 30 anos, quando foi criado o sistema dos juzizados. Naquela ocasião os desafios estavam relacionados, sobretudo, com a logística de funcionamento das unidades jurisdicionais, como apoio material e de pessoal, bem como com o pensamento formalista e averso a inovações. Por isso, sempre é tempo de reforçar espaços de debate e reflexão na busca pelo enfrentamento dos constantes desafios do sistema de justiça. “O FONAJE tem muito trabalho pela frente.”

¹² Julz de segundo grau do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – 21.º Presidente do Fórum Nacional dos Juzizados Especiais – FONAJE (2019)

Entrevista nº 13

1. Gostaríamos de agradecer-lhe por esta entrevista e propomos começar por apresentar o nosso “entrevistado” para que o leitor possa melhor compreendê-lo como pessoa. Então, apreciaríamos se nos contasse algo sobre suas origens e ligações culturais, enfim, sobre como sua jornada pessoal, profissional e sua formação jurídica.



Janice Ubialli ¹³

Dra. Janice: “Sou natural de Jaguaruna, cidade onde aprendi desde cedo o valor da responsabilidade, do trabalho honesto e da escuta. Quando concluí o curso de Direito, atuava na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, como agente de registro do comércio. Foi nesse cenário administrativo que recebi o primeiro e decisivo incentivo para ingressar na magistratura. O então diretor da Junta, Dr. Jorge Pinheiro, vislumbrou em mim a vocação para a judicatura e apresentou-me ao juiz Nilton de Macedo Machado, que se tornou meu primeiro professor na preparação para o concurso.

Naquela época, não havia Escola da Magistratura. Estudar para um concurso exigente como o da magistratura era tarefa solitária — ou quase. Convidei alguns colegas que também sonhavam com a carreira jurídica e, juntos, formamos um grupo de estudos, com aulas também ministradas pelo juiz Urbano Salles. Foi um tempo de muito esforço, mas também de aprendizado coletivo, que até hoje carrego com gratidão.

Em 1983, ingressei na magistratura catarinense. Judiquei em diversas comarcas do Estado — Içara, Urussanga, São Miguel do Oeste e Criciúma —, experiências que me permitiram conhecer de perto a realidade do jurisdicionado, as peculiaridades regionais e a importância de uma Justiça acessível. Em 2011, tive a honra de ascender ao Tribunal como juíza de 2º grau, sendo promovida ao cargo de desembargadora.”

2. Como sua jornada profissional se interliga com os Juizados Especiais e com a busca por uma Justiça mais simples, acessível e efetiva?

Dra. Janice: “Após mais de uma década de atuação em vara criminal — marcada por intenso ritmo de trabalho, atenção rigorosa aos prazos e à legalidade, sobretudo para evitar a prescrição de delitos — decidi buscar um novo espaço de atuação. A opção pelos Juizados Especiais surgiu, num primeiro momento, como um desejo legítimo por maior tranquilidade profissional. No entanto, o que encontrei foi muito mais do que uma mudança de ambiente: deparei-me com uma forma inteiramente nova de fazer Justiça.

Ao assumir uma unidade dos Juizados Especiais, percebi que ali se desenvolvia uma Justiça distinta daquela ensinada nos bancos da faculdade de Direito. Era uma Justiça desburocratizada, orientada pelo

proximidade com as partes e pela busca concreta da pacificação social. Não havia amarras processuais sufocantes, mas sim um sistema que incentivava a construção compartilhada da solução do conflito.

Esse modelo me fascinou. Passei a estudar com profundidade a Lei n. 9.099/95 e, com isso, compreender melhor o espírito do legislador: uma proposta de Justiça acessível, célere, menos adversarial e, sobretudo, mais humana. Foi nesse espaço que reencontrei o sentido da magistratura como instrumento de transformação social, capaz de promover não apenas sentenças, mas também reconciliações e recomeços.

Essa experiência ampliou minha visão do papel do juiz e reafirmou minha convicção de que é possível, sim, fazer uma Justiça efetiva, próxima do cidadão e sensível às particularidades de cada história que chega ao Judiciário."

3. Você poderia explicar como e quando começou a participar do Fórum Nacional dos Juizados Especiais?

Dra. Janice: "Depois de ingressar no Sistema dos Juizados Especiais, minha aproximação com o Fórum Nacional dos Juizados Especiais — o Fonaje — aconteceu de forma natural e marcante. O primeiro encontro de que participei foi realizado em Florianópolis. Desde então, passei a acompanhar com interesse os debates, as propostas e a rica troca de experiências entre magistrados de todo o país, todos unidos pelo mesmo propósito: tornar a Justiça mais acessível, resolutiva e próxima do cidadão.

Meu envolvimento se aprofundou quando tive a oportunidade de auxiliar na organização de dois eventos do Fonaje em Santa Catarina, ao lado do então Ministro Marco Buzzi — grande entusiasta dos Juizados Especiais e defensor incondicional da conciliação e da mediação como instrumentos de pacificação social. Participar desses encontros ao lado de alguém com tanta inspiração e visão ampliou ainda mais meu compromisso com essa causa.

Posso dizer, sem exageros, que meu encontro com o Fonaje, assim como com o próprio sistema dos Juizados Especiais, foi amor à primeira vista. Desde então, mantenho uma participação ativa nos encontros e debates, pois acredito firmemente que o Fonaje cumpre um papel essencial na consolidação de uma Justiça mais célere, humana e comprometida com a solução de conflitos de maneira construtiva."

4. Como era o Fonaje na época, quem participava e quais eram as principais pautas?

Dra. Janice: "Na época em que comecei a participar do Fonaje, os encontros reuniam magistrados vocacionados, estudiosos e comprometidos com a consolidação de um novo modelo de Justiça. Havia um entusiasmo coletivo em torno da proposta dos Juizados Especiais — um sistema pensado para ser mais próximo do cidadão, com linguagem simples, soluções céleres e foco na conciliação.

O objetivo principal do Fonaje era claro: disseminar a cultura da autocomposição e reafirmar que o Sistema dos Juizados Especiais não era uma mera simplificação do processo tradicional, mas uma nova forma de exercer a jurisdição. Tratava-se de um sistema que buscava não apenas aplicar o direito, mas resolver conflitos de maneira efetiva e eficaz, com escuta ativa e construção conjunta de soluções.

Nos primeiros encontros, predominavam discussões sobre a padronização de procedimentos, a ampliação do alcance da conciliação, os limites da informalidade e os riscos da ordinarização — este último, aliás, um desafio permanente. Desde o início, havia uma preocupação constante com a preservação da

da identidade própria dos Juizados, frente às tentativas de importação de práticas típicas do processo comum.

Com o passar dos anos, os desafios do Fonaje evoluíram junto com a sociedade. O Judiciário passou a operar com processos eletrônicos, foi impactado pelo avanço do mundo digital, e hoje se depara com a inteligência artificial como realidade crescente na prestação jurisdicional. Ainda assim, uma luta permanece inalterada: resistir à ordinarização do sistema e manter vivo o espírito da Lei n. 9.099/95 — um espírito de conciliação, simplicidade e acesso real à Justiça.

Essa coerência ao longo do tempo é, talvez, a grande força do Fonaje. Um espaço de construção coletiva, onde as transformações tecnológicas são acompanhadas de reflexão crítica e compromisso com os fundamentos que deram origem ao sistema.”

5. Como foi sua eleição para a presidência do Fonaje e quais desafios enfrentou?

Dra. Janice: “Minha eleição à presidência do Fonaje ocorreu de forma natural, como consequência de uma trajetória de dedicação ao sistema. Antes disso, já havia exercido o cargo de Secretária-Geral por mais de uma vez e também ocupei a Vice-Presidência. A aclamação foi um gesto que me tocou profundamente, pois representou o reconhecimento dos colegas ao meu compromisso com os ideais do Fórum e com os princípios que regem os Juizados Especiais. Senti-me lisonjeada e, acima de tudo, ainda mais responsável por corresponder a essa confiança.

Assumir a presidência, contudo, trouxe consigo desafios de grande magnitude. Minha gestão coincidiu com o período mais crítico da pandemia da Covid-19 — uma fase de incertezas, limitações e urgência por adaptação. Mesmo diante desse cenário adverso, conseguimos manter a vitalidade do Fonaje. Realizamos diversas reuniões virtuais com instituições parceiras, promovemos lives com temas relevantes e atuais, e o mais importante: conseguimos preservar a união e o espírito colaborativo dos chamados “fonajeanos”.

Foi uma gestão marcada pela resiliência, pela capacidade de reinvenção e pela afirmação de que, mesmo em meio às crises, o Sistema dos Juizados Especiais continua firme em sua missão de oferecer uma Justiça mais acessível, humanizada e eficiente.”

6. Olhando para trás, qual diria, hoje, que teria sido sua contribuição para o Fonaje e para os Juizados Especiais?

Dra. Janice: “Com um olhar retrospectivo, penso que a principal contribuição que deixo ao Sistema dos Juizados Especiais e ao Fonaje foi o entusiasmo constante com que abracei essa causa. Sempre acreditei na potência desse modelo de Justiça — mais próximo do cidadão, mais acessível e verdadeiramente transformador. É difícil mensurar o impacto do próprio trabalho, mas, dentro das minhas limitações, procurei agir com dedicação e coerência, promovendo e valorizando a cultura da conciliação como uma ferramenta efetiva para a construção da paz social.

Tive a honra de assumir a presidência do Fonaje durante um período singular da nossa história: a pandemia da Covid-19. Mesmo diante dos inúmeros desafios impostos pelo isolamento social e pela necessária adaptação tecnológica, conseguimos manter vivo o espírito de união e de trabalho colaborativo que sempre caracterizou o Fórum.

Realizamos, pela primeira vez, um encontro nacional do Fonaje em formato totalmente virtual — um evento que superou todas as expectativas e confirmou a capacidade de reinvenção do sistema. Além disso, instituímos uma série de lives com a participação de magistrados, servidores, advogados e estudiosos que atuam ou pesquisam o Sistema dos Juizados Especiais. As pautas abordadas nesses encontros digitais foram relevantes e atuais, ampliando o debate e fortalecendo a interlocução entre a prática judicial e o mundo acadêmico.

Essa experiência reforçou em mim a convicção de que o Fonaje é, acima de tudo, um espaço de resistência, inovação e compromisso. E se hoje sigo envolvida com esse sistema é porque acredito, com a mesma força de quando ingressei, que os Juizados Especiais representam uma das faces mais humanas, ágeis e eficazes da Justiça brasileira.”

7. Olhando para frente, como você vê a evolução do sistema dos Juizados Especiais? Quais são os desafios que se avizinham e as novas direções em que os operadores do sistema e o Fonaje devem se concentrar?

Dra. Janice: “Com um olhar voltado para o futuro, acredito que todos os que atuam no Sistema dos Juizados Especiais — em especial os novos integrantes do Fonaje — devem estar atentos à velocidade com que a sociedade se transforma. Vivemos tempos marcados pela inovação constante, pelo avanço da inteligência artificial e pela digitalização de processos, e é fundamental acompanhar esse movimento.

Nesse cenário, a tecnologia deve ser vista como uma aliada, capaz de facilitar o acesso, dar maior fluidez à prestação jurisdicional e tornar o sistema ainda mais eficiente. No entanto, há algo que não pode, e não deve, mudar: os valores e princípios que fundamentam os Juizados Especiais.

Mais do que oferecer uma resposta rápida ao jurisdicionado, esse sistema de Justiça se propõe a construir soluções — com as partes, para as partes. A conciliação é, e sempre será, a alma dos Juizados. A essência da Lei n. 9.099/95 está na simplicidade, na celeridade, na proximidade com o cidadão e na busca de uma Justiça eficaz, efetiva e verdadeiramente transformadora.

Cabe a todos operadores do sistema, manter acesa essa chama, conciliando inovação com humanidade, modernização com escuta, e tecnologia com compromisso social. Esse é o grande desafio e também o grande propósito que deve orientar os próximos passos do Fonaje e de todos que atuam nesse campo tão essencial da Justiça brasileira.”

¹³ - Desembargadora do Tribunal de Justiça de Santa Catarina – 22.º Presidente do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE (2020)

Entrevista nº 14

1. Gostaríamos de agradecer-lhe por esta entrevista e propomos começar por apresentar o nosso “entrevistado” para que o leitor possa melhor compreendê-lo como pessoa. Então, apreciaríamos se nos contasse algo sobre suas origens e ligações culturais, enfim, sobre como sua jornada pessoal, profissional e sua formação jurídica.



José Cícero Alves da Silva¹⁴

Dr. José Cícero: “Meu nome é José Cícero Alves da Silva. Nasci em 2 de fevereiro de 1959, em um bairro periférico de Maceió. Minha mãe, Maria José Alves da Silva, era dona de casa; meu pai, Manoel Alves da Silva, trabalhava como marceneiro e carpinteiro. Ela faleceu aos 83 anos, vítima de um câncer pulmonar. Meu pai morreu aos 46, vítima de um infarto fulminante. Comecei a trabalhar muito cedo.

Estudei do pré até a quarta série em um grupo escolar estadual. Em seguida, cursei o primeiro grau — como era chamado à época — no Colégio Municipal Rui Palmeira, mantido pela prefeitura. Mais adiante, já no segundo grau, ingressei na Escola Técnica Federal, onde concluí o curso de Eletrotécnica.

No dia 31 de janeiro de 1974, dois dias antes de completar 15 anos, comecei a trabalhar numa sociedade de advogados que também atuava como imobiliária. Desde então, passei a me interessar pela área jurídica. Queria ser advogado. No entanto, como cursava Eletrotécnica, tentei seguir na Engenharia Elétrica, mas desisti. Também iniciei o curso de Administração de Empresas na Universidade Federal, sem concluir.

Creio que minha vocação era mesmo o Direito. Em 1979, iniciei o curso de Direito na Faculdade de Maceió, da Fundação Jaime de Altavila — hoje chamada SESMAC, uma universidade de grande porte, com cursos de Medicina, Letras, Agronomia, Veterinária e muitos outros. Naquela época, era uma instituição ainda pequena, que oferecia apenas Direito, Administração, Letras e Ciências Sociais. Concluí o curso no fim de 1983 e coleei grau em 13 de janeiro de 1984, alguns anos antes da promulgação da Constituição de 1988.

Em 1985, prestei concurso para Promotor de Justiça no Ministério Público de Alagoas. Fui aprovado nas etapas iniciais, mas não habilitado para a prova oral. Deus, porém, tinha outros planos para mim. Um tanto desanimado, inscrevi-me no concurso para Juiz de Direito. Era exigido o prazo de dois anos após a colação de grau. Coincidentemente, completei esse prazo em 13 de janeiro, e o prazo final para a inscrição no concurso era dia 15. Só consegui protocolar meu pedido no dia 14 e concluir a inscrição no último dia.

Quase não participei do certame por causa da taxa de inscrição, pois o banco já havia encerrado o expediente. Por sorte, consegui quitá-la

expediente. Por sorte, consegui quitá-la em uma instituição bancária estadual que, hoje, está falida.

A partir daí, enfrentei a árdua rotina de estudos e provas. Fui aprovado em todas as etapas e classificado em 23º lugar. Esperei a nomeação, que à época era feita pelo governador, a partir de lista tríplice. Participei de 12 listas até, finalmente, ser nomeado um ano e 11 meses depois.

Tomei posse como juiz no dia 12 de maio de 1988. Fui designado para uma comarca distante, no Alto Sertão de Alagoas: Mata Grande. Depois, removido para Porto Real do Colégio, na divisa com Sergipe, às margens do Rio São Francisco. Ali, permaneci quase cinco anos. Em seguida, fui para Penedo, onde fiquei por mais de um ano, e depois para São Miguel dos Campos, cidade canavieira com diversas usinas, onde atuei por tempo semelhante. Assim, passei cerca de oito anos no interior do Estado, até ser promovido a juiz auxiliar de terceira entrância na capital. Logo depois, assumi os Juizados Especiais, no fim de 1996.

Sigo dizendo que minha trajetória foi marcada por muitas dificuldades, mas, com o tempo, percebi que tudo valeu a pena. Hoje, tenho quase 38 anos de carreira na magistratura.”

2. Como sua jornada profissional se interliga com os Juizados Especiais e com a busca por uma Justiça mais simples, acessível e efetiva?

Dr. José Cícero: “Em 1996, eu já atuava como juiz de Juizado Especial — um juizado novo, no qual tive a honra de ser o primeiro magistrado a exercer a função.

Logo depois, fui designado para instalar um Juizado de Acidentes de Trânsito dentro do DETRAN, a pedido do então presidente do Tribunal.

Na época, viajei a Salvador, onde busquei referências nos modelos de juizados de acidentes de trânsito da Bahia, que, na ocasião, funcionavam muito bem.

Trouxe essa experiência para Maceió e conseguimos implantar o juizado. Permaneci lá por quase 20 anos.

Posteriormente, fui designado para o Juizado da Fazenda Pública e, em seguida, para o Segundo Juizado.

Hoje, não atuo mais nessas unidades. Passei cinco anos integrando a Turma Recursal. Hoje, figuro como o terceiro na lista de antiguidade para o Tribunal de Justiça.

O Juizado Especial representou para mim uma verdadeira escola de vida e aprendizado. Foi ali que passei a conhecer mais de perto as pessoas e a compreender, com maior profundidade, o verdadeiro sentido da autocomposição.”

3. Você poderia explicar como e quando começou a participar do Fórum Nacional dos Juizados Especiais?

Dr. José Cícero: “Em 1997, participei do primeiro Fonaje — que, na época, ainda se chamava Encontro Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais. Era um evento pequeno, mas que já demonstrava uma crescente adesão por parte dos estados, dos tribunais. Hoje, o Fonaje é uma realidade consolidada. Tive a honra de presidi-lo em 2021.

a honra de presidi-lo em 2021.

Muitos colegas daquela época seguiram caminhos distintos: alguns ascenderam a seus tribunais, um deles chegou ao Superior Tribunal de Justiça, outros se aposentaram e alguns, infelizmente, já partiram.

Com todos, mantive uma convivência enriquecedora. O Fonaje acabou se tornando, para nós, uma espécie de família — aquela que não tínhamos no ambiente de trabalho. Pode-se dizer que fomos, de algum modo, talhados ou mesmo chamados para integrar esse grupo, que acabou formando o que hoje chamamos de família dos Juizados Especiais, a família fonajeana.

Desde 1997, venho lutando pelos juizados e participando ativamente da defesa desse sistema de justiça. Às vezes, é verdade, a gente se sente um pouco sozinho, desanimado. Mas sabemos que há um grupo forte, coeso, de pessoas engajadas nessa mesma missão: a de garantir que os juizados jamais sejam esquecidos ou deixados à margem na estrutura dos tribunais.”

4. Como era o Fonaje na época, quem participava e quais eram as principais pautas?

Dr. José Cícero: “No Fonaje, sempre houve essa troca riquíssima de experiências — sobre processos, sobre lutas cotidianas e sobre os desafios práticos da prestação jurisdicional. Ideias como a justiça itinerante, a conciliação, os modelos de decisões e sentenças eram abertamente compartilhadas entre os colegas.

Com o passar do tempo, o Fonaje foi crescendo a cada novo encontro, engajando magistrados dos mais diversos rincões do Brasil, todos unidos pelo mesmo propósito: fazer uma justiça melhor, mais próxima das pessoas e mais eficiente.

Hoje, nós, juízes dos Juizados Especiais, temos uma visão mais ampla. Passamos a pensar de forma macro, buscando a uniformização de entendimentos, de condutas, de estratégias práticas que realmente façam do juizado aquilo que ele foi concebido para ser.

E é justamente dessa união que precisamos: para assegurar a efetiva aplicação da lei e a adoção plena da filosofia dos Juizados Especiais — que se distingue do rito ordinário do CPC e precisa manter sua identidade para sobreviver e avançar. Que continue, por muitos e muitos anos, e que, se tiver que mudar, que mude para melhor. Que não seja uma ruptura, mas sim um aperfeiçoamento contínuo.”

5. Como foi sua eleição para a presidência do Fonaje e quais desafios enfrentou?

Dr. José Cícero: “Minha eleição foi tranquila. Já tinha uma longa trajetória no Fonaje quando fui eleito vice-presidente, no final de 2019, e, no final de 2020, assumi a presidência. Já eram 25 anos de dedicação ao Fonaje. Como um dos fundadores, sempre tive esse desejo, esse anseio de um dia presidir o Fórum. Sabia que a hora chegaria e, de fato, não forcei nada — apenas esperei que o momento certo viesse.

Foi um período desafiador. Enfrentávamos a pandemia, e tudo precisou ser feito de forma virtual. O Fonaje realizado durante a minha gestão aconteceu inteiramente on-line, mas teve um alcance expressivo, com muitas atividades e grande participação. Tenho a impressão de que foi um encontro histórico, justamente por ter ocorrido no auge da crise sanitária, no coração da pandemia.

A pandemia começou entre o fim de 2019 e o início de 2020, e realizamos o Fonaje em 2021, no epicentro das dificuldades, das perdas, das dores que todos vivemos. Ainda assim, conseguimos realizar uma gestão que, dentro das limitações, cumpriu sua missão. Não houve qualquer resistência ou contraponto entre os colegas — tudo transcorreu de forma muito tranquila e respeitosa.

Sempre incentivo os colegas mais novos a terem paciência. É importante dar espaço àqueles que já estão há mais tempo no sistema e no Fórum. Muita gente chega e já quer assumir funções de gestão, mas é preciso reconhecer e respeitar o tempo de quem dedicou anos de trabalho, esforço e comprometimento para que o sistema dos Juizados continue vivo e em expansão.

Durante o período em que presidi o Fonaje, nossas atividades ficaram limitadas pelas restrições da pandemia. Tudo precisava ser feito virtualmente, e não era simples reunir todos os membros da diretoria em um único momento para debater e encaminhar os temas relevantes ao Congresso. Ainda assim, tivemos o apoio de colegas como Ricardo Chimenti e da própria AMB, que foi uma parceira importante.

Realizamos fóruns virtuais, oficinas, e o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro também contribuiu muito, por meio da nossa relação próxima com a desembargadora Cristina Gaulia. Com ela, organizamos um fórum muito produtivo, com ampla participação, palestras e cursos que deram um verdadeiro impulso à nossa gestão.

Sou profundamente grato à Cristina, à AMB — que, na época, contava com Ângelo na coordenação de uma das oficinas — e a todos que contribuíram com iniciativas valiosas para os Juizados Especiais."

6. Olhando para trás, qual diria, hoje, que teria sido sua contribuição para o Fonaje e para os Juizados Especiais?

Dr. José Cícero: "Olha, se eu puder resumir minha contribuição em poucas palavras, eu diria que ela foi construída com constância, entrega e muita crença nesse sistema de justiça. Desde 1997, quando participei do primeiro encontro, ainda chamado de Encontro Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais, venho caminhando junto com o Fonaje. Não entrei de passagem. Foram anos e anos de envolvimento direto, aprendendo, colaborando e ajudando a formar o que hoje a gente chama de família fonajeana.

Tive a honra de ser o primeiro juiz de um Juizado Especial em Maceió, de implantar o Juizado de Acidentes de Trânsito dentro do DETRAN, de ficar quase vinte anos à frente dele, e de atuar também em outras frentes, como o Juizado da Fazenda Pública, o Segundo Juizado e a Turma Recursal. Minha vida profissional se entrelaçou com a história dos juizados. Sempre procurei dar minha parcela de contribuição, buscando soluções práticas, trocando experiências, incentivando a conciliação, a justiça itinerante, e a aproximação do Judiciário com o cidadão.

Fui eleito presidente do Fonaje em 2020, depois de 25 anos de atuação. Assumi essa missão em meio à pandemia, e tivemos que fazer tudo no formato virtual. Mas mesmo com todas as dificuldades, conseguimos realizar um dos encontros mais representativos do Fonaje, com ampla participação e muita visibilidade. Acho que deixamos um legado — não só pela forma como enfrentamos o momento, mas pelo espírito de união e continuidade que conseguimos manter.

Hoje, olho para trás com serenidade. Sinto que minha contribuição foi estar presente quando era preciso estar, dar espaço quando era preciso ceder, e acreditar, sempre, que os Juizados Especiais são muito mais do que "pequenas causas". São instrumentos de cidadania e dignidade. E, nisso, eu me dediquei com

verdade.

7. Olhando para frente, como você vê a evolução do sistema dos Juizados Especiais? Quais são os desafios que se avizinham e as novas direções em que os operadores do sistema e o Fonaje devem se concentrar?

Dr. José Cícero: “Eu quero dizer o seguinte: olhando para frente, acredito que não há como pensar em centralização. Concentrar, de fato, dificulta. Quando se concentra demais, corre-se o risco de fechar portas, de impedir a participação ampla e de tirar visibilidade do que realmente estamos fazendo. Por isso, é importante dividir, somar esforços, envolver outras participações — inclusive de fóruns que estão alinhados com a nossa proposta.

Esse instituto que estamos agora lançando, criando — o Instituto Brasileiro dos Juizados Especiais, o IBEJE —, é justamente um instrumento que vai dar mais visibilidade ao nosso fórum. Ele vai atuar na parte técnica, promovendo conhecimento, mostrando que há pessoas comprometidas com os Juizados Especiais. Como se dizia antigamente, “juizado de pequenas causas” — expressão essa que eu não gosto e prefiro nem ouvir. Os Juizados Especiais não são isso. São compostos por pessoas preparadas, intelectualmente engajadas, que têm verdadeiro interesse em fazer com que a lei chegue até o povo, que vá ao encontro do cidadão, e que essa ferramenta — o juizado — seja de fato bem utilizada pela população.

Sinceramente, espero que, quando eu chegar ao Tribunal — e não sei quando será, mas pode acontecer —, eu possa fazer ainda mais pelo Fonaje. Que eu possa ter mais voz dentro do nosso tribunal para fortalecer os Juizados, o Fonaje, o IBEJE, e todo o trabalho que realizamos diariamente nos estados.

Espero também que haja maior adesão por parte dos colegas que passaram pelos Juizados e que agora estão ascendendo aos tribunais. Que eles tenham um olhar diferenciado, mais atento e sensível, e que se comprometam com o fortalecimento dos Juizados Especiais. Que tenhamos esse olhar melhor, mais justo, mais humano, para que possamos fazer muito mais pelo cidadão e tornar definitiva a existência dos Juizados Especiais.

É assim que penso. E quero deixar aqui meu agradecimento ao Erick Linhares, ao Guilherme Baldan e a todos que estão envolvidos nesta coleta de informações, para que possamos fazer um bom trabalho. Muito obrigado, um abraço bem grande e, se precisarem de mim, estarei sempre à disposição. Muito obrigado.”

¹⁴ Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Alagoas – 23.º Presidente do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE (2021)

Entrevista nº 15

1. Gostaríamos de agradecer-lhe por esta entrevista e propomos começar por apresentar o nosso “entrevistado” para que o leitor possa melhor compreendê-lo como pessoa. Então, apreciáramos se nos contasse algo sobre suas origens e ligações culturais, enfim, sobre como sua jornada pessoal, profissional e sua formação jurídica.



*Alexandre Chini*¹⁵

Dr. Alexandre Chini: “A minha origem profissional é a advocacia, na qual tive a honra de participar, por vários biênios, da Comissão de Direitos Humanos da OAB, no Estado do Rio de Janeiro. Antes de ingressar na magistratura, fui chefe da Procuradoria Judicial da Câmara Municipal de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, e procurador do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD).

Em 1998 fui aprovado no concurso para ingresso na Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

Resumidamente, minha vida acadêmica é a seguinte: Sou graduado e pós-graduado em Direito pela Universidade Gama Filho – UGF e pós-graduado em Ciências Criminais pela Uninove/SP. Do mesmo modo, possuo Certificado do Curso de Direito do Consumo na Escola Superior de Ciências do Consumo de Coimbra (Portugal).

Hoje, além exercer a Magistratura no Estado do Rio de Janeiro, atuo como Professor da Graduação e da Pós-Graduação da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, Professor Honorário da Escola Nacional de Notários e Registradores (ENNOR) e Membro Titular da Academia Fluminense de Letras (cadeira 50).

Não posso deixar de registrar que, com muita alegria, fui Presidente, Vice-Presidente e Secretário Geral do Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje), além de Membro da Comissão de Mecanismos Alternativos e Restauradores de Resolução de Conflitos e Tribunais de Tratamento de Álcool e Drogas da Cúpula Judicial Ibero-Americana (Cumbre); Membro do Comitê Gestor da Conciliação (CGC/CNJ); membro do Comitê de Implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ); membro do Fórum Permanente de História do Direito, do Fórum Permanente de Métodos Adequados de Resolução de Conflitos e do Fórum Permanente de Direito Notarial e Registral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ); Membro do Grupo de Estudos Sobre Juizados Especiais do Instituto dos Magistrados do Brasil (IMB).

Também fui Juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) e da Presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de agosto de 2018 a agosto de 2022; membro do Observatório Nacional Sobre Questões Ambientais, Econômica e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão (CNJ/CNMP).

Questões Ambientais, Econômica e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão (CNJ/CNMP). Integreio Comitê Gestor dos Cadastros Nacionais, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CGCN); o Fórum Nacional da Infância e da Juventude (FONINJ); o Laboratório de Inovações, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LOIDS); o Comitê Gestor da Convenção da apostila – Haia; o Comitê Executivo da Rede Nacional de Cooperação Judiciária; e o Grupo de Trabalho instituído pela Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Portaria n. 126, de 10 de setembro de 2019, para apresentação de propostas voltadas à melhoria da prestação jurisdicional entregue pelos Juizados Especiais.”

2. Como sua jornada profissional se interliga com os Juizados Especiais e com a busca por uma Justiça mais simples, acessível e efetiva?

Dr. Alexandre Chini: “ A minha jornada, junto aos Juizados Especiais e a busca por uma justiça mais simples, acessível e efetiva, teve início em novembro de 1995, mais especificamente no “I Simpósio Estadual de Juizados Especiais Cíveis e Criminais e a Forma do Processo Penal e Cível: Perspectivas”, realizado pela Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Foi nesse simpósio que passei a me interessar e a estudar o novo modelo de justiça sumaria referida no art.98, inciso I, da Constituição Federal”.

3. Você poderia explicar como e quando começou a participar do Fórum Nacional dos Juizados Especiais?

Dr. Alexandre Chini: “Não tenho ideia há quanto tempo participo do Fórum Nacional dos Juizados Especiais, não posso dizer se foi há 15 ou 20 anos, mas posso afirmar que foi a convite do Ministro Antônio Saldanha Palheiro e do Desembargador Joaquim Domingos de Almeida Neto.”

4. Como era o Fonaje na época, quem participava e quais eram as principais pautas?

Dr. Alexandre Chini: “O Fórum Nacional de Juizados Especiais Cíveis, o Fonaje, no decorrer dos anos, firmou-se como um dos maiores intérpretes da Lei 9.099/1995 e, posteriormente, da Lei 12.153/2009. O certo é que hoje o Fórum não tem somente o objetivo de uniformizar a aplicação dessas leis em todo o território nacional, com a edição de seus enunciados, resultantes de ampla e democrática discussão e deliberação dos seus membros, e aprovados por assembleias gerais, compostas por magistrados representantes dos estados da Federação. Os enunciados editados pelo Fonaje aperfeiçoaram o texto legal, superando controvérsias e indicando a solução mais eficiente para as questões do dia a dia. O êxito que alcançaram propiciou o surgimento de uma jurisprudência razoavelmente estável, íntegra e coerente no Sistema dos Juizados Especiais. Algo que apenas em 2015 o legislador previu para o processo comum (art. 926 do CPC/2015). Por isso, para qualquer operador do direito, não é desconhecida a influência que os enunciados do Fonaje exercem. Essa influência se verifica em todos os ramos e em todos os níveis, e se tornou responsável por inegáveis avanços na aplicação das leis. Como se vê, o Fonaje, ao longo desses anos, vem cumprindo o objetivo de aperfeiçoar os juizados especiais pela uniformização de métodos de trabalho e pela edição de enunciados, conforme previsto no seu Regimento Interno, bem como a elaboração de notas técnicas e pareceres em Procedimento de controle de atos administrativos junto ao CNJ, e até mesmo, participando de audiências públicas no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Assim, como se vê, várias foram as pautas e as bandeiras que o Fonaje destacou, de modo que os participantes de outrora, sem medo de errar, são os mesmos apaixonados pelo sistema dos juizados de hoje. Estão todos lá.

5. Como foi sua eleição para a presidência do Fonaje e quais desafios enfrentou?

Dr. Alexandre Chini: “Minha eleição ocorreu no dia 29/11/2021, ou seja, no pós-pandemia de Covid-19, que colocou em questão o modelo das principais instituições do País, tornando-se um momento de ressignificação do sistema de justiça, impondo ao Judiciário brasileiro e ao Fonaje a necessidade de repensar a sua gestão, com foco na utilização da tecnologia para fazer mais com menos.”

6. Olhando para trás, qual diria, hoje, que teria sido sua contribuição para o Fonaje e para os Juizados Especiais?

Dr. Alexandre Chini: “Penso que a minha contribuição foi a de dialogar com a sociedade e com as instituições, valorizando a atuação dos magistrados e advogados que atuam no sistema dos juizados especiais cíveis e criminal. Não podemos esquecer que o advogado é indispensável à administração da Justiça (art. 133 da CF), e exerce papel fundamental na solução dos conflitos. Desse modo, sempre atuei no sentido de que o Fonaje mantivesse constante diálogo com o Conselho Federal da OAB, que é uma das mais tradicionais e atuantes instituições. Por isso, a importância da participação dos advogados nos nossos eventos.”

7. Olhando para frente, como você vê a evolução do sistema dos Juizados Especiais? Quais são os desafios que se avizinham e as novas direções em que os operadores do sistema e o Fonaje devem se concentrar?

Dr. Alexandre Chini: “O desafio é o constante aperfeiçoamento do sistema e das pessoas (juizes, advogados, auxiliares da justiça) que atuam no sistema. Há essa necessidade, uma vez que os Juizados Especiais se revelaram arraigada vocação para inclusão extensa e intensa da população brasileira no sistema de justiça, aumentando de forma estatisticamente comprovada o acesso à Justiça, condição fundamental para que possamos falar na existência de um Estado Democrático de Direito.

Entendo, numa abordagem filosófica, que os aspectos antropológicos e discursivos da sociedade propiciam um panorama a um tempo amplo e profundo do caráter civilizatório que os juizados e seus mecanismos e dinâmicas operam.

Construir um novo Poder Judiciário, no qual a cidadania encontre um “Direito que a respeite” e uma “Justiça que se cumpra”, em todas as suas diversas singularidades plurais, passa, inexoravelmente, pela ampliação do acesso ao Sistema de Justiça, primeiro degrau da longa caminhada até o alcance real da verdadeira Justiça.

Para tanto, a efetividade das políticas de garantia do pleno respeito aos direitos fundamentais não pode ignorar o Sistema dos Juizados Especiais, verdadeira ferramenta de exercício da cidadania.

A democracia contemporânea pede que a igualdade e as liberdades não sejam apenas direitos banalizados, mas uma realidade aplicável. Creio ser esse o desafio.”

¹⁵ - Juiz do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – 24.º Presidente do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE (2022)

Entrevista nº 16

1. Gostaríamos de agradecer-lhe por esta entrevista e propomos começar por apresentar o nosso “entrevistado” para que o leitor possa melhor compreendê-lo como pessoa. Então, apreciaríamos se nos contasse algo sobre suas origens e ligações culturais, enfim, sobre como sua jornada pessoal, profissional e sua formação jurídica.



Johnny Gustavo Clemes¹⁶

Dr. Johnny Clemes: “Família de pais com apenas o ensino fundamental, mas fortes valores cristãos que sempre deram exemplo da importância de uma família unida.

Também sempre foram dedicados à comunidade em que viviam, ajudando a todos que podiam e convivendo com pessoas em simplicidade e respeito.

Meu ensino médio foi possível de realizar em escola particular porque trabalhei com meu pai para construir toda comunicação visual da escola.

A faculdade era paga com muito sacrifício, parte com o salário meu e outra do meu pai.

Aos 20 anos ingressei como estagiário em escritório de advocacia que motivava pessoas de seus quadros a estudarem. Nessa circunstância passei a fazer curso preparatório junto com trabalho e faculdade. Acordava às 05h e dormia 01h todos os dias.

No escritório fui responsável por introduzir noções de tecnologia e também design para petições (1993).”

2. Como sua jornada profissional se interliga com os Juizados Especiais e com a busca por uma Justiça mais simples, acessível e efetiva?

Dr. Johnny Clemes: “Tomei posse no TJRO em setembro de 1997. No ano seguinte fui lotado em Juizados Especiais e me tornei responsável pela Justiça Itinerante, onde fiquei por 2 anos atendendo causas de menor valor e envolvendo pessoas mais simples, o que despertou meu olhar para essa gama de pessoas e as distinções que precisavam ser feitas para essas pessoas confiarem no Judiciário e também que para o serviço prestado alcançasse as peculiaridades dessas pessoas.

Em 1998 reuni com programadores do PJRO e desenvolvemos o primeiro sistema de automação para atendimento na justiça itinerante, sistema esse que passou por diversas versões nos anos subseqüentes.

atendimento na justiça itinerante, sistema esse que passou por diversas versões nos anos subsequentes.

Por conta disso, já em 2000, quando fui promovido e desse momento em diante sempre estive atuando em Juizados Especiais, autônomos ou não, razão pela qual sempre estive realizando justiça itinerante.”

3. Você poderia explicar como e quando começou a participar do Fórum Nacional dos Juizados Especiais?

Dr. Johnny Clemes: “Em 1998, quando respondia por um juizado especial, chegou convite para participar e fui nomeado para estar entre os que foram ao FONAJE daquele ano de 1998. Dali para frente, face às amizades geradas, passei a frequentar várias edições.”

4. Como era o Fonaje na época, quem participava e quais eram as principais pautas?

Dr. Johnny Clemes: “No início as maiores preocupações estavam em promover a estabilização de uma interpretação. Com o passar do tempo iniciaram-se atividades de construção de políticas públicas, com as cartas do Fonaje e os acompanhamentos legislativos. Por último, promoveu-se a criação do Conaje no CNJ para assegurar atuação pela evolução do sistema em todos os seguimentos.”

5. Como foi sua eleição para a presidência do Fonaje e quais desafios enfrentou?

Dr. Johnny Clemes: “Talvez o maior desafio que todos presidentes do Fonaje enfrentam seja a ausência de orçamento e de estrutura própria de pessoas para realizar atividades.

Mas como desafio específico da época (ano de 2023) posso apontar as constantes movimentações do legislativo nacional em fazer reformas pontuais e fracionadas no sistema, o que nos obrigou a envidar esforços para evitar aprovações de alterações jurídicas que prejudicariam o consumidor e o acesso à justiça.”

6. Olhando para trás, qual diria, hoje, que teria sido sua contribuição para o Fonaje e para os Juizados Especiais?

Dr. Johnny Clemes: “O objetivo maior foi o de promover a inclusão da cultura de inovação e também das metodologias ágeis através de atividades práticas que trouxessem resultados práticos interessantes para o desenvolvimento do sistema de juizados especiais.

Criamos o FONAGIL, que foram encontros por videoconferência para ensinar metodologias ágeis e trabalho conjunto, resultando num protótipo de sistema de atermacao que o usuário consegue gerar sua reclamação sem necessidade de atendimento humano, bem como realizamos um oficina conjunta com juízes federais para construir soluções comuns para a super demanda previdenciária e também a litigância predatória.

Nesse período tivemos intensa atividade com o CONAJE, sendo que no ano de 2023 editou-se resolução instituindo a semana nacional dos juzizados especiais como um evento para os Tribunais promoverem a valorização dos Juzizados Especiais com atividades conjuntas para promover integração e inovação.”

7. Olhando para frente, como você vê a evolução do sistema dos Juzizados Especiais? Quais são os desafios que se avizinham e as novas direções em que os operadores do sistema e o Fonaje devem se concentrar?

Dr. Johnny Clemes: “Sem dúvida alguma o desafio está no uso da tecnologia e a manutenção de um sistema humanizado, com padrões éticos.

Também seremos desafiados a atuarmos em conjunto ao invés de fracionadamente, o que requererá o desenvolvimento de soft skills para magistrados e servidores que trabalhem nesse desafios tenham competências adequadas ao que deles será exigido.”

¹⁶ - Juiz do Tribunal de Justiça de Rondônia – 25.º Presidente do Fórum Nacional dos Juzizados Especiais – FONAJE (2023)

Entrevista nº 17

1. Gostaríamos de agradecer-lhe por esta entrevista e propomos começar por apresentar o nosso “entrevistado” para que o leitor possa melhor compreendê-lo como pessoa. Então, apreciaríamos se nos contasse algo sobre suas origens e ligações culturais, enfim, sobre como sua jornada pessoal, profissional e sua formação jurídica.



Fernando Ganem¹⁷

Dr. Fernando: “Eu sou nascido em Apucarana, cidade de aproximadamente 140 mil habitantes que fica no Norte do Estado do Paraná. Com apenas 2 anos de idade, meus pais mudaram para a vizinha cidade de Jandaia do Sul, que hoje tem pouco mais de 20 mil habitantes, mas com o detalhe que é a cidade natal do nosso atual governador, o Ratinho Jr. Morei em Jandaia por dezessete anos, onde passei a minha infância e adolescência. Meu finado pai era baiano. Já minha mãe é curitibana da gema. É uma mistura de ascendências: libanês com espanhol, irlandês com italiano, africano com português. Enfim, brasileiro nato.

Com 17 anos vim morar em Curitiba onde cursei o 2º grau no CEFET/PR, atual UTF/PR. Naquela época ainda existiam os cursos técnicos e eu me formei como técnico em Desenho Industrial. Após, me inscrevi no vestibular de inverno na UEM – Universidade Estadual de Maringá, para o curso de Direito. E passei. Como ainda tinha que terminar o curso técnico, iniciei o curso de Direito no verão seguinte (em 1991). E assim começou a minha vida acadêmica. Meu pai era Escrivão de um Cartório Cível (era assim que as serventias judiciais eram denominadas) e logo que iniciei a faculdade já fui nomeado como Empregado Juramentado, onde desenvolvia várias atividades cartoriais, desde o atendimento em balcão até a lavratura de atos como mandados e ofícios.

Com o tempo fui assumindo novas funções na escrivania. Com isso, fui ganhando a confiança do respectivo juiz daquela vara cível, assim como dos demais que laboravam na Comarca. Então eu comecei a elaborar minutas de despachos e sentenças para todos eles. E assim peguei gosto para a magistratura. Uma vez bacharel, já sabia que queria prestar concurso para juiz. Antes, porém, cursei a Escola da Magistratura em Londrina, ao mesmo tempo em que prestei concurso – e fui exitoso em passar – para o cargo de Secretário da Turma Recursal Regional com sede em Apucarana, minha cidade natal. As turmas recursais regionais acabavam de ser instaladas e poucas pessoas sabiam o que significavam. Não havia trabalho quase. Eu recebia os recursos, autuava, distribuía, despachava e fazia a minuta do voto do relator designado. Como não eram muitos recursos, eu assumi também a Secretaria dos Juizados Especiais na Comarca.

Nesse interim, desde a formatura, fui prestando concursos para a magistratura e, enfim, consegui aprovação e tomei posse em novembro de 1998, para a alegria do meu pai que chegou a me dizer – no dia em que fui aprovado no concurso – que aquele era o dia mais feliz da vida dele. Desde a minha posse, tive

a alegria de passar por várias comarcas. Curiosamente, todas se iniciam pela letra C, quais sejam: Campo Mourão, Capitão Leônidas Marques, Cianorte e Curitiba. Na Região Metropolitana de Curitiba, fiquei como titular da Vara Criminal em Colombo, e, no início da carreira fui designado para atender à Comarca de Cascavel. Sim, todas com a letra C.

Atualmente, estou como titular da 3ª Turma Recursal do Estado do Paraná, acumulando com o cargo de Presidente das Turmas Recursais Plena e Reunida do Estado. Nessa trajetória, sempre tive o gosto pela política associativa e, assim exerci, por duas vezes, o cargo de secretário da associação de classe local (AMAPAR), da qual também fui Vice-Presidente (2010-2011) e, por fim, Presidente no biênio 2012-2013. No âmbito nacional, já ocupei o cargo de Secretário da Presidência da AMB durante a gestão do Des. Henrique Calandra e hoje estou como Diretor da Coordenadoria dos Juizados Especiais da AMB. Quero ressaltar – e não poderia deixar de dizer – que, culturalmente, até mesmo por influência da família do meu pai, sou muito ligado em música, preferindo o samba e a MPB, embora a mais pedida seja a sertanejíssima Boate Azul. Logo, também canto e toco violão para seguir a vida.”

2. Como sua jornada profissional se interliga com os Juizados Especiais e com a busca por uma Justiça mais simples, acessível e efetiva?

Dr. Fernando: “Ainda nos bancos da faculdade, as palavras celeridade e efetividade sempre me cutucaram. Isso porque eu trabalhava numa vara cível em que meu pai era escrivão. E ali ele – meu pai – sempre me dizia que os processos não podiam ficar parados. Teriam sempre que andar. Quando tinha liminar, o processo ia concluso em separado ao juiz, e, logo que voltava, o mandado deveria estar pronto para logo ser cumprido. Embora fosse estressante, tudo tinha que acontecer sem demora. Ainda trabalhávamos na época das cautelares.

Em 1.994 uma reforma do CPC introduziu no nosso ordenamento a antecipação da tutela, visando dar maior efetividade a um futuro provimento judicial, desde que cumpridos os requisitos do art. 273 então em vigência. Isso, para mim, foi uma revolução. Eu ainda cursava Direito na época e via esses institutos de maneira muito entusiasmada, justamente porque, trabalhando no cartório, percebia que os processos eram deveras morosos e aguardavam anos por uma solução. Logo que me formei, em março de 1996, a Lei 9.099/95 já havia sido publicada, porém os Juizados só foram integrados na organização judiciária local em 1.997, com a instalação de unidades independentes e das turmas recursais regionais. Foi aí que, após aprovação em concurso público, assumi a Secretaria da Turma Recursal Regional da minha cidade (Apucarana) e posteriormente a Secretaria dos Juizados Especiais Cíveis (a Secretaria dos Juizados Criminais ficavam anexos à Escrivania Criminal).

Desde o início eu já me afeiçoei ao sistema, pelos seus princípios e fundamentos, mormente pela celeridade e efetividade. Havia uma demanda reprimida muito grande e as pessoas buscavam mesmo o Judiciário, independentemente de assistência por advogado. Fazíamos inúmeros atendimentos. As sessões de conciliação eram designadas para prazo inferior a 15 dias desde a data da propositura da ação. E os conciliadores eram todos meus amigos. Então tínhamos uma sintonia muito grande, o que facilitava a realização dos acordos. E quando não era possível o acordo, a instrução (em que eu servia de escrivão) já era marcada para a semana seguinte, sendo a sentença lavrada na própria audiência. Todas essas circunstâncias me vincularam ao sistema de forma apaixonante, mesmo porque eu via, pelo prisma dos Juizados Especiais, que as pessoas – das mais humildes até as mais abastadas – estavam voltando a depositar sua credibilidade no Judiciário. E então eu trouxe isso comigo desde que ingressei na magistratura.

Assim, sempre que tive oportunidade, optei por trabalhar nos Juizados. Isso aconteceu enquanto substituto em início de carreira (na comarca de Campo Mourão), na entrância inicial (onde a gente faz de tudo), na intermediária (onde iniciei na Vara Cível e logo migrei para os Juizados) e também na final (onde passei por diversos juízos até conseguir remoção para a Turma Recursal do Estado).”

3. Você poderia explicar como e quando começou a participar do Fórum Nacional dos Juizados Especiais?

Dr. Fernando: “Eu passei a me interessar mais pelo FONAJE logo que ingressei na 3ª Turma Recursal do Estado do Paraná. Até então eu só seguia alguns de seus Enunciados, porém sem qualquer atividade efetiva. Tanto é que sequer ia aos encontros semestrais. Não por desinteresse, mas sim porque eu tinha outras atividades associativas às quais me encontrava comprometido. Eu tive cargo na AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) e na AMAPAR (Associação dos Magistrados do Paraná), e assim me dedicava muito a essas entidades. Além disso, fiquei alguns anos afastado do sistema, pois fui promovido ao cargo de Juiz Substituto de Entrância Final na Seção Judiciária da Região Metropolitana de Curitiba em 2006. Como tal, eu passei pela 1ª Vara Cível da Capital, pela Vara de Cartas Precatórias, Registros Públicos e Acidentes do Trabalho e, por último, pela Vara Criminal do Foro Regional de Colombo. Fiquei afastado do sistema por mais de sete anos.

Quando reingressei, em 2013, é que passei a me inteirar dos novos enunciados e das novidades relativas aos Juizados (na época ainda não existiam sequer os Juizados da Fazenda Pública). Mas não frequentava os encontros do FONAJE, até mesmo por obstáculos burocráticos – como a obtenção de autorização de afastamento e apoio financeiro do tribunal – além do que tinha outras dificuldades pessoais.

O primeiro FONAJE ao qual estive presente foi em 2014, realizado aqui no Paraná, em Foz do Iguaçu, organizado pela nossa colega Denise Krüger, primeira paranaense a ocupar o cargo de Presidente do Fonaje. Foi um evento memorável, mas eu não entendia bem como era o seu funcionamento.

Depois desse, sobreveio o Código de Processo de 2015, e então tivemos o nosso encontro de Maceió, em maio de 2016. E neste eu fui com empolgação, porque iríamos discutir um ponto muito importante, relativo à contagem dos prazos (se seriam em dias corridos ou úteis). E o entendimento preponderante (que se coadunava com o meu) era o de que o CPC/2015 não se aplicaria ao sistema e, por conseguinte, os prazos, nos Juizados, continuariam a ser contados em dias corridos. A partir desse evento, nunca mais faltei a nenhum encontro do Fonaje, mesmo porque ali eu pude perceber que os debates são muito ricos e miram o aperfeiçoamento do sistema, sem olvidar o direito de acesso ao cidadão, buscando sempre o fortalecimento dos princípios que o inspiram.

Também percebi na época que, na formação da Diretoria, não havia a participação de nenhum paranaense. Foi quando, em 2017, no encontro de Curitiba, assumiu a Presidência o colega Erick Linhares (coordenador deste livro). Com ele tivemos uma conversa para a inclusão de alguns colegas – não só do Paraná, como da Bahia, Minas Gerais etc. – e que poderiam contribuir de alguma forma na Diretoria. De pronto nosso pedido foi atendido. A partir de então eu e outros colegas passamos a integrar a Diretoria. Com a graça de Deus, hoje eu sou o Presidente do Fórum, trazido pelas mãos dos amigos, de maneira natural e despreziosa.”

4. Como era o Fonaje na época, quem participava e quais eram as principais pautas?

Dr. Fernando: “Quando passei a frequentar o Fonaje, já havia uma participação democrática não só dos integrantes da Diretoria, como também dos seus frequentadores mais assíduos. Existem aqueles que não gostam muito de se manifestar, enquanto outros já são mais extrovertidos, dentre estes incluo eu. Pude testemunhar, nesse período, as intervenções muito sábias de colegas de vários Estados, como dos colegas Manoel Aureliano, José Cícero, Ricardo Chimenti, Maria do Carmo, Ministro Buzzi, Valéria Lagrasta, Guilherme Baldan, Adriane Bandeira, Marcos Pagan, Erick Linhares, Janice Ubialli, dentre vários outros (que me perdoem a memória por não citá-los).

O que mais me empolga no Fonaje é que, embora mudem as pessoas, o espírito continua o mesmo, sempre calcado na simplicidade de existir. É um fórum despersonalizado e não tem dinheiro. Assim, ele só existe e permanece existindo por conta das pessoas que o construíram e lutam para mantê-lo em pé. As pautas sempre são as mesmas, embora os desafios sejam constantes. Isso porque não se busca apenas aperfeiçoar o sistema, mas também manter hígidos os fundamentos que o criaram. E isso devemos aos seus fundadores bem como àqueles que trabalham para manter o sistema na forma como concebida pelo legislador originário.”

5. Como foi sua eleição para a presidência do Fonaje e quais desafios enfrentou?

Dr. Fernando: “Dentro do Fonaje não pode haver vaidades. As coisas acontecem normal e naturalmente. Isso sempre foi assim, desde que o conheci. Já disse acima que, alguns anos atrás, havia percebido uma certa desproporcionalidade de representação dos estados na configuração da diretoria.

O Presidente de então, nosso amigo Erick, não titubeou em nos atender. Assim aconteceu nas diretorias seguintes, que não deixaram de ouvir qualquer membro do Fonaje ou um seu diretor. É certo que, às vezes, há um descompasso aqui e ali, porém é tudo resolvido no âmbito interno.

Como a presidência é revezada por região, não houve dificuldade para que um representante do Paraná encabeçasse a Diretoria, mesmo porque a última Presidente representante do Sul foi a Desembargadora Janice, que era de Santa Catarina. Naturalmente, como o Paraná só havia ocupado uma vez, pelo Sul do país, a cadeira de Presidente do Fonaje (isso há muitos anos, em 2005), foi consensual que desta vez a Presidência viesse para nosso Estado. E dentro desse panorama, sendo o único a demonstrar interesse, houve uma aclamação pelo meu nome, sem embargo de outros nomes do Sul que poderiam ter sido indicados também. E eu me candidatei porque já me sentia habilitado a ocupar o cargo, pois fui secretário atuante nas duas gestões anteriores e ainda estou como diretor da Secretaria de Juizados Especiais da AMB.

Quanto aos desafios enfrentados e a enfrentar, são vários. Hoje temos muito que ficar vigilantes com relação às reformas legislativas que visam deturpar a essência dos Juizados. E são muitas. Projetos que pretendem aumentar a competência material e desconstituir o conceito da menor complexidade da causa destoam da finalidade para a qual os juizados foram criados. Outros que criam prazos e novas fases e ampliam os recursos também estão em dissonância com os objetivos visados pelos seus precursores.

Ainda, há as propostas que pretendem reduzir a importância da conciliação, dispensando a sua realização, o que refoge totalmente ao significado de uma lei que busca a pacificação social.

Logo, são muitos os desafios a enfrentar pelo Fonaje e que não estão adstritos a uma só gestão de Diretoria,

6. Olhando para frente, como você vê a evolução do sistema dos Juizados Especiais? Quais são os desafios que se avizinham e as novas direções em que os operadores do sistema e o FonaJe devem se concentrar?

Dr. Fernando: “Em uma análise bem simples, a lei dos Juizados Especiais é bastante em si mesma para cumprir os seus objetivos. Mesmo porque é principiológica e conta com regras abertas, deixando ao talante do magistrado a condução do processo até o seu final, cuja decisão há de ser - nos termos do art. 6º e conforme reputar o juiz -, a mais justa e equânime. Como se vê, não há a imposição de inúmeras regras procedimentais inevitáveis e nem mesmo o magistrado está amarrado a formalidades para proferir a sua decisão. Ele está livre para analisar cada caso e julgar conforme a peculiaridade de cada um.

O problema que temos enfrentado ultimamente são as demandas de massa, provenientes – na sua maioria – da ação ou omissão do Estado (nos casos dos Juizados de Fazenda Pública) ou das grandes empresas fornecedoras de produtos e serviços. Esse é uma das grandes adversidades hoje enfrentadas. Os processos se avolumaram por demais, tanto que, se pesquisarmos no site do CNJ, o Justiça em Números revela que, incluindo todas as classes processuais ali catalogadas, os procedimentos dos juizados especiais cíveis superam – e em muito – os demais, inclusive os da justiça tradicional cível.

Esse panorama demanda uma valorização especial dos juizados, tocante à sua estrutura e importância. Ainda no contexto das ações de massa, dentre essas verificamos a existência da litigância abusiva, que pode se verificar tanto no polo passivo como no ativo. E esse enquadramento é de difícil caracterização ou verificação, pois depende de análise aprofundada de cada processo, e isso toma muito tempo, mormente quando nem mesmo as partes prejudicadas com esse tipo de atitude fazem qualquer investigação ou objeção nesse tocante.

Afora o volume excessivo – e que temos dado conta, mesmo porque ainda assim o Justiça em Números revela que nos juizados o tempo de duração do processo é menor do que na justiça tradicional – ainda enfrentamos as condutas que visam a ordinarização do procedimento. E não se trata de prática atribuída somente a magistrados (e que às vezes é justificada pelo acúmulo de funções do tradicional com o especial), mas também a muitos advogados que tratam o processo da maneira mais formalista, com petições longas, muitas vezes atravessando requerimentos intempestivos ou inoportunos, ou então interpondo recursos inexistentes, atitudes essas que, à toda evidência, perturbam a celeridade no andamento processual. Assim, vejo que, para esse ajuste, é necessária a realização de cursos de aperfeiçoamento destinados a esses profissionais.

Ampliando a lista dos desafios, ainda há projetos de lei em andamento no Congresso Nacional que merecem ser acompanhados de perto. Alguns até atendem aos objetivos da lei e buscam aperfeiçoar o sistema, mormente quando visam a sua adaptação para a era digital. Outros, porém, não ser combatidos, pois, a pretexto de enaltecer o sucesso da Lei 9099/95, ainda se revelam preocupantes, porque criam prazos ou novos recursos, aumentam exacerbadamente a competência, ampliam o rol de habilitados a litigar, inserem novas fases procedimentais etc., de forma a desvirtuar a razão de existir dos Juizados, que é voltada a possibilitar ao cidadão o acesso a uma justiça rápida, célere e efetiva.

Assim, são muitos os desafios que merecem um acompanhamento próximo, perene e efetivo do FonaJe e de todos os operadores entusiastas que, como eu, admiram e trabalham no sistema.”

¹⁷ - Juiz do Tribunal de Justiça do Paraná - 27º Presidente do FONAJE (2025)

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

Clique nos hiperlinks abaixo para acessar os endereços eletrônicos dos juizados especiais do país:

Tribunal de Justiça do Estado do Acre:

www.tjac.jus.br/juizados-especiais/juizados-no-acre

Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas:

www.tjal.jus.br/juizado/coordenadoria-juizados

Tribunal de Justiça do Estado do Amapá:

www.tjap.jus.br/portal/criminal/juizados-especiais

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas:

www.tjam.jus.br/index.php/juizados

Tribunal de Justiça do Estado do Bahia:

[/www5.tjba.jus.br/juizadosespeciais](http://www5.tjba.jus.br/juizadosespeciais)

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

www.tjce.jus.br/juizados-especiais/juizados-especiais

Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

www.tjdft.jus.br/informacoes/juizados-especiais

Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo:

www.tjes.jus.br/institucional/coordenadorias/juizados-especiais/juizados-especiais-ajuizamento-online/

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás:

www.tjgo.jus.br/index.php/juizados-civeis

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão:

www.tjma.jus.br/primeiro-grau/cgj/juizados-especiais

Tribunal de Justiça do Estado do Minas Gerais:

www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/institucional/juizados-especiais

Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul:

www.tjms.jus.br/juizados

Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso:

supervisaodosjuizadosespeciais.tjmt.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Pará:

www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Juizados-Especiais/1176-Regiao-Metropolitana-de-Belem

Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba:
www.tjpb.jus.br/institucional/juizados-especiais

Tribunal de Justiça do Estado do Pernambuco:
portal.tjpe.jus.br/web/juizados-especiais/juizado-digital

Tribunal de Justiça do Estado do Piauí:
www.tjpi.jus.br/portaltjpi/juizados-especiais

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná:
www.tjpr.jus.br/juizados-especiais

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro:
www.tjrj.jus.br/institucional/juiz_especiais/juiz_especiais

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte:
www.tjrn.jus.br/juizados-especiais-do-rn

Tribunal de Justiça do Estado do Rondônia:
www.tjro.jus.br/menujuizados

Tribunal de Justiça do Estado do Roraima:
www.tjrr.jus.br/index.php/conheca-os-juizados-especiais

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul:
www.tjrs.jus.br/novo/institucional/1o-grau/juizados-especiais/

Tribunal de Justiça do Estado do Santa Catarina:
www.tjsc.jus.br/juizados-especiais

Tribunal de Justiça do Estado do Sergipe:
www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/juizados-especiais-preatuacao

Tribunal de Justiça do Estado do São Paulo:
www.tjsp.jus.br/JuizadosEspeciais

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins:
www.tjto.jus.br/juizados-e-turmas

